



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

ESPECIALIDADE EM PLANEAMENTO E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

“LUÍS DE CAMÕES”

**ANÁLISE DOS PILARES DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NAS
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E O SEU IMPACTO NO
DESEMPENHO: UM ESTUDO DE CASO DE GOIÂNIA**

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas

Autor: Jeovalter Correia Santos

Orientadora: Professora Doutora Denise Cristina da Cunha Capela dos Santos

Número do candidato: 30000325

Setembro de 2021

Lisboa

DEDICO esse trabalho científico ao Prefeito Paulo Garcia “*in memorian*”, que tanto fez por Goiânia e muito foi injustiçado. À minha esposa Virgínia Pereira de Menezes Santos, pelo estímulo e o suporte necessário que para que eu fizesse o curso.

AGRADECIMENTOS

Nem sei como agradecer tanta gente que de alguma forma influenciou para que chegasse até aqui, entretanto, algumas pessoas foram imprescindíveis. Começo pela Professora Doutora Denise Capela dos Santos pela paciência e orientação sempre precisa para elaboração deste trabalho. Obrigado Professora!

Não posso deixar de agradecer aos professores da UAL – Universidade Autônoma de Lisboa pelo aprendizado. Aos dedicados funcionários desta instituição de ensino, também, quero expressar a minha gratidão pela disponibilidade de ajudar.

Sou muito grato a minha amiga Ana Carina e minha filha Janine Alves Santos que disponibilizaram horas preciosas de suas vidas para fazerem leituras atentas e revisarem o texto. Ao meu filho Luís Antônio de Menezes Machado pela disponibilidade de me socorrer com a tecnologia da informação.

Aos amigos gestores, que não mediram esforços para me auxiliar na captação dos dados e resultados.

Por último, agradeço de coração o convívio e a troca de experiência com os meus colegas de mestrado.

*“...as vezes vencer é terminar a corrida,
chegar em primeiro é só um detalhe ”
Heitor Linhares – 8 anos meu neto*

RESUMO

Os princípios do desenvolvimento sustentável deixaram de ter somente o apelo de preservação da natureza e passaram a compor planos de governo nas cidades, dentre elas, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. O objetivo desse estudo é analisar o impacto das ações estratégicas no desempenho de organizações públicas municipais, pautadas nas premissas de sustentabilidade corporativa, previstas no plano de governo aplicado à Gestão Municipal de Goiânia, no período de 2013 a 2016. Para dar resposta a esse objetivo, concretizou-se uma pesquisa bibliográfica usando os motores de busca *B-On*, *PubMed*, *SciELO*, *SPELL* e *Google Scholar*, assim como uma pesquisa de campo ao qual foram analisadas as percepções dos gestores frente ao programa da Coligação Goiânia Cidade Sustentável (2013-2016). Confirmou-se a existência de uma correlação positiva entre Sustentabilidade Corporativa, Indicadores de Sustentabilidade e Desempenho no Município no programa em estudo. Obteve-se resultados acadêmicos relevantes, e diante disso, abre-se questionamentos para os benefícios proporcionados a sociedade em geral após adoção desse novo modelo de gestão. Estes resultados permitem-nos perceber que o investimento em Sustentabilidade Corporativa traz resultados positivos para o desempenho das organizações públicas, sendo importante a monitorização e mapeamento de indicadores de sustentabilidade de forma adequada, para a melhoria da qualidade de vida da população na esfera municipal.

Palavras-chave: Sustentabilidade Corporativa; Gestão Pública; Indicadores de Sustentabilidade e Cidades Sustentáveis.

ABSTRACT

The principles of sustainable development no longer have only the appeal to preserve nature and began to compose the premises and government plans, among them in the city of Goiânia, capital of the State of Goiás. The objective of this study is to analyze the impact of strategic actions in the performance of municipal public organizations, based on the premises of corporate sustainability, foreseen in the government plan applied to the Municipal Management of Goiânia, in the period from 2013 to 2016. In order to answer this objective, a bibliographic search was carried out using the search engines B-On, PubMed, SciELO, SPELL and Google Scholar, as well as a field survey which analyzed the perceptions of managers in relation to the Goiânia Coalition: Sustainable City program (2013-2016). The existence of a positive correlation between Corporate Sustainability, Sustainability Indicators and Performance in the Municipality in the program under study was confirmed. Relevant academic results were obtained, and in view of this, questions are raised about the benefits provided to society in general after adopting this new management model. These results allow us to realize that the investment in Corporate Sustainability brings positive results for the performance of public organizations, being important to monitor and map sustainability indicators in an appropriate way, to improve the quality of life of the population in the municipal sphere.

Keywords: Corporate Sustainability; Public Management; Indicators of Sustainability and Sustainable Cities.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Delimitação do estudo.....	18
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Objetivos.....	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	20
1.4 Estrutura da Dissertação.....	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 Tomada de consciência: o debate para a construção da Sustentabilidade.....	22
2.1.1 Bases conceituais e históricas para a Sustentabilidade	22
2.1.2 Políticas Públicas e Fundamentação Jurídica voltadas para a Sustentabilidade.....	27
2.1.3 Ações para a promoção da Sustentabilidade	33
2.1.4 Sustentabilidade e Qualidade de vida.....	35
2.2 O enfoque na Sustentabilidade Corporativa.....	36
2.2.1 Sustentabilidade Corporativa: definições e conceitos	36
2.2.1.1 Sustentabilidade Ambiental.....	39
2.2.1.2 Sustentabilidade Econômica	40
2.2.1.3 Sustentabilidade Social	41
2.2.2 Sustentabilidade corporativa e ações voltadas para a Gestão Pública	42
2.3 Indicadores de Sustentabilidade: Instrumentos de planejamento e Gestão.....	43
2.3.1 Características e aspectos dos Indicadores de Sustentabilidade.....	44

2.3.2 Indicadores de Sustentabilidade aplicados à Gestão Pública	46
2.4 A monitorização do Desempenho das Organizações Públicas do Município	47
2.5 Caracterização Urbano-Social da cidade de Goiânia-Goiás	50
2.5.1 Aspectos históricos, políticos e sociais de Goiânia	50
2.5.2 Análise geral sobre o plano diretor municipal	52
2.6 Programa Goiânia Cidade Sustentável	54
2.6.1 Caracterização do programa	54
2.6.2 Organização administrativa	58
2.6.3 Implantação do projeto na cidade	59
2.6.4 Planejamento estratégico	60
2.7 Modelo Conceitual	62
3 METODOLOGIA	64
3.1 Abordagem metodológica	64
3.2 Tipo de estudo	64
3.3 Informações e instrumentos para coleta de dados	65
3.3.1 Dados primários	66
3.3.2 Dados Secundários	66
3.4 Caracterização da amostra	67
3.5 Análise estatística dos dados	68
3.6 Aspectos Éticos	69
3.7 Testagem prévia do instrumento	70
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	72
4.1 Perfil Sociodemográfico	72
4.2 Ações e Projetos de Lei	77
4.3 Estatística Descritiva: Análise e descrição das variáveis do modelo	79
4.3.1 Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	83
4.3.2 Indicadores de sustentabilidade do município	84

4.3.3 Desempenho do Município	94
4.4 Coeficiente e validação das variáveis do modelo conceitual	99
4.4.1 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 01.....	100
4.4.2 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 02.....	101
4.4.3 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 03.....	102
5 CONCLUSÃO	103
5.1 Conclusão Teórica.....	103
5.2 Implicação dos resultados para a Gestão Pública.....	105
5.3 Limitações do estudo e propostas futuras	106
BIBLIOGRAFIA.....	108
ANEXO A: Termo de consentimento para participação da pesquisa	120
ANEXO B: Questionário	122
ANEXO C: Organograma Prefeitura de Goiânia (Coligação Goiânia Cidade Sustentável).....	126
ANEXO D: Resposta aos Questionários	127
ANEXO E: Planejamento estratégico – Programa Goiânia Cidade Sustentável	130

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Triple Bottom Line	37
Figura 2: Caracterização da plataforma cidades sustentáveis	55
Figura 3: Momentos do planejamento estratégico situacional na visão de Matus	61
Figura 4: Modelo conceitual e hipóteses analisadas	62
Figura 5: PIB e PIB per capita nos anos de 2013 a 2016	82
Figura 6: Evolução do PIB por setor de 2002 a 2016	82
Figura 7: Evolução da receita em Goiânia de 2012 a 2016.....	87
Figura 8: Evolução da arrecadação do IPTU de 2012 a 2016.....	88
Figura 9: Abastecimento de água na capital de 2013 a 2016.	92
Figura 10: Atendimento da rede de esgoto à população de 2013 a 2016.....	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área de atuação no Programa Goiânia Cidade Sustentável em 2013 a 2016.	75
Gráfico 2: Resposta quanto a necessidade de dinheiro para comprar comida na cidade de Goiânia	83
Gráfico 3: Avaliação em relação a renda familiar na cidade de Goiânia.	83
Gráfico 4: Avaliação da presença de espaços públicos de lazer nos bairros de Goiânia	89
Gráfico 5: Avaliação da quantidade de árvores nos bairros da cidade de Goiânia	89
Gráfico 6: Avaliação da quantidade e qualidade de ciclovias disponíveis na cidade de Goiânia	91
Gráfico 7: Avaliação das condições de ciclovias disponíveis na cidade de Goiânia	91
Gráfico 8: Avaliação do serviço de água na cidade de Goiânia.	93
Gráfico 9: Avaliação do serviço de saneamento residencial na cidade de Goiânia.	94
Gráfico 10: Pesquisa de opinião - Avaliação da qualidade de vida na cidade de Goiânia.....	98
Gráfico 11: Avaliação do sentimento de felicidade dos moradores da cidade de Goiânia	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das variáveis sociodemográficas.	72
Tabela 2: Avaliação dos profissionais em relação ao tempo e experiência em Gestão Pública	74
Tabela 3: Valor de ações e projetos com pressuposto Sustentabilidade	77
Tabela 4: Medidas de tendência central por variável	80
Tabela 5: Alfa de Cronbach por variável do modelo	81
Tabela 6: Análise da variável Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública por questão ..	84
Tabela 7: Análise da variável Indicadores de sustentabilidade do município por questão	85
Tabela 8: Análise do desempenho do município por questão	94
Tabela 9: IDM de Goiânia por categoria de 2012 a 2016	97
Tabela 10: Valor de correlação de Pearson entre variáveis	99
Tabela 11: Coeficiente de correlação das variáveis de H1.....	100
Tabela 12: Coeficiente de correlação das variáveis de H2.....	101
Tabela 13: Coeficiente de correlação das variáveis de H3.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMMA	Agência Municipal do Meio Ambiente
Art.	Artigo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIS	Centros de Atenção Integrada à Saúde
CAPS	Centros de Atendimento Psicossocial
CELG	Centrais Elétricas de Goiás
CEMI	Central Municipal de Intérpretes de Libras
CEO	Centro de Especialidade Odontológica
CEPAL	Centro Popular de Abastecimento e Lazer
CF	Constituição Federal
CMEIs	Centros Municipais de Educação Infantil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRASPI	Centro de Referência e Atendimento à Saúde do Idoso
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DDT	Dicloro-Difenil-Tricloroetano
Dr. ^a	Doutora
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FBI	Índice de Felicidade Interna Bruta
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GPI	Indicador de Progresso Genuíno
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desempenho dos Municípios
IDSM	Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios
IMB	Instituto Mauro Borges
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISEW	Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável
LED	<i>Light Emitting Diode</i>
LGBT	Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
Nº	Número
Nr.	Não responderam
Ns.	Não sabem
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Plano de Cargos e Salários
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PSF	Programa Saúde da Família
Rio +20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
Rio 92/Eco 92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
RMC	Rede de Monitoramento Cidadão
RME	Rede Municipal de Educação

SANEAGO	Companhia Saneamento de Goiás
SnBi	Índice de Benefício Líquido Sustentável
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UABSF	Unidade de Atendimento Básica Saúde da Família
UAL	Universidade Autónoma de Lisboa
UCA	Um Computador por Aluno
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável pode ser conceituado como uma estratégia utilizada em longo prazo a fim de melhorar a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade. Um processo para atingir a sustentabilidade deve fornecer recursos naturais de forma contínua e perpétua, integrando aspectos ambientais, sociais e econômicos (Feil & Schreiber, 2017).

A variedade de conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade apresenta uma fácil aceitação e eficiência em campo teórico, no entanto, sua aplicabilidade de maneira sistêmica, abrangendo questões ambientais, tecnológicas, econômica, cultural e política, apresenta alto nível de complexidade, haja vista que, exigem mudanças de comportamentos na forma de agir, pensar, produzir e de consumir da humanidade (Barbosa *et al.*, 2012).

No mundo dos negócios, o investimento em medidas e práticas sustentáveis vem ganhando força, e instituições que desenvolvem políticas pautadas na preservação do ecossistema ganham uma imagem positiva junto aos consumidores, garantindo um diferencial competitivo. Daí a importância capital da Sustentabilidade Corporativa que não é apenas uma forma de reação à degradação do meio ambiente, mas sim uma forma sofisticada de integração e humanização do processo produtivo (Scoones, 2016).

Um dos principais modelos, por meio do qual foi sintetizado o conceito de sustentabilidade a um padrão mínimo de operacionalização é o denominado *Triple Bottom Line*. Nesse modelo de intersecção de desempenho ambiental, social e econômico, a sustentabilidade é obtida como resultado da mitigação do impacto ambiental, do relacionamento social e do desenvolvimento econômico da organização. Ademais, a interseção entre as linhas do desempenho social, ambiental e econômico, sugere que existem atividades que as organizações podem engajar, que afetam não apenas o ambiente natural e a sociedade, mas também resultam em benefícios econômicos a longo prazo e vantagem competitiva para a empresa (Carter & Rogers, 2008).

As três dimensões da sustentabilidade, comumente denominadas como tripé da sustentabilidade devem estar integralmente ligadas, de modo que, na esfera ambiental, os recursos sejam aproveitados de maneira eficaz e com equidade social. Ademais, salienta-se que o maior desafio para as organizações está no sentido de manter essas linhas em equilíbrio e focadas nas metas e objetivos (Becker *et al.*, 2015).

Sem desconsiderar os avanços dos últimos tempos, a realidade ainda é que a sustentabilidade corporativa ocorre mais facilmente quando atende os interesses econômicos da organização, nesse sentido, o desenvolvimento sustentável já faz parte da agenda das organizações através do conceito de Responsabilidade Social Corporativa, englobando a atuação das organizações nas dimensões econômicas, legais e éticas, com um olhar para aspectos sociais e ambientais (Hepper *et al.*, 2017).

A responsabilidade social corporativa assume o princípio de que as organizações têm sua origem e seus fins essenciais nas pessoas, as quais se organizam e se dispõem em diversos grupos de interesses, com peculiaridades e distintos tipos de relação, sendo um elemento importante para o desenvolvimento dos negócios e para estabelecer relações positivas das empresas. Além disso, contempla o impacto da ação da empresa em sua tríplice dimensão: econômica, social e ambiental, tendo como meta principal a consecução do desenvolvimento sustentável (Kraemer, 2005).

Como indutor dos processos de desenvolvimento, o setor público não pode ficar à margem desse contexto, até para poder regular, ele precisa se inserir e submeter-se. A sua importância e finalidade são inquestionáveis. A perspectiva da sustentabilidade cria um ambiente competitivo, estimulando as organizações públicas e privadas, a melhorar seus processos, tecnologias e serviços para uma política sustentável. O Setor Público é tido como instrumento moldado para atender as necessidades fundamentais dos cidadãos e tem como fim a realização do bem-estar social, da segurança e da justiça (Scoones, 2016).

O setor público representado pelo seu menor núcleo, o município, sobretudo no espaço urbano é onde os problemas sociais, ambientais e econômicos se apresentam de forma muito intensa.

“As cidades, em geral, quando surgem e crescem de forma desordenada ou com formas de planejamento ineficiente, não conseguem atender à demanda da população urbana em relação à infraestrutura e aos serviços urbanos, tornando-se o berço de diversos problemas sociais, ambientais, econômicos, políticos...” (Martins & Cândido, 2015, p.399).

Dessa forma, a avaliação da sustentabilidade através da análise dos indicadores surge como instrumentos para o acompanhamento dos processos de desenvolvimento, servindo não só como subsídio para a formação de políticas, mas também no acompanhamento e fiscalização da execução dessas políticas. No entanto, não existem modelos para análise da sustentabilidade que explore indicadores mais específicos para municípios (Lopes & Guerra, 2016).

“Os estudos sobre o desenvolvimento do espaço urbano precisam ser viabilizados por mecanismos capazes de prever os impactos e dar novos cursos de ação que ofereçam opções sustentáveis por meio de evidências que revelem, pelo monitoramento dos indicadores e das políticas públicas, tendências ou perspectivas futuras mediante a definição de critérios de análise e de parâmetros de comparação. Entretanto, medir esses indicadores de desempenho pode não ser uma tarefa tão simples. Métodos de quantificação do valor e participação de mercado, satisfação do cliente, bem-estar dos funcionários são relativamente fáceis de mensurar e prontamente transferíveis para outras corporações, porém indicadores sociais e ambientais são particulares de cada organização e são de difícil mensuração” (Martins & Cândido, 2015, p.398-399).

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável consolidam-se como uma ferramenta de monitoramento e padrões aos tomadores de decisão, sob a ótica de desenvolvimento frente ao paradigma da sustentabilidade, sendo utilizados como instrumentos para a melhora da qualidade de vida e auxiliando na definição de metas. Os indicadores possuem uma série de limitações técnicas, como qualquer outra ferramenta de gestão, para tanto é imprescindível o monitoramento e aperfeiçoamento constante de indicadores a fim de detectar possíveis falhas no sistema. (Galante *et al.*, 2016).

Um município é considerado mais ou menos sustentável à medida que é capaz de manter ou melhorar o ecossistema, minimizar a degradação e o impacto ambiental, reduzir a desigualdade social e promover à comunidade de condições básicas de vida, bem como de um ambiente construído saudável e seguro, e ainda de construir pactos políticos que permitam enfrentar desafios presentes e futuros (Braga *et al.*, 2004).

É de suma importância analisar o ambiente local, onde diversos fatores interferem na realidade de cada região ou município. Devemos considerar os aspectos locais, bem como suas particularidades na hora de estabelecer um parâmetro de análise. É relevante também a comparação entre regiões que apresentam similaridades pontuais, seja populacionais, comerciais ou culturais (Barbosa *et al.*, 2012).

1.1 Delimitação do estudo

A busca por um ambiente que seja sustentável representa um desafio tanto para a sociedade quanto para o mundo dos negócios. Instituições que visam o campo econômico exclusivamente parecem descolar da realidade atual. Por outro lado, não se pode considerar mais a organização isolada do ambiente e da sociedade sem garantir o crescimento econômico (Hepper *et al.*, 2017).

Buscando analisar o tema proposto, instituiu-se a problematização deste estudo com as seguintes interrogações: De que forma a sustentabilidade vai ao encontro das políticas públicas? De que forma podemos aplicar as ferramentas de gestão dentro de um plano de governo ao qual é pautado as políticas sustentáveis? Quais os critérios e parâmetros adotados para dimensionamento da sustentabilidade? Com base no levantamento de indicadores podemos mensurar e analisar o reflexo das políticas sustentáveis de uma gestão passada nos dias atuais?

Com isso, tornou-se necessário a incorporação dos conceitos e práticas do desenvolvimento sustentável na sociedade, especificamente na cidade de Goiânia, sendo a atividade imprescindível no levantamento de informações e viabilizando um conhecimento mais amplo acerca do assunto. Nesse contexto, insere-se o estudo proposto, cuja premissa foi a realização do planejamento estratégico para elaboração de um plano de governo pautado na sustentabilidade a ser aplicado período de 2013 a 2016 na cidade de Goiânia. Juntamente com os dados levantados, analisou-se os Indicadores de Sustentabilidade, corroborando com as ações estabelecidas na administração anterior e alavancando a importância desse perfil de gestão para a sociedade.

1.2 Justificativa

O Estado tem buscado alternativas que visem um melhor equilíbrio entre o desenvolvimento das cidades e das pessoas e o meio ambiente, com políticas associadas a custos e resultados na consecução do interesse coletivo. Nesse sentido, os princípios do desenvolvimento sustentável deixaram de ter somente o apelo de preservação da natureza, são agora utilizados como elementos de geração de valor e marcos de sucesso nos planos de governo. A sua importância e finalidade são inquestionáveis.

Observa-se a relevância desse conceito tanto nas esferas públicas quanto privadas, e ambas necessitam desenvolver medidas e ações efetivas que promovam reflexão e mobilização acerca dos problemas socioambientais.

O interesse do autor pelo tema em questão surgiu a partir da elaboração do Plano de Governo para a gestão da cidade de Goiânia no período de 2013 a 2016, caracterizado por introduzir os conceitos de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da gestão municipal. Ademais, a partir do tema proposto, a pesquisa se fundamenta na proposta de

analisar e quantificar em termos de condição de vida sustentável, o quão as metas e ações estabelecidas influenciaram na qualidade de vida da capital do Estado de Goiás.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Esse trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto das ações estratégicas e desempenho das organizações pautados nas premissas de sustentabilidade corporativa previstas no plano de governo aplicados à Gestão Municipal de Goiânia, no período de 2013 a 2016.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Associar os conceitos de sustentabilidade corporativa/desenvolvimento sustentável às políticas públicas.
- Avaliar os níveis de sustentabilidade corporativa pela percepção dos gestores públicos inclusos numa esfera de governo sob a premissa de sustentabilidade.
- Avaliar a aplicação das ferramentas de planejamento estratégico no plano de Governo Municipal de Goiânia – Coligação Cidade Sustentável.
- Apresentar os resultados e ações após a implantação de práticas sustentáveis na cidade de Goiânia, através de indicadores de desempenho, nas dimensões Social, Econômica e Ambiental da Gestão Pública Municipal.

1.4 Estrutura da Dissertação

O presente trabalho está estruturado em cinco grandes capítulos, subdividido da forma listada abaixo:

- Capítulo 1: Consiste numa introdução ao tema da dissertação, a definição da sua importância, a justificativa para o projeto e toda a estrutura do trabalho.
- Capítulo 2: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura ao qual é elaborado o enquadramento teórico dos principais temas que permeiam esta dissertação, a sustentabilidade corporativa, seu impacto na gestão pública especificamente na cidade de Goiânia. A partir dessas informações, foi concebido o modelo conceitual desse trabalho.

- Capítulo 3: Explana-se a respeito dos aspectos metodológicos para a construção dessa dissertação. É apresentado o tipo de estudo, caracterização da amostra, os instrumentos e ferramentas para a coleta de dados bem como os aspectos éticos envolvidos na elaboração desse trabalho.
- Capítulo 4: Apresenta-se toda a análise, planilhamento dos dados e discussão dos resultados do estudo.
- Capítulo 5: Conclui-se toda a ideia da dissertação e as consequências da implicação dos resultados na gestão pública dos municípios, suas limitações e propostas de estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Tomada de consciência: o debate para a construção da Sustentabilidade

2.1.1 Bases conceituais e históricas para a Sustentabilidade

A partir dos anos 1970, o alarme ecológico ganhou destaque no debate político internacional, reforçado por estudos que demonstraram os efeitos danosos do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) sobre animais e seres humanos, e pelo relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, onde modelos matemáticos demonstraram que o planeta não suportaria o crescimento econômico e populacional visto a limitação dos recursos naturais. Além disso, no início dos anos 1970, ressoava ainda o movimento hippie aliado às questões ambientais bem como a crise do petróleo, que, alertava para a dependência de recursos naturais e para a real possibilidade de sua exaustão (Vizeu, Meneghetti & Seifert, 2012).

As mudanças sociais e tecnológicas, associadas ao uso inadequado dos recursos naturais elevou o despertar para a consciência ambiental. A partir daí surgem os conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, que vão além da preservação do meio ambiente. Essa pluralidade de conceitos envolve uma série de variáveis interdependentes, transdisciplinares com capacidade de integrar questões sociais, ambientais e econômicas (Jacobi, 2003).

Etimologicamente, a palavra Sustentabilidade vem do termo sustentável, o qual origina-se do latim *Sustinere*, que significa “defender”, “apoiar”, “manter” e “conservar”. A ideia de sustentável foi utilizada em várias publicações, porém sem uma conceituação consistente de seu significado (Feil & Schreiber, 2017). O conceito de desenvolvimento sustentável surge em 1987, através do Relatório Brundtland, cujo conteúdo deve ser entendido como:

[...] “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.49).

O Relatório Brundtland concentrava-se principalmente nas necessidades e interesses dos seres humanos e preocupava-se em garantir uma equidade global para as gerações futuras, redistribuindo recursos para as nações mais pobres, a fim de incentivar seu crescimento econômico e permitir que todos os seres humanos atendam às suas necessidades básicas (Pisani,

2006). Um dos principais conceitos debatidos pelo relatório foi o de “equidade”, estabelecendo condições para que haja participação efetiva de toda sociedade na tomada de decisões, através de processos democráticos, para o desenvolvimento urbano (Barbosa, 2008). O Relatório de Brundtland é finalizado com a “Súmula dos Princípios Legais propostos para a proteção ambiental e Desenvolvimento Sustentável”. Nessa seção fica evidente a responsabilidade do Estado na conservação, monitoramento, avaliação dos impactos, análise preventiva e a sinergia entre os estados propiciando ao ser humano o direito de um meio ambiente adequado à sua saúde e bem-estar (Silva & Almeida, 2012).

Posteriormente, o conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos (Pies & Graf, 2015). Em 1992, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92/Eco 92), um evento que reuniu 179 delegações, tornando-se um marco na história da inserção das questões ambientais nas relações internacionais, relacionando meio ambiente e desenvolvimento, por meio da boa gestão dos recursos naturais, sem comprometimento do modelo econômico vigente (Nascimento, 2012). Diversos acordos foram firmados através de documentos, como a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção da Diversidade Biológica, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios para Florestas, e a Agenda 21 Global (Kohler, 2003). Basicamente, os objetivos fundamentais da Conferência eram equilibrar as necessidades econômicas, ambientais e sociais das gerações presentes e futuras firmando bases mundiais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, focadas nos interesses comuns e na compreensão das necessidades (Gonçalves, 2005).

A Agenda 21, proposta na Rio 92, é constituída de 40 capítulos distribuídos em quatro seções. Na primeira seção são tratadas as dimensões sociais e econômicas, tais como a cooperação internacional para acelerar o crescimento em países subdesenvolvidos nos seguintes itens: combate à pobreza, saúde, habitação, mudança nos padrões de consumo e a dinâmica demográfica (Siqueira, 2001).

A conservação e gestão dos recursos naturais para o desenvolvimento são abordados na segunda seção. Destacam-se os temas: proteção da atmosfera, a administração dos ecossistemas frágeis, o planejamento e administração do solo, a promoção da agricultura sustentável, o desenvolvimento rural, o combate ao desmatamento das áreas florestadas, o combate à

desertificação, a biotecnologia, a proteção dos oceanos, a conservação da diversidade biológica, a gestão dos recursos hídricos e a administração do uso dos produtos químicos tóxicos e dos produtos radioativos, podem ser melhores explorados (Siqueira, 2001). Nesta seção é ressaltada a governabilidade sustentável, ou seja, a importância da participação de todos os segmentos da organização da sociedade civil, como uma das formas de se reverter a pobreza e a destruição do meio ambiente, alcançando-se assim o modelo do desenvolvimento sustentável (Kohler, 2003).

Na terceira seção são debatidos os temas relacionados ao fortalecimento dos grupos sociais (tais como as minorias étnicas, as mulheres, as crianças e os jovens e os povos indígenas); a instituição de regras para atuação das organizações não governamentais (ONGs); o poder local; os trabalhadores e os sindicatos; as regras para empresas e indústrias; a comunidade científica e tecnológica, bem como as regras de atuação para os agricultores (Siqueira, 2001).

Por fim, a quarta seção trata dos meios para implementação da sustentabilidade, abordando um planejamento estratégico associado aos mecanismos e os recursos financeiros; o suporte e a promoção de acessos para transferência de tecnologia; a ciência e a educação ambiental; os mecanismos nacionais e internacionais de cooperação para construção de capacidades em desenvolvimento sustentável; os arranjos institucionais internacionais; os mecanismos e instrumentos legais internacionais e, por fim a constituição de bases de informações para apoiar as tomadas de decisões (Siqueira, 2001).

Objetivando revisar a implementação da Agenda 21, outras conferências das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, como a Rio+5 e Rio+10, aconteceram respectivamente em 1997 e 2002 em Johannesburgo, reafirmando compromissos estabelecidos e propondo novas ações de promoção da Sustentabilidade. Em face disto, apresentavam como prioridade a redução da pobreza, adquirindo assim um caráter marcadamente socioambiental (Jatobá, Cidade & Vargas, 2009).

Em 2012, vinte anos após a realização da Eco 92, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem um novo modelo de desenvolvimento sustentável. Em setembro de 2015, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foram lançados oficialmente em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS), ao qual estão incluídas as preocupações sobre água, seca e saúde (Sena, *et al.*, 2016).

Em 2015 foi adotado um documento na Assembleia Geral da ONU intitulado “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Trata-se de um guia para as ações da comunidade internacional nos próximos anos. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Apresentando-se como um plano de ação, composto por 17 objetivos e 169 metas ao qual propõe, durante a sua vigência, estimular áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta de maneira a incorporar, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (Amaro & Assunção, 2019).

De maneira breve, o documento apresenta um panorama geral do mundo atual, destacando, dentre os principais desafios enfrentados: a pobreza; as desigualdades de oportunidades; riqueza; poder; preconceito de gênero; a violência; a intolerância; a degradação ambiental e o esgotamento de recursos e as mudanças climáticas. No entanto, ressalta o grande progresso alcançado em diversas áreas, dentre as quais a medicina, por meio do acesso à educação, apostando no potencial da informação e das tecnologias de comunicação e interconectividade global para acelerar o progresso humano, para eliminar o hiato digital e desenvolver sociedades do conhecimento, tal como a inovação científica e tecnológica (Amaro & Assunção, 2019).

O ideário originalmente presente tanto no Relatório Brundtland, quanto na Agenda 21, representa um projeto específico de sustentabilidade, formulado através de um processo de coalizão envolvendo aspectos econômicas, políticas e sociais. Dentro de contexto dialético, forças sociais antagônicas a estes projetos apropriaram das ideias elevando a crítica sobre o atual modelo de desenvolvimento. Assim, a ideia de desenvolvimento sustentável é ampliada e, ao lado das preocupações ambientais e econômicas, novas dimensões ganham destaque (Novaes, 2001). As discussões em torno do Desenvolvimento Sustentável ganharam um novo contorno por meio de novas estratégias articuladas assegurando adaptação mais eficiente ao mercado bem como sua lógica de acumulação (Guimarães & Fontoura, 2012).

Jacobi (2003) propõe que as dimensões apontadas pelo conceito de desenvolvimento sustentável contemplam cálculo econômico, aspecto biofísico e componente sociopolítico, como referenciais para a interpretação do mundo e para possibilitar interferências na lógica predatória prevalecente. Para o autor, o desenvolvimento sustentável não se refere

especificamente a um problema ambiental decorrente de um processo social, mas a uma estratégia múltipla para a sociedade, a qual deve levar em conta a eficiência ecológica e a viabilidade econômica.

Barbieri & Silva (2011) afirmam que a substituição da expressão desenvolvimento sustentável pela palavra sustentabilidade não foi uma operação linguística. Nessa expressão, desenvolvimento é um substantivo concreto, adjetivado pela palavra sustentável, de modo que o que realmente importa é que o desenvolvimento seja entendido como melhoria da qualidade de vida para todos os humanos obtido de modo que respeite as características e condições do meio ambiente como um legado às futuras gerações. Nessa mesma definição, o autor afirma que o termo Sustentabilidade é um substantivo abstrato, ou seja, já não carrega mais as questões relativas ao desenvolvimento e, entre elas, as ideias de projetos políticos conduzidos pelo interesse público.

Sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, embora sejam termos muito utilizados na literatura científica, no setor privado e nas políticas públicas, ainda não possuem um consenso em termos de conceito. Na literatura, existe uma vasta diversidade de conceitos, relacionada, de forma predominante, com o desenvolvimento sustentável tornando os significados extremamente variáveis, devido às perspectivas dos autores, vinculações ao contexto e ao campo de atuação (Feil & Schreiber, 2017)

Em seus estudos, Gadotti (2008) propõe uma ampliação no conceito de sustentabilidade que transcende as concepções de preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. O autor inclui ao conceito de sustentabilidade, de maneira holística, o equilíbrio consigo mesmo, com o planeta e com o universo. Ademais, ser sustentável inclui questões filosóficas, o próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos como seres humanos. Atrelado a isso, Boff (2016) estabelece que o conceito de desenvolvimento sustentável é limitado a uma visão antropocêntrica, que não inclui outros seres vivos que também necessitam da sustentabilidade para a sua sobrevivência. Para o autor a interdependência entre todos os seres vivos, biomas, microrganismos com o homem não é exposta nesse conceito, e frente a isso, o mesmo propõe um conceito mais amplo, que sustenta todos os seres e a continuidade do processo evolutivo.

“A sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras, de tal forma que o capital natural seja

mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução” (Boff, 2016, p.1).

Feil & Schreiber (2017) acreditam que as analogias entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável avançam na direção da compreensão das inter-relações de um único sistema composto pelas atividades humanas e ambientais. Para os autores a sustentabilidade abrange os sistemas e o desenvolvimento sustentável no que se refere às necessidades humanas e ao seu bem-estar.

Logo, por cidade sustentável entende-se aquela que incorpora ao seu desenvolvimento os preceitos básicos e constitucionais da dignidade da pessoa humana, que estabelece ampla qualidade e vida como lazer, educação, moradia, saneamento, trabalho e preservação do meio ambiente. Para a implementação das cidades, existem instrumentos extremamente eficazes e aptos a transformar todas as urbes em sustentáveis. Ante aos conceitos expostos, observa-se que não há como dissociar crescimento urbano de direito urbanístico, pois este tem como princípio básico a promoção de políticas de desenvolvimento que objetivem sempre a ordenação da ocupação do lugar, de forma a preservar sempre a sustentabilidade do espaço urbano (Finotti, 2012).

2.1.2 Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

A sociedade mundial começou a demonstrar sua preocupação com a causa ambiental, incentivando a todos os países a adotarem legislações mais rigorosas para a questão da preservação dos recursos naturais, face ao histórico de desgaste ambiental em que o mundo se encontrava (Emery, 2014).

Alguns autores acreditam que a sociedade reuniu tecnologia suficiente para se autodestruir de forma rápida. Além disso, com o advento da revolução industrial e capitalista, ampliou-se na sociedade um caráter consumista, esquecendo-se de considerar que os recursos naturais são finitos e desconsiderando a qualidade de vida das gerações futuras (Lopes, 2010). Acrescenta-se o quanto é indispensável compreender os limites do nosso ecossistema, bem como de seus recursos não renováveis e, a partir disso, criar sistemas produtivos e de consumo sustentáveis. O foco não pode ser apenas para produção e acumulação de riqueza, mas também rever estilos de vida baseados no consumismo e sobretudo oferecer à natureza tempo e condições para que ela possa se regenerar (Boff, 2016).

A partir dos novos conceitos de sustentabilidade, ficou constatado que era extremamente necessário evitar consequências ainda maiores na destruição do meio ambiente, e para isso era imprescindível uma mudança de hábitos, estabelecendo limites. Acredita-se que a não adesão à mudança de cultura, em se tratando da utilização do meio ambiente, inevitavelmente levaria à redução dos recursos naturais e, em vista disso, acarretaria dificuldades para a sobrevivência humana no planeta (Emery, 2014).

A responsabilidade das políticas públicas é a de criar condições para que as atividades da população sejam coerentes com os ideais e projetos de futuro que se espera. Em geral envolvem a sobrevivência do grupo, a melhor qualidade de vida, o acesso aos recursos básicos, a felicidade, a solidariedade e os demais valores ou expectativas sociais de um futuro para a vida, ou seja, de criar melhores condições de vida, hoje e no futuro. Governo, escola, igreja, família e as demais agências devem ser capazes de fortalecer comportamentos de valor social e sustentáveis (Rodrigues & Najberg, 2012).

As leis ambientais vigentes no país, no âmbito federal, estadual ou municipal representam o ordenamento das ações referentes ao uso dos recursos naturais, bem como a ocupação do espaço territorial. Historicamente, o Brasil possui normas jurídicas avançadas e de cunho abrangente. Essas concepções e abordagens referentes ao tema sofreram ao longo das décadas diferentes mudanças. Podendo ser tratadas como avanços ou retrocessos se relacionadas ao momento político, social e econômico do país (Kohler, 2003).

O Brasil possui “política ambiental” instituída pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), bem como reafirmada em decretos posteriores, ganhando em especificidade e amplitude (Oliveira *et al.*, 2017). A regulamentação das várias atividades que permeiam o meio ambiente, no intuito da preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, assegurando à população condições propícias para seu desenvolvimento social e econômico é um dos objetivos da PNMA (Kohler, 2003). De acordo com a referida Lei, a gestão estratégica, resultante da definição de competências nas três esferas de governo, encontra-se estruturada da seguinte forma: o Conselho de Governo atua como órgão superior; o órgão Consultivo e Deliberativo é formado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); o Ministério do Meio Ambiente (MMA) atua como Órgão Central, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) funciona como Órgão Executor. Em adição, os órgãos ou entidades estaduais atuam

como Órgãos Seccionais, e os órgãos ou entidades municipais operam como Órgãos Locais (Oliveira & Monteiro, 2014).

A vigente Constituição Federal de 1988 reafirmando e ampliando normas da Política Nacional do Meio Ambiente, introduz, de forma inovadora, relevantes e oportunas regras conciliatórias do desenvolvimento socioeconômico com a defesa e a preservação do patrimônio ambiental (Emery, 2014). A lei máxima da esfera federal prevê a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso coletivo e essencial à qualidade de vida. A responsabilidade pela manutenção do equilíbrio ambiental cabe tanto ao Poder Público (que necessariamente deverá intervir nas relações jurídicas capazes de gerar prejuízo ao meio ambiente), como também a coletividade em geral, isto é, a cada um dos membros constituintes da sociedade, seja individualmente ou juridicamente (Cunha & Augustin, 2014).

A Constituição Federal (CF), também conhecida como Lei fundamental do Estado, é um instrumento legislativo que define os princípios, objetivos e diretrizes de um país. Trata-se de um instrumento que organiza as normas que regem os direitos sociais, a ordem econômica e social, e a seguridade social da nação (Lassalle, 2015).

A Constituição vigente hoje na República Federativa do Brasil foi promulgada em 05 de outubro de 1988, e traz como fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. O documento também é responsável por disciplinar o poder político através das definições da forma do Estado, governo, aquisição e exercício do poder, definição das instituições essenciais ao Estado, área de atuação e competências (Fischmann, 2009).

A partir da forte tendência ao parcelamento e à distribuição inadequada de terras, e o crescimento rápido e desordenado de áreas urbanas brasileiras a partir da década de 60, surgiu a necessidade de melhorias nas políticas públicas urbanas. Desta forma, a Constituição Federal (CF) de 1988 foi a primeira Constituição brasileira a prever o Direito Urbanístico, mediante a inclusão de Capítulo próprio que trata da Política Urbana, composto pelos artigos 182 e 183 (Lassalle, 2015). O Art. 182 da CF discorre acerca da política urbana, e define que:

“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). ”

Com a Constituição de 1988, alguns mecanismos de política urbana foram previstos, como a desapropriação por dívida pública e imposto sobre propriedade predial e territorial. No intuito de regulamentar o disposto no capítulo de Política Urbana da Constituição Federal, a política do espaço urbano foi amplamente discutida com os setores envolvidos entre os movimentos sociais, empresariado, legislativo e estudantil. Após longos 10 anos de discussão, os consensos originaram a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, aprovada após um longo e vagaroso processo de tramitação (Brasil, 2001). Com a maioria de nossas atividades e população consideradas urbanas, a referida Lei traça diretrizes, regras básicas, e delega uma série de atribuições aos Municípios. O objetivo maior desta Lei, conhecida como o Estatuto da Cidade, é regulamentar o uso e a ocupação do solo urbano. Por velar pela proteção ao meio ambiente de forma equilibrada e sustentável, formando um aglomerado de regras que pretendem regulamentar a ocupação e o aproveitamento do solo urbano, garantindo a função social da propriedade, tornou-se um dos maiores avanços legislativos (Goes & Morales, 2013).

Por meio de suas diretrizes gerais, o Estatuto da Cidade impõe um complexo sistema de atuação na questão urbana através da garantia de direito a cidades sustentáveis, a gestão democrática e a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade durante o processo de urbanização, atendendo sempre ao interesse social (Rodvalho, 2008).

Dentre as regras de aproveitamento do solo urbano, alguns instrumentos jurídicos e políticos previstos na legislação civil visam garantir a função social da propriedade, e princípios como o da dignidade da pessoa humana. A desapropriação, a usucapião especial de imóvel urbano, parcelamento, edificações, tombamento e a regularização fundiária são responsáveis por cumprir as diretrizes gerais previstas em capítulo próprio do Estatuto da Cidade, fazendo-as valer na prática. Também estão presentes alguns institutos financeiros e tributários, como o IPTU, contribuições de melhoria e incentivos fiscais (Marchesan, 2007).

Os instrumentos da política urbana também estão presentes no Estatuto da Cidade e compreendem em planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de

desenvolvimento econômico social; planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões; e planejamento municipal, composto de diversas ferramentas de competência municipal, a exemplo do Plano Diretor (Rodvalho, 2008).

Até então, não havia interferência eficiente do poder público nas questões urbanas quando necessário. Entendendo que ao governo federal cabe apenas a criação do suporte jurídico para a atuação dos municípios na questão urbana, essa Lei institui o Plano Diretor nas cidades com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, de áreas de especial interesse turístico, e nas inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de caráter regional ou nacional. Permitindo assim que os Municípios implantem os instrumentos de política urbana levando em consideração características locais e necessidades da região (Santin & Marangon, 2008).

O Poder Público é constituído por unidades e órgãos dotados de autoridade, ao qual apresentam papel fundamental na preservação do meio ambiente. O exercício do poder-dever público não está pautado somente em criar políticas de Estado, editar leis e fiscalizar o seu cumprimento, mas, sobretudo, reunir as maiores e melhores condições para conduzir o comportamento de uma sociedade e espalhar a importância e o significado das questões ambientais (Oliveira & Monteiro, 2014). A fiscalização e regulação dos processos induz ao aproveitamento e funcionamento econômico, por meio de investimentos institucionais, como as parcerias públicas privadas, numa visão de sustentabilidade, em que se desenvolve valores a fins de suporte a atitudes para novos campos de produção sustentáveis (Cunha & Augustin, 2014).

Nesse contexto, denota-se que, nesse dispositivo legal, estão protegidos os cidadãos e a comunidade, o patrimônio público e privado, o lazer e o desenvolvimento econômico por meio das diferentes atividades, monumentos, paisagens, a flora e a fauna. É fundamental considerar que, decorridas mais de três décadas de instituição da política nacional de meio ambiente e um tempo pouco menor da carta constitucional, o debate incorporou aspectos antes não considerados, aproximando-se da complexidade que envolve as questões ambientais (Oliveira *et al.*, 2017). As diretrizes e metas de um almejado desenvolvimento sustentável impõem ao Estado e a população mundial a tarefa de conservação do meio ambiente, observados os princípios científicos e as leis naturais que regem os mecanismos ecossistêmicos (Emery, 2014).

Obviamente, o campo de atuação pública encontra-se limites, por isso devem-se buscar conciliar as políticas de Estado com aquele universo de fatores, visando a transformação dos contextos sociais, econômicos e educacionais que influenciam constantemente o comportamento de uma sociedade para um ou outro sentido. Destaca-se também políticas voltadas para a educação ambiental aliadas a estratégias que possibilitem as camadas sociais mais baixas ascenderem, pelo menos, ao piso mínimo de seus direitos fundamentais, representam, sem dúvida, em conjunto com as leis, o melhor projeto de Estado para o meio ambiente (Oliveira & Monteiro, 2014). O Estado tem sido o principal promotor e gestor de formulações e execuções de políticas e planos de desenvolvimento regional e gestão territorial e econômica, orientados para a defesa de uma maior sustentabilidade (Fernandez, 2014).

Atrelada aos desafios indicados na Agenda 21, as estratégias de preservação ambiental do governo federal surgem na forma de liberação de acesso aos recursos financeiros para os municípios que se adequem ao formato estabelecido. Desta forma, o Estado passa a atuar como fomentador de políticas públicas sustentáveis e não apenas como controlador e fiscalizador (Kohler, 2003). Frise-se, atualmente, o Estado, nas suas estruturas administrativo ambientais, de forma isolada, não suporta o peso e gravidade do consumismo ao meio ambiente, em especial as impostas pelas novas tecnologias, que ocasionam uso abusivo e degradante das reservas naturais, acumulando gigantescas quantidades de resíduos e alterando microclimas. É essencial um suporte de toda sociedade, que, detendo acesso efetivo à educação e à conscientização ambiental, poderá hastear a comunhão de uma verdadeira mudança no ecossistema, assegurando a efetividade da garantia constitucional da proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável (Oliveira *et al.*, 2017).

A sustentabilidade, na verdade, deve ser um projeto de integração: meio ambiente, sociedade (inclusão social), mercado e Estado. Na sua forma mais elementar, a sustentabilidade, reflete uma necessidade de vincular a sobrevivência à base da existência humana a fim de manter as condições de vida. Essa ideia é simples e ao mesmo tempo complexa sob a ótica da justiça, de critérios estabelecidos por meio de orientadores, valores e princípios de toda uma sociedade (Cunha & Augustin, 2014).

O processo de planejamento/gestão deve incorporar diferentes agentes sociais, mas somente o Estado tem a capacidade de realizar a mediação e negociação entre tantos interesses. O planejamento regional se insere por meio da intermediação entre diversos agentes sociais cuja finalidade é de se obter os melhores resultados. O que se pretende salientar é que cabe ao

Estado conduzir o processo de gestão para a promoção da sustentabilidade, realizando, através de suas instituições, a mediação entre os diversos agentes sociais e criando as condições para a negociação e aceitação dos princípios, normas, diretrizes e ações que integram o plano de desenvolvimento regional (Fernandez, 2014).

2.1.3 Ações para a promoção da Sustentabilidade

Atualmente, o desenvolvimento e avanço para uma sociedade tida como sustentável é permeado de inúmeros obstáculos. A medida em que existem restrições de conhecimento e consciência da sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso, os resultados obtidos provocam atividades ecologicamente predatórias, e as causas são imediatamente atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e ao Estado (Jacobi, 2003).

Iniciativas e ações preventivas para um manejo adequado dos recursos naturais defrontam-se com diversos obstáculos em sua aplicação prática do sustentável. No Brasil, as dificuldades mais recorrentes não estão relacionadas com a falta de recursos e sim na incapacidade de monitoramento e fiscalização de órgãos regulamentadores da esfera ambiental por parte do Estado, a preservação de áreas de reserva legal, no controle do desmatamento, ao uso racional da água, na implicação e cuidado do solo, ao uso abusivo de agrotóxicos, na localização de empreendimentos e a destinação de resíduos (Fernandez, 2014).

O desafio para a sustentabilidade não está exatamente no conteúdo do que se deve fazer, porquanto a ciência já avançou suficientemente em medidas socioprodutivas e de manejo dos recursos naturais de menor impacto ou de impacto reduzido, mas, sim, em como determinar qual estratégia é possível e viável para que os agentes sociais manejem os recursos racionalmente e de maneira menos degradante. Sabe-se o quanto o problema é complexo, tanto pelas necessidades sociais de consumo de bens e serviços, quanto pelos interesses do desenvolvimento capitalista; no entanto, é indispensável mudar os paradigmas, pensamentos, ações e as práticas de produção e consumo (Fernandez, 2014). Paralelamente, Jacobi (2003) concorda que o desafio para a promoção da sustentabilidade é de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em níveis formal e não formal. Assim, a Educação Ambiental deve ser, acima de tudo, uma ação de política pública voltada para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, relacionando o homem, a

natureza e o universo, e que o principal responsável pela extinção e esgotamento dos recursos naturais é o homem.

A ruptura com o atual padrão de desenvolvimento dar-se-á com uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental. Nesse contexto, acredita-se que a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participatividade (Jacobi, 2003).

Segundo Dias (2010) a Educação Ambiental teria como finalidade promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade. Além disso, a Educação Ambiental proporcionaria a todas as pessoas a possibilidade de adquirir conhecimentos necessários para proteger e melhorar a qualidade ambiental juntamente com interesse ativo e as atitudes, induziria uma nova forma de conduta aos indivíduos, nos grupos sociais e na sociedade em seu conjunto, tornando-a apta e eficaz na busca de alternativas e soluções para os seus problemas ambientais, sociais e econômicos, como forma de elevação da qualidade de vida.

“A educação é um dos meios humanos que garantem aos sujeitos, por maior que seja o estado de miséria material e espiritual e os limites de opções dados pelas condições de vida, o sentido de realização ao atuar na história modificando-a e sendo modificado no processo de busca de construção de alternativas ao modo como nos organizamos e vivemos em sociedade” (Loureiro, 2005, p.149).

Existe a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles. Cabe ao poder público o papel indutivo nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação. Trata-se de promover a mudança cultural e o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da atuação a sociedade em um nível mais nas decisões públicas ambientais, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental (Jacobi, 2003). Ademais, Loureiro (2005) reforça a necessidade de se realizar a ação educativa plena, integral e articulada com outras esferas da vida social para que se consolidem iniciativas capazes de mudar o modelo contemporâneo de sociedade. Para o autor, a Educação Ambiental integra propostas educativas oriundas de concepções teóricas e matrizes ideológicas distintas, sendo reconhecida no Brasil como de inegável relevância para a construção de uma nova perspectiva ambientalista de mundo e de sociedade.

Nessa perspectiva de Educação Ambiental, alguns autores acreditam que as soluções dos problemas ambientais concentram-se nos próprios recursos tecnológicos; as aulas teóricas e práticas desenvolvem-se pelo enfoque ecológico, desconectando-se ou minimizando as discussões econômicas, políticas, culturais e sociais. As principais atividades pedagógicas existentes direcionam-se para as visitas em meios naturais, diferenciando-se do meio urbano; atividades relacionadas a limpeza do lugar, reciclagem, coleta seletiva, plantação de mudas, economia da água. Acrescenta-se a apresentação dos ecossistemas locais, como destaques para aspectos da fauna e da flora regional (Silva, Costa & Almeida, 2012).

2.1.4 Sustentabilidade e qualidade de vida

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define qualidade de vida como as percepções individuais sobre sua posição de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vivem, e em relação às suas metas, padrões, expectativas e preocupações. Trata-se de um conceito abrangente, que incorpora de uma forma complexa, a saúde física, o estado psicológico, o nível de dependência, as relações sociais, as crenças pessoais e o relacionamento com características que se destacam no ambiente (Pelicioni, 1998).

A qualidade de vida se traduz pela satisfação em viver. Este estado de satisfação ou insatisfação constitui na verdade, uma experiência de caráter pessoal e está intimamente ligada ao propósito de obtenção de melhores condições de vida. Apesar de tratar-se uma conceituação abstrata, que leva em consideração a percepção individual, existe um aspecto que influencia o coletivo. Isso permite que indicadores concretos sejam utilizados na mensuração da qualidade de vida, podendo ser agrupados em ambientais, habitacionais, urbanos, sanitários e sociais (Forattini, 1991).

A qualidade de vida é uma busca crescente em vários países do mundo, em especial na melhoria da condição de vida de populações. Considerando que a qualidade de vida tem forte relação com o desenvolvimento sustentável, vale ressaltar que indicadores de desenvolvimento como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) leva em consideração a expectativa de vida ao nascer; alfabetização de adultos; esperando pelo menos 15 anos de escolaridade; matrícula nos três níveis de ensino e PIB *per capita* (Figueira Jr & Ferreira, 2006).

Os debates sobre sustentabilidade evidenciaram a necessidade de seu monitoramento e a utilização de instrumentos de avaliação e mensuração. Estudos demonstram que a qualidade de vida urbana é um indicador importante para avaliação da sustentabilidade urbana. Nesse

sentido, enveredar por meio de um estudo empírico sobre a qualidade de vida urbana traz à tona a contribuição ao se somar às discussões sobre a sustentabilidade (Araújo & Cândido, 2014).

Acredita-se que o desenvolvimento sustentável ocorrerá quando houver a implementação das condições de vida, do saneamento básico, da disponibilidade de emprego, da estrutura dos serviços de saúde, da oferta de meios que promovam a educação e o lazer, o que está relacionado com a qualidade de vida de uma população. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável está diretamente associado ao desenvolvimento humano (Figueira Jr. & Ferreira, 2006). Desse modo, entende-se que a qualidade de vida urbana envolve, necessariamente, e antes de tudo, a sustentabilidade em todas as suas dimensões, as quais são passíveis de serem medidas e quantificadas como forma de subsidiar a gestão urbana local na elaboração de políticas públicas no sentido de promover uma maior isonomia da população (Araújo & Cândido, 2014).

2.2 O enfoque na Sustentabilidade Corporativa

2.2.1 Sustentabilidade Corporativa: definições e conceitos

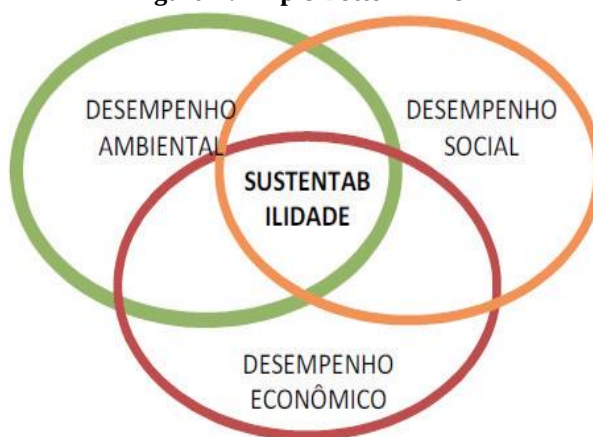
Atualmente, o papel da empresa não é apenas a maximização dos lucros e geração de riquezas. À medida que as discussões acerca do desenvolvimento sustentável avançam e alcançam dimensões cada vez maiores, os interesses e necessidades coletivas são alterados e a opinião pública passa a pressionar e exigir um comportamento responsável, incorporando os conceitos de responsabilidade social e ambiental (Zamcopé *et al.*, 2012).

A atividade corporativa é a principal força motriz da globalização, há a necessidade de novas formas de avaliação empresarial que descrevam corretamente as consequências da atividade produtiva, independentemente de onde, quando, e como ela ocorre. Sendo assim, foram desenvolvidas iniciativas de abrangência nacional e internacional cujo objetivo é a mensuração da sustentabilidade no contexto empresarial (Mattioda & Canciclieri Jr, 2012).

Uma das definições de sustentabilidade corporativa afirma que esta é o atendimento das necessidades dos grupos de interesse da empresa (*stakeholders*), como acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidade e governo, de forma direta ou indireta, sem comprometer sua capacidade para satisfazer as necessidades de grupos de interesse futuros (Zamcopé *et al.*, 2012).

Algumas empresas entendem por desenvolvimento sustentável apenas o cumprimento das leis ambientais (Gomes *et al.*, 2010). Porém, na Declaração da Rio 92 a noção dos três pilares do desenvolvimento sustentável foi apresentada, sendo: desenvolvimento ambiental, social e econômico. No intuito de sensibilizar as empresas acerca da importância da sustentabilidade corporativa, entendeu-se que esses pilares do desenvolvimento sustentável deveriam expressar uma linguagem de negócios e assim, foi criado o termo *Triple Bottom Line (TBL)* em 1994 (Benites & Polo, 2013). O conceito da responsabilidade corporativa está intimamente relacionado ao papel empresarial no desenvolvimento sustentável, onde as corporações devem se empenhar assumindo a responsabilidade não só pelos danos ambientais, como também pelas políticas que causam esses danos (Dias, 2017).

Figura 1: Triple Bottom Line



Fonte: Hepper *et al.*, 2017

O *Triple Bottom Line* é uma ferramenta para apoiar a integração dos objetivos da sustentabilidade na agenda de negócios, equilibrando objetivos econômicos tradicionais com preocupações sociais e ambientais, criando assim uma nova dimensão de desempenho corporativo. Em meados de 1990, o termo foi articulado pelo britânico John Brett Elkington, que incluiu, além das medidas financeiras tradicionais do *framework* contábil, as dimensões sociais e ambientais (Mattioda & Canciclieri Jr, 2012).

Dias (2017) discorre sobre o que compreende cada dimensão do modelo supracitado. A dimensão econômica envolve o desempenho financeiro tradicional da empresa, mas também a

sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento econômico local e de todas as partes interessadas de forma ética e responsável. A dimensão ambiental está relacionada com as atividades da empresa e a proteção dos ecossistemas envolvendo geração de resíduos, consumo de recursos ambientais e emissão de elementos poluidores. Por fim, a dimensão social envolve as consequências sociais da atividade da empresa perante o conjunto dos seus *stakeholders*, tais como as políticas sociais da empresa e os direitos humanos.

A crescente adoção de sistemas integrados de gestão com foco em padronização de processos representados principalmente por normas voluntárias de qualidade, saúde, segurança e de responsabilidade social é uma das evidências principais de aumento da preocupação das instituições para as questões socioambientais. As empresas que aplicam esses padrões a partir de uma perspectiva integrada estão lidando com várias questões importantes relacionadas ao modelo do TBL (Morioka & Carvalho, 2017).

A sustentabilidade corporativa procura adotar em suas políticas e práticas empresariais, conceitos e objetivos de desenvolvimento sustentável de forma consistente. A responsabilidade social é adotada quando seu objetivo incorpora o desenvolvimento sustentável, com a preocupação de que suas estratégias de negócios e processos sustentem e aumentem os recursos humanos e naturais que serão necessários no futuro. A inserção dos princípios da sustentabilidade na criação, produtos ou serviços, promove uma melhor performance no negócio, e se torna uma estratégia capaz de atrair mão de obra, investidores e clientes, agregando valor ao mesmo (Hansen & Grosse-Dunker, 2013). Surge um novo conceito de empresa voltadas para as práticas de sustentabilidade, cujo principal objetivo é o esforço para reduzir os impactos sociais e ambientais, através de adaptação de seus produtos, processos e estruturas organizacionais, tendo em conta as atitudes dos diferentes atores para realizar negócios por meio de atividades que respeitem o meio ambiente (Benites & Polo, 2013).

A sustentabilidade corporativa trata do atendimento das necessidades dos grupos de interesse da empresa, como acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidade e governo, de forma direta ou indireta, sem comprometer sua capacidade para satisfazer as necessidades de grupos de interesse futuros e implica em uma interpretação muito mais ampla do conceito de capital do que normalmente é utilizado por economistas ou ecologistas (Zamcopé *et al.*, 2012). As empresas podem investir recursos financeiros e humanos em inovação de seus produtos e processos para melhorar a eficiência do uso de matéria-prima, de forma a elevar o seu produto, melhorar sua imagem corporativa e, ao mesmo tempo, reduzir o

impacto negativo sobre o meio ambiente e melhorar as condições de trabalho (Morioka & Carvalho, 2017).

A sustentabilidade corporativa ganha cada vez mais status de vantagem competitiva. Atualmente a sustentabilidade nos negócios é encarada não como uma iniciativa ambiental, e sim como uma estratégia empresarial que gera valor a partir da busca de melhores resultados sociais e ambientais. As empresas estão procurando inserir o tripé da sustentabilidade e seus princípios na estratégia e gestão de seus negócios. A partir daí, surgem novos modelos de negócios que visam ao equilíbrio entre o capital natural, humano, associado ao desenvolvimento e inclusão de tecnologias limpas (Benites & Polo, 2013). Para que uma empresa seja considerada sustentável, é de suma importância que haja um planejamento para redução de insumos e resíduos, e não somente preocupações e ações voltados para a fauna e a flora, as quais são denominadas como ação social e não custo ecológico (Santos & Baptista, 2016).

O valor agregado e a aplicabilidade da sustentabilidade, resulta da composição de efeitos sociais, ambientais e econômicos. Como os direcionadores financeiros já são tradicionalmente considerados essenciais nos processos de tomada de decisão e ação, o desafio para as instituições é entender os efeitos dos processos empresariais sobre o meio ambiente e para a sociedade (Morioka & Carvalho, 2017).

2.2.1.1 Sustentabilidade Ambiental

A Sustentabilidade Ambiental condiz com a existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana sem que prejudique as gerações futuras, proporcionando bem-estar para todos. Este mesmo tipo de sustentabilidade pode ser considerada como princípio da solidariedade com o planeta e suas riquezas, assim com a biosfera que o envolve (Barbosa, 2008).

A dimensão ambiental deve representar as medidas de recursos naturais e refletir influências potenciais para sua viabilidade. Pode incorporar qualidade do ar e da água, consumo de energia, recursos naturais, resíduos sólidos e tóxicos e uso / cobertura do solo. Idealmente, ter tendências de longo alcance disponíveis para cada uma das variáveis ambientais ajudaria as organizações a identificar os impactos que um projeto ou política teria na área (Dias, 2017).

A busca por indicadores de sustentabilidade ambiental cresceu bastante durante a última década, particularmente em sua segunda metade, principalmente por parte de organismos

governamentais, não-governamentais, institutos de pesquisa e universidades em todo o mundo. Têm como função diagnosticar a saúde do ecossistema e fornecer uma ferramenta para monitorar condições e mudanças ambientais ao longo do tempo. Através da sua utilização é possível a análise das condições, mudanças da qualidade ambiental, entendimento das interfaces da sustentabilidade, bem como de tendências, como uma ferramenta de suporte no processo de tomada de decisão e formulação de políticas e práticas sustentáveis (Kemerich, *et al.*, 2014).

2.2.1.2 Sustentabilidade Econômica

A Sustentabilidade Econômica trata do capital artificial financeiro. Esta dimensão é decorrente de atividades que provêm produtos e serviços cujo objetivo é aumentar tanto a renda monetária, como o padrão de vida dos indivíduos e grupos, formalmente e informalmente. Essa performance econômica contemporânea tem sido medida através de números, mensurando a produtividade, emprego e categorizando o padrão de qualidade da população referentes a um PIB (Barbosa, 2008). É realizada por meio de alocação e gestão mais efetivas dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado nos quais a eficiência econômica deve ser avaliada com o objetivo de diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos (Costa, 2019).

A adoção de medidas sustentáveis por parte das empresas faz com que suas possibilidades de sucesso econômico sejam, consideravelmente, aumentadas. Isto ocorre por meio de um replanejamento de gastos e organização de suas condutas éticas e morais. Ao mesmo tempo, estes artifícios do pensamento sustentável são capazes de proporcionar uma maior eficiência nos processos, reduzindo os impactos dos mesmos (Costa, 2019).

É comum medir o desempenho de uma organização de diferentes formas, incluindo o retorno financeiro e aumento do valor agregado. Este ponto de vista convencional da economia tem como objetivo principal o uso eficiente dos fatores de produção: capital, trabalho, conhecimento e recursos naturais. Todavia, a Dimensão Econômica da Sustentabilidade tem como objetivos atributos que vão além da eficiência buscada pelo modelo convencional. Nesse caso, há uma preocupação sistêmica do impacto econômico de produtos e serviços (Rosa & Pozza, 2012).

2.2.1.3 Sustentabilidade Social

Segundo Barbosa (2008) a Sustentabilidade Social tem como proposta os direitos mínimos necessários para uma vida digna pelo ser humano, onde ele possa usufruir bens, serviços, recursos naturais e energéticos e bem-estar, sem prejudicar ao próximo. Está intimamente relacionada com a equidade na distribuição de renda e de bens, permitindo a igualdade de direitos para a dignidade humana e solidariedade social.

Alguns autores apontam que uma narrativa política da economia interligada aos desafios do desenvolvimento sustentável está ameaçando a dimensão social. O crescimento populacional e aumento das necessidades básicas, desigualdade de renda, desenvolvimento e expansão urbana está em declínio e é evidente a escassez dos recursos públicos (Woodcraft, 2012).

Trata-se essencialmente de um conceito antropocêntrico de justiça infra e intergeracional reivindicando o direito a uma vida digna para os seres humanos. O elemento central da sustentabilidade social é o seu compromisso com a coesão social das sociedades, a aversão à exclusão social e a discriminação (racial e de gênero). A sustentabilidade social compreende o direito de todo cidadão de participar ativamente da sociedade e a condição para que isso aconteça é fomentar a participação dos cidadãos nos assuntos públicos. Esse acesso exige a existência de infraestrutura social e institucional técnica adequada, facilidade e acessibilidade em usá-la, o apoio educacional aos cidadãos, disponibilidade e aplicabilidade dos recursos econômicos, fiscalização, continuidade e conservação de programas funcionais (Omann & Spangenberg, 2002).

A sustentabilidade social é um campo emergente de políticas e práticas de planejamento urbano. Embora uma dimensão social para a sustentabilidade seja agora amplamente aceita como importante (ao lado das dimensões ambientais e econômicas), ela é pouco teorizada e não está claramente definida no discurso ou na prática das políticas. Muitos trabalhos acadêmicos sobre sustentabilidade social concentram-se em definir e teorizar as múltiplas e fluidas interpretações do conceito, que vão desde ideias filosóficas e políticas de direitos humanos, bem-estar, igualdade e justiça social, até ideias relacionadas de capital social comunitário e empoderamento. Equidade social, diversidade, qualidade de vida social e governança integrada são setores recém-adicionados à dimensão social da sustentabilidade corporativa (Woodcraft, 2012).

Com uma proposta adequada da gestão pública é possível não apenas reduzir as pressões ambientais e aumentar a prosperidade econômica, mas também contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade social. Isto tem sido demonstrado pela realização de uma série de avaliações multicritérios, como a criação e utilização de instrumentos de medida conhecidos como Indicadores de Sustentabilidade Social. A ferramenta de avaliação adequada para avaliar a sustentabilidade seriam estratégias para identificar problemas e gerar soluções dando continuidade e ampliando os investimentos em intervenções estruturais de caráter social (Omann & Spangenberg, 2002).

2.2.2 Sustentabilidade corporativa e ações voltadas para a Gestão Pública

As cidades, como organismos totalmente complexos e, com vários níveis de atuação, apresentam inúmeras dificuldades, entre elas, aquelas voltadas para questões sócio ambientais. Sendo assim, as estratégias de desenvolvimento urbano acabam passando pela discussão de um modelo de desenvolvimento que agregue a promoção econômica junto com a preservação e conservação ambiental e a participação social (Goes & Morales, 2013).

O grande desafio para a administração pública está em desenvolver modelos de gestão que se alinhem em suas missões e objetivos em conjunto com a preservação do meio ambiente. Com o passar dos anos, notou-se que para o desenvolvimento de ações de sustentabilidade sejam efetivamente inseridas. Elas teriam que ser trabalhadas em níveis grupais cada vez menores, a fim de que as cidades, e as sociedades espalhadas ao redor do planeta possam ter orientação para prática diária (Munck & Souza, 2009).

Os administradores públicos de antigamente, apenas garantiam o cumprimento de ordens das quais estabeleciam, mas não analisavam em si, os municípios como empresas que deveriam se desenvolver para o crescimento, e assim, beneficiando seus colaboradores de maneira geral, que seria a população. A gestão pública centraliza estavelmente seus trabalhos e funcionamento, priorizando o pensamento inerte de que as repartições públicas, em especial as prefeituras, devam ou tentem manter estável alguns pilares como os recursos humanos, de materiais e principalmente o financeiro. Porém a realidade é contraditória, pois quem gerencia um serviço é frequentemente atacado por diferentes tipos de solicitações, preferencialmente de natureza política e de cidadãos que esperam a resolução de problemas. Em contrapartida, quem trabalha na gestão do serviço público vê-se pressionado em administrar variados e diferentes

tipos de recursos, que na grande parte das vezes, carrega problemas de outras gestões (Goes & Morales, 2013).

A questão da política ambiental deve ser avaliada de acordo com a sua visão e atuação. A aplicação de políticas ambientais isoladas, de modo geral, entra em conflito com interesses econômicos, pois estes estão fundamentados na exploração de recursos naturais, considerados de baixo custo. Basicamente a população vem sendo conscientizada por uma mídia ecológica cada vez mais influente, tornando-se fundamental ao Poder Público, para a solução de problemas antes banidos para um segundo plano (Chaves & Fabris, 2017).

O município pode ser considerado como a unidade governamental que pode propiciar de fato a participação dos cidadãos na monitoração e participação da gestão ambiental local em conjunto com o poder público para principalmente contribuir na elaboração de diretrizes de uma política de proteção ao meio ambiente com Sustentabilidade, neste viés surge a problemática de se identificar instrumentos de políticas públicas que possam ser utilizados no desenvolvimento municipal sustentável e que agreguem valor à gestão local (Hayashi & Silva, 2015).

A gestão pública é uma esfera de grande complexidade. Quando pensamos em um governo, devemos analisá-lo olhando como são difíceis os desafios a serem superados, porque a gestão pública não consegue apenas colocar em pauta apenas um enfoque. A priorização de certos conceitos, estes sim devem ser pautados, pois de antemão sem o desenvolvimento que leve em consideração a sustentabilidade, grandes prejuízos poderão acarretar no futuro, gerando riscos na carência de recursos para serem administrados (Goes & Morales, 2013).

Práticas de sustentabilidade nos municípios devem virar rotina numa gestão pública. Para tanto, atividades educacionais voltadas à questão socioambiental podem contribuir para as práticas dos cidadãos nos seus municípios. Pessoas mais preparadas ocupando cargos públicos, podem criar estratégias adotadas para buscar uma gestão mais voltada às práticas sustentáveis (Goes & Morales, 2013).

2.3 Indicadores de Sustentabilidade: instrumentos de planejamento e gestão

A mensuração da sustentabilidade se da capacidade de conservar o capital natural, permitir que o mesmo se refaça e ainda, através do gênio humano, possa ser enriquecido e conservado para as futuras gerações. Essa definição ampliada e integradora de sustentabilidade

serve como critério de avaliação para o quanto temos progredido e nos deve igualmente servir de inspiração ou de ideia geradora para realizar esse conceito nos vários campos da atividade humana. Sem isso a sustentabilidade é pura retórica sem consequências (Boff, 2016).

O papel dos indicadores de sustentabilidade é estruturar e comunicar informações sobre questões-chave e tendências consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável. Com base nesses indicadores, cientistas, políticos, cidadãos e tomadores de decisão podem monitorar as alterações nas dimensões da sustentabilidade, o que possibilita identificar tendências para cenários futuros (Leonetti *et al.*, 2016).

2.3.1 Características e aspectos dos indicadores de sustentabilidade

Os debates sobre sustentabilidade evidenciaram a necessidade de seu monitoramento e a definição de instrumentos de avaliação. Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que, associadas através de diversas formas, revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem (IBGE, 2005). Os indicadores comunicam ou informam sobre o progresso da gestão em direção a uma determinada meta. Além disso, são recursos que deixam mais perceptíveis as tendências ou fenômenos, podendo ser ou não imediatamente detectáveis (Bellen, 2004).

Hanai & Espíndola (2011) conceituam indicadores como variáveis representativas de um atributo, quer seja, qualidade, característica ou propriedade de um sistema, as quais visam sintetizar as informações essenciais sobre a sua viabilidade e sua dinâmica de transformação, bem como informam o estado de um sistema, além de intervir e corrigir o seu direcionamento a determinados objetivos.

Os indicadores mais desejados são aqueles que resumem ou simplificam as informações relevantes, façam com que certos fenômenos que ocorrem na realidade se tornem mais aparentes; aspecto esse que é particularmente importante na gestão ambiental. Nessa área, especificamente, é necessário que sejam quantificadas, mensuradas e comunicadas as ações relevantes (Bellen, 2004). O desenvolvimento de indicadores, por sua vez, baseia-se num processo de duplo sentido: além de servir aos propósitos e necessidades das políticas locais, é desejável também que auxilie na elaboração e na concretização destas políticas, num amplo processo comunicativo (Hanai & Espíndola, 2011).

Os indicadores de sustentabilidade ambiental devem possibilitar uma visão de conjunto, necessitando para tal, serem construídos a partir dos problemas e da realidade existente, a fim de que se possa entender seus aspectos críticos e usufruir de seu verdadeiro potencial. Deve-se buscar o desenvolvimento, mas sob um enfoque integrador, mediante a utilização dos indicadores, considerando as dimensões sociais, ambientais e econômicas, para a consolidação de uma sociedade sustentável (Kemerich, *et al.*, 2014). Tais indicadores de sustentabilidade objetivam evidenciar a forma como a organização contribui ou pretende contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e Organizações e Sustentabilidade (Santos, Santos & Sehnem, 2016). Indicadores de sustentabilidade não são indicadores tradicionais de sucesso econômico e qualidade ambiental. Como a sustentabilidade requer uma visão de mundo mais integrada, os indicadores devem relacionar a economia, o meio ambiente e a sociedade de uma comunidade (Sato, 2020).

Alegre *et al.* (2007), afirmam que o processo de criação de indicadores e/ou índices inclui um processo de separação e transformação de dados elementares. Para os autores, o objetivo final é fornecer informações relevantes afim de serem utilizadas no processo de tomada de decisão. Esses indicadores devem ser claramente definidos, com significado consistentes, factíveis, auditáveis, universais, quantificáveis e de fácil entendimento.

Para a tomada de decisões políticas, normalmente são adotados indicadores sociais e econômicos. Porém, para monitorar e avaliar as mudanças e seus impactos no ambiente, são necessários indicadores comparativos (Sato, 2020). Com as profundas mudanças sociais e econômicas geradas pelas políticas locais, nacionais e mundiais, as cidades desenvolveram novas práticas para entender e aplicar a sustentabilidade na gestão. Nota-se que para que o desenvolvimento de ações de sustentabilidade sejam efetivos devem ser trabalhados em níveis grupais menores, com orientação para prática diária (Goes & Morales, 2013). É primordial que esta experiência exitosa, seja impulsionada pela sociedade civil e promovida pelos municípios. O poder público municipal é o principal responsável pelo registro das informações sobre a qualidade de vida e a realidade social do território de sua responsabilidade. Essas informações podem ser levantadas e mensuradas de forma independente ou um conjunto de associações de interesses coletivos, como órgãos do governo, universidades/faculdades ou de uma ONGs (Evangelista, 2015).

Bellen (2004) ressalta para a existência de diversos sistemas relacionados à avaliação da sustentabilidade, porém grande parte não estão devidamente bem elucidado e desenvolvidos.

Para o autor um dos maiores desafios enfrentados na quantificação ou qualificação da sustentabilidade consiste na elaboração de metodologias adequadas que permitam avaliar a sustentabilidade de realidades locais, regionais ou nacionais, posto existirem diferentes características e peculiaridades inerentes aos aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e institucionais. Kemerich *et al.* (2014) destaca uma grande dificuldade em agregar esses indicadores em um único parâmetro — o ‘índice’ — capaz de traduzir numericamente uma situação e apontar, ao tomador de decisão, o sentido da sustentabilidade da região.

Um problema significativo associado à seleção e aplicação dos indicadores mais comumente usados é a sua limitação, pois as diferentes características de avaliação dos indicadores podem não ser aplicáveis para todos os casos (Leonetti *et al.*, 2016). Esse problema ocorre devido a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento sustentável, a complexidade que decorre da agregação de variáveis não relacionadas diretamente, a questão da transparência em sistemas de avaliação, a existência dos julgamentos de valor e sua ponderação nos diversos sistemas, o tipo de processo decisório envolvido, bem como o tipo de variável envolvida (qualitativa, quantitativa ou ambas), entre outros (Bellen, 2004).

2.3.2 Indicadores de Sustentabilidade aplicados à Gestão Pública

A construção de indicadores de sustentabilidade é fundamental para o planejamento e execução das políticas públicas. As informações subsidiam a ação técnica e política dos gestores públicos, no monitoramento sistemático de órgãos do governo ou interesses coletivos, exercendo controle social e contribuindo para os avanços democráticos (Evangelista, 2015).

A sustentabilidade não pode ser encarada do ponto de vista de uma situação estática. Deve ser tratada como uma medição integrada ao longo do tempo para documentar processos capazes de evidenciar tendências, em consonância a inerente dimensão temporal inserida no conceito de desenvolvimento sustentável (Hanai & Espíndola, 2011).

Frente a isso, há mais de 40 anos, foi iniciado o debate científico incluindo o bem-estar como fator importante para a mensuração do crescimento a partir da publicação de William D. Nordhaus e James Tobin, em 1972. Porém com a conceituação de desenvolvimento sustentável, promovido pela Agenda 21 iniciou-se um movimento composto por diversos estudos e intercâmbios de informação para a mensuração da sustentabilidade nas esferas econômicas, ambiental e social. Surge o Índice de Bem-Estar Econômico Sustentável (ISEW). Posteriormente, houveram outras contribuições como o Indicador de Progresso Genuíno (GPI),

o Índice de Benefício Líquido Sustentável (SnBi); o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) (Veiga, 2010).

Em 1990, foi lançado pela ONU para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao qual propõe a verificar o grau de desenvolvimento de uma região utilizando alguns indicadores de desempenho sob a perspectiva de longo prazo por meio de três dimensões básicas: renda, educação e saúde. O IDH pode ser calculado em diferentes escalas populacionais, desde países, estados e municípios. Contudo quanto maior a escala populacional menor é o retrato real do desenvolvimento, devido a multiterritorialidades na área proposta (Guimarães & Feichas, 2009).

Criada pelo IBGE, o IDS é uma das ferramentas sistematizadas mais importantes de informações e dados sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Tratam-se de 63 indicadores organizados em quatro dimensões (ambiental, social, econômica e institucional), apresentados em mais de 100 tabelas e distribuídas em 19 temas (IBGE, 2015).

Os indicadores surgem como instrumentos para a análise e acompanhamento dos processos de desenvolvimento, servindo não só como subsídio para a formação de políticas, mas também no acompanhamento e fiscalização da execução dessas políticas. Para tanto, com a diversidade de dados emergiu a necessidade da existência de um número elevado de sistemas que possam englobá-los, com focos e abordagens diversos (Martins & Cândido, 2015).

Nos últimos anos houve uma notável expansão no interesse do uso de sistemas de Indicadores de Sustentabilidade úteis nas esferas públicas, privados, nacionais, internacionais, econômicas, administradores de regiões geográficas ou ecológicas, comunidades e ONGs. Entende-se que é fundamental a eleição de indicadores para avaliar e monitorar a eficácia e eficiência das ações implantadas e que, somadas as tomadas de decisões, corroboram com o sucesso da gestão da Sustentabilidade Corporativa (Bellen, 2004).

2.4 A monitorização do Desempenho das Organizações Públicas do Município

A avaliação de desempenho tem o propósito de buscar a excelência organizacional pela melhoria dos recursos humanos investidos nos mais diferentes papéis profissionais. Os resultados obtidos pelo uso dessa ferramenta passam a ser referências ou indicações para aplicação de políticas e normas administrativas (Siqueira, 2002). Esse instrumento de

mensuração permite melhorar a gestão dos serviços e das políticas públicas, auxiliando os gestores a entender que suas ações e decisões estão ligadas aos resultados obtidos e quais fatores podem limitar ou aumentar sua efetividade como regedor da “coisa pública” (Dalacorte, 2014).

O processo de avaliação de desempenho é um conjunto formado de atividades ao qual incluem a identificação, mensuração e a avaliação das medidas e projeções de médio e longo prazo, construindo assim, um mapa de potencial a serviço da organização (Araújo, 2006). Esse processo pode ser caracterizado pela inter-relação de três elementos: ações específicas ao qual são medidas singulares que quantificam um impacto pontual; ações gerais que tratam de um conjunto de medidas que são combinadas para avaliar o desempenho da toda a organização; e uma infraestrutura, que se caracteriza por sistemas de suporte que permite que dados sejam obtidos, coletados, classificados, analisados, interpretados e disseminados para o uso gerencial (Silva & Lima, 2015).

A avaliação de desempenho tem a função principal de melhorar a gestão dos programas, dos serviços públicos e das políticas públicas consistindo na apreciação do desempenho de cada pessoa em função das atividades que realiza, das metas e resultados a serem alcançados bem como no seu potencial de desenvolvimento. Ainda, permite à população o direito de questionar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo governo (Dalacorte, 2014).

A avaliação de desempenho é uma opção gerencial significativa utilizada para a gestão de pessoas, onde é possível pontuar os indivíduos que participam da organização a fim de alcançar mais facilmente as metas propostas. É um processo indispensável às organizações na busca pela eficiência, pois é o instrumento gerencial que permite que se descubram potencialidades, pontos fortes e pontos fracos destacando-se no cumprimento de suas atividades (Dalacorte, 2014).

A implantação de indicadores tende a oferecer melhorias na gestão pública. As variáveis que apresentarem menores índices tornam-se necessárias e uma maior atenção e dedicação. Pode ser que um dos processos dentro da instituição não se encontra bem estruturado, levando o foco primordialmente a estes pontos, buscando novas estratégias e maior análise organizacional (Silva & Lima, 2015).

Destaca-se que a avaliação de desempenho gera vários benefícios para administração pública gerencial que, preocupada com resultados efetivos e no investimento dos seus

servidores, terá melhores condições de atingir as finalidades e os objetivos por ela idealizados (Dalacorte, 2014). Siqueira (2002) acredita que o fator humano vem a ser o fator essencial para o sucesso de qualquer organização. O autor acredita que os instrumento de avaliação tem o propósito precípua de buscar a excelência organizacional através da melhora do desempenho de seus recursos humanos, investindo nos mais diferentes papéis profissionais.

Sousa & Guimarães (2014) apontam que as principais ações no desempenho do setor público que o tornam diferentes do setor privado, referem-se à multiplicidade e à amplitude dos objetivos, bem como à responsabilidade difusa e a política das atividades. A pluralidade no processo de decisão e à necessidade de controle público, caracterizado pela descentralização e impossibilidade de aferição de índices e valores de produtividade, penalizam o insucesso de iniciativas e concessão das metas organizacionais.

Acredita-se que o setor público tem dificuldade em desenvolver métodos específicos de mensuração do desempenho, tornando-o quase que imperceptível para a organização e a sociedade. Uma parcela dessa dificuldade decorre da existência de múltiplos indicadores de desempenho com resultados de difícil quantificação, tornando o setor público como o ambiente menos favorável à inovação (Sousa & Guimarães, 2014).

Silva & Lima (2015) destacam que um dos maiores obstáculos no processo de implantação de novas estratégias e iniciativas de mensuração do desempenho está intimamente relacionado à resistência dos colaboradores da organização. Esta resistência dar-se-á, primordialmente, na alta administração, como cargos gerenciais, baseados na percepção de risco de ganhos e perdas decorrentes das mudanças. Os autores afirmam que uma cultura que desencoraja a exposição ao risco e à inovação é um obstáculo essencial à mudança da cultura organizacional.

“Poucas organizações sabem se beneficiar de maneira adequada deste importante recurso de desenvolvimento individual, de equipe e corporativo. A avaliação de desempenho não pode ser vista como uma fita métrica, mas deve ser considerada como instrumento valioso de gestão empresarial e de pessoas. Este recurso ensina, de modo claro e didático, o que é preciso fazer para romper as amarras, superar os desafios e tirar o máximo proveito dessa ferramenta administrativa fundamental para qualquer organização (Siqueira, 2002, p.1).”

Existem inúmeras críticas quanto a ineficiência dos órgãos públicos, faltam ações concretas para torná-los mais eficientes. Uma gestão pública moderna exige mais objetividade, melhor serviço, mais inovação e menos burocracia, voltado para a criação de um programa de capacitação elaborado exclusivamente para propiciar o bem-estar da

população ao qual envolve intimamente os servidores (Dalacorte, 2014).

O setor público, mesmo com dificuldades e limitações cria uma estrutura necessária buscando o desenvolvimento social e econômico, na tentativa de prestar um serviço básico e fundamental às pessoas. O setor gerencia vultosos recursos e tem o dever de implementar leis que asseguram a democracia e o controle do capital. Dessa forma, espera-se que inovações no setor público tenham impacto positivo no desenvolvimento de uma nação (Sousa & Guimarães, 2014).

2.5 Caracterização Urbano-Social da cidade de Goiânia-Goiás

2.5.1 Aspectos históricos, políticos e sociais de Goiânia

Em 24 de outubro de 1933 foi lançada a pedra fundamental da construção de Goiânia, nome escolhido por concurso público realizado pelo jornal “O Social” (Cavalcanti *et al.*, 2014). A origem do nome surgiu da adaptação ortográfica e possivelmente fonética do título do livro Goyania, escrito pelo baiano Manuel Lopes de Carvalho Ramos, publicado em 1896 (Valério, 2012).

*“Eu canto, patria minha, o heroe facundo
Que immortal sublimara aquella idade
Em que o Brasil, sonhando a liberdade,
Cingia as vestes do nascente mundo;
Em que da Historia, irmã da humanidade,
Tinha o gigante audaz o ser profundo,
E aquelles que, nos bosques brasileiros,
Foram os grandes cayapós guerreiros.
O’ tempos idos! O’ remotas eras!
Em que, á sombra das arvores copadas,
E das montanhas para os céos voltadas,
Eram outras as nossas primaveras!”*

Trecho do poema Goyania - Manuel Lopes de Carvalho Ramos
(Quintela & Castro, 2017, p.7)

O município, inaugurado através do Decreto nº 327 de 02 de agosto de 1935, por iniciativa do político goiano Pedro Ludovico Teixeira, foi planejado e construído para ser a capital do estado de Goiás, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e incentivar a ocupação do Centro-Oeste, enigmático e incógnito sertão a ser desbravado. Oficializada capital somente em 1937, acredita-se que sua colonização, de origem europeia, tenha origem em 1735,

com as primeiras propostas de mudança da capital da Capitania de Goiás (Grande & Boaventura, 2014).

Iniciou-se o projeto de construção e transferência da capital às margens do Córrego Botafogo, entre seus ipês floridos e arbustos esparsos. O local escolhido localizava-se no município de Campinas, entre as fazendas Criméia, Botafogo e Vaca Brava. As justificativas geográficas e topográficas consistiam na necessidade da capital estar mais adjunta à região ferroviária e a mais crescente economicamente, próximo de Minas Gerais e São Paulo. Além disso, apresentava-se centralizada, clima agradável, topografia plana e com bons recursos hídricos. A quantidade de serras em torno da antiga capital, impedia o crescimento e expansão urbana da mesma (Borges, 2013).

O plano urbanístico da cidade, apresentado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, revelava a sua admiração pelos princípios clássicos de concepção de uma cidade e a sua formação urbanística da escola francesa. Ele tinha como meta projetar um espaço urbano compatível com as atividades ligadas à produção industrial, à civilização contemporânea e ao mundo moderno. Atílio Corrêa de Lima não concluiu a implantação da nova capital, foi substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godoy, que deu continuidade ao plano e seguiu a direção do modelo das cidades-jardim inglesas (Borges, 2013).

Inicialmente, foram abertas três avenidas principais (Goiás, Araguaia e Tocantins), que confluem para a Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira, onde foi erguido a sede do governo estadual, desenho conhecido como manto de Nossa Senhora. Nesse contexto de transferência da nova capital, a praça principal tinha função de articular o poder público, as principais avenidas e a atividade cívica da população em um espaço marcado como espaço público. (Grande & Boaventura, 2014).

Entre 1940 e 1955, Goiânia experimentou um crescimento considerado moderado para uma cidade recém-implantada, especialmente com o início da construção de Brasília e das obras viárias que promoveram a ligação do Planalto Central com o resto do país. A cidade também sofre surtos de crescimento populacional causados pela chegada da ferrovia em 1951; a retomada da política de interiorização de Vargas entre 1951 e 1954; e a inauguração da Usina do Rochedo. Em 1960, Goiânia já contava com 150 mil habitantes (Cintra, 2010).

A construção de Goiânia provocou novo eixo de deslocamento geográfico rumo ao centro do estado, criando novas oportunidades comerciais, industriais e de serviços, com isso

atraindo não só trabalhadores, mas também empresários de outros estados. Iniciava-se assim um novo ciclo de progresso da sociedade e da economia goiana (Cavalcanti *et al.*, 2014).

Inicialmente a cidade havia sido projetada para cerca de 50 mil habitantes (Borges, 2013). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área do município corresponde a 728,841 km² situando-se próximo ao paralelo 16°40'43" sul e do meridiano 49°15'14" oeste, e atualmente, a população estimada da capital do estado totaliza cerca de 1.536.097 habitantes (IBGE, 2020).

Atualmente, a paisagem do núcleo central de Goiânia expressa a antiga arquitetura *Art Déco* somada às construções modernas. Paralela à essa imagem verificamos a construção de uma representação da cidade, constituída com base nos elementos da natureza e cunho ecológico. O *slogan* “capital mais verde do país”, divulgado em um cartão postal da Prefeitura de Goiânia, traduz uma representação da harmonia socioambiental na paisagem urbana. Esta e, outras representações como a “cidade dos parques”, estão associadas à concepção de espaço público como um cenário destinado a fascinação da população (Silva & Almeida, 2008).

Goiânia está entre as cidades com melhor índice de qualidade de vida do país. É o município brasileiro com maior área verde por habitante (94 m²) e detentor do segundo maior quantitativo proporcional do mundo (precedido apenas de Edmonton, no Canadá, com taxa de 100 m²). Além disso, a cidade destaca-se por implementar um modelo de desenvolvimento urbano aliado à consistente política de responsabilidade ambiental (Goiânia, 2020). Um dos parâmetros adotados pela OMS é a análise quantitativa de áreas verdes disponíveis para cada habitante de determinada localidade, medido pelo índice de áreas verdes. Segundo os critérios adotados pela OMS, recomenda-se que a quantidade de áreas verdes por habitante, sendo o padrão ideal deve ser maior que 12 m²/hab. (Ramos *et al.*, 2020).

2.5.2 Análise geral sobre o plano diretor municipal

O Plano Diretor é uma Lei Municipal que define as diretrizes para o planejamento urbano do município. Essa lei tem impacto no desenvolvimento econômico e no ordenamento territorial da cidade, abrangendo elementos de mobilidade urbana, sustentabilidade ambiental, saneamento e moradia. O Plano Diretor do Município, Lei Complementar nº 171 de 29 de maio de 2007, ao qual dispõe sobre o processo de planejamento urbano do Município de Goiânia e outras providências. Em seu texto, mostra-se enfático ao priorizar a importância do

desenvolvimento sustentável, de forma que a cidade atenda sempre às necessidades de seus habitantes, cumprindo, a sua função social (Finotti, 2012). Vide artigo 2º da referida lei.

“Art. 2º: A Política Urbana do Município de Goiânia sustentar-se-á nos princípios da igualdade, oportunidade, transformação e qualidade, tendo por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo à população a requalificação do território do Município e uma cidade mais justa e sustentável” (Lei Complementar nº 171 de 29 de maio de 2007).

O artigo nº 38 do Plano Diretor da capital, afirma:

“Art.38º: A estratégia do eixo de desenvolvimento econômico tem como principal objetivo o crescimento da economia e o avanço social da população, alicerçado na conservação dos recursos naturais e do meio ambiente, em novas oportunidades empresariais e tecnológicas, tornando a cidade uma metrópole regional dinâmica e sustentável” (Lei Complementar nº 171, de 29 de maio de 2007).

Com o objetivo de formular, implementar e coordenar a execução da Política Municipal do Meio Ambiente, voltada para o desenvolvimento sustentável em Goiânia, foi criado a Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA), através da Lei nº 8537 de 20 de junho de 2007. Trata-se de uma autarquia municipal, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que integra a estrutura administrativa indireta da Prefeitura de Goiânia e é jurisdicionada à Secretaria de Governo (AMMA, 2014).

Segundo o Decreto de regulamentação da Legislação Ambiental de Goiânia, para cumprir o objetivo da sustentabilidade ambiental, o poder público e a sociedade, devem tomar as providências de que dispõe o seu artigo 4º a seguir descrito:

“Art. 4º. Para cumprir o objetivo de sustentabilidade ambiental, o poder público e a sociedade, devem fazer esforços permanentes no sentido de manter a integridade dos bens naturais comuns, mediante a adoção das seguintes estratégias:

I – Investimento em programas permanentes de recuperação e conservação de áreas sensíveis e prioritárias à preservação, conservação ou proteção do meio ambiente, incluindo os fragmentos remanescentes do bioma Cerrado, as áreas circundantes de nascentes e as faixas laterais das drenagens, – conforme estabelecido no Plano Diretor de Goiânia – as várzeas ou outras áreas inundáveis, os topos de morros e os terrenos com declividade igual ou superior a 30%;

II – Implantação de um plano municipal de resíduos sólidos, com a disposição adequada do lixo e a priorização de programas de gestão integrada, visando a redução do consumo de recursos naturais, o reuso dos bens manufaturados e a reciclagem dos resíduos;

III – Melhoria permanente da mobilidade e da acessibilidade urbanas, com prioridade para o pedestre, o ciclista, os deficientes físicos e visuais e o transporte público de qualidade com uso de veículos equipados com tecnologias menos poluidoras;

IV – Promoção de justiça social, baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva;

V – Desenvolvimento de uma gestão compartilhada do espaço urbano, por meio da articulação entre os agentes públicos, privados e todos os segmentos interessados na promoção de uma sociedade urbana sustentável ambientalmente, sob a coordenação e em obediência aos planos constantes do planejamento aprovado pelo poder público;

VI – Manutenção e ampliação de espaços verdes abertos à população.

VII – incentivo permanente ao fortalecimento de uma economia local dinâmica e sustentável ambientalmente e à utilização de fontes de energia limpa.

VIII – Aplicação dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da precaução e da prevenção, com base nos artigos 247 e 249 do Código Civil (Lei Nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002), ou da adoção de medidas estabelecidas pelo órgão competente no ato de licenciamento ou da autorização, sempre que uma ação ou um empreendimento envolver elementos de risco de lesão ao patrimônio socioambiental, assim como da incerteza ou dúvida quanto ao nível de conhecimento científico ou técnico disponível;

IX – Implementação da função socioambiental da propriedade com ênfase nos instrumentos de recuperação e distribuição da mais-valia fundiária dentro dos fundamentos da política urbana, previstos nos Estatuto da Cidade;

X – Aplicação de programas educacionais de qualidade voltados para o desenvolvimento ambiental, incluindo conteúdos como a importância da conservação ambiental, uso racional da água e o consumo consciente. ” (Decreto nº 1878, de 31 de julho de 2014).”

2.6 Programa Cidades Sustentáveis

2.6.1 Caracterização do programa

O Programa Cidades Sustentáveis é uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal. Fundado em 2012, o programa atua na sensibilização e mobilização de governos locais para a implementação de políticas públicas estruturantes, que contribuam para o enfrentamento da desigualdade social e para a construção de cidades mais justas e sustentáveis. O programa oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã (Cidades Sustentáveis, 2020).

O programa é estruturado em 12 eixos temáticos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, e oferece ferramentas e metodologias de apoio à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, além de mecanismos de controle social e estímulo à participação cidadã. As ferramentas do programa incluem um conjunto de 260 indicadores relacionados às diversas áreas da administração pública, através de um painel

de monitoramento de plano de metas e um software que permite a comparação de dados e informações entre as cidades (Pereira, Simplício, & Donadi, 2019).

O Programa Cidades Sustentáveis tem como objetivo contribuir com as gestões municipais no sentido da implementação de instrumentos de planejamento e execução de políticas públicas que considerem a sustentabilidade em projetos e ações dos poderes executivos e legislativos municipais, além do devido comprometimento dos setores privados e das sociedades locais (Guerra & Lopes, 2015).

O programa também oferece um banco de boas práticas com casos exemplares de políticas públicas no Brasil e no mundo, um programa de formação e capacitação para gestores públicos municipais, documentos de orientação técnica e conteúdos informativos para o público geral. As metodologias, ferramentas e demais conteúdos do programa são disponibilizados nesta plataforma, uma ambiente web aberto e de acesso livre, com recursos interativos e funcionalidades para gestores públicos e outros usuários (Pereira, Simplício, & Donadi, 2019). As dimensões do programa, listadas no plano de governo, estão caracterizadas e ilustrados na Figura 2.

Figura 2: Caracterização da plataforma cidades sustentáveis



Fonte: Garcia (2012).

As cidades sustentáveis surgem para tentar solucionar os problemas urbanos, buscando alternativas de energia, priorizam o transporte público, reciclam resíduos e outros materiais; limitam o desperdício, previnem a poluição, maximizam a conservação e promovem a eficiência. O projeto busca uma economia que sustente a prosperidade dos sistemas humanos e dos ecossistemas (Guerra & Lopes, 2015).

Uma cidade sustentável como aquela capaz, essencialmente, de proporcionar qualidade de vida para seus cidadãos e para as futuras gerações, por meio de soluções que combinam aspectos ambientais e social. A qualidade de vida da população é um dos alicerces de uma cidade sustentável. O desenvolvimento econômico da cidade, com oportunidades de emprego para seus habitantes, é um aspecto relevante do ponto de vista econômico (Costa *et al.*, 2018). Por fim, no que tange à infraestrutura, as soluções em torno da mobilidade e o planejamento urbano são essenciais. Uma cidade sustentável é aquela na qual os elementos do meio natural (água, solo, atmosfera, fauna e flora), os elementos do ambiente construído (edificações e infraestruturas construídas em exercício de funções produtivas) e os elementos humanos interagem em conjunto buscando-se a qualidade e duração concomitantes, dos elementos acima expostos (Oliveira, 2018).

Planejar uma cidade sustentável exige uma ampla compreensão das relações existentes entre cidadãos, serviços, políticas de transporte e geração de energia, avaliando seu impacto total no meio ambiente local e em uma esfera geográfica mais ampla, entrelaçando o desenvolvimento urbano e meio ambiente (Bichueti *et al.*, 2017).

As cidades sustentáveis adotam práticas que conciliam o desenvolvimento econômico com uma melhor qualidade de vida. O desafio também abrange o aperfeiçoamento na mobilidade urbana, no descarte de resíduos sólidos, na poluição e demais dimensões que afetam o bem-estar social. A partir daí se torna imperioso que as cidades sustentáveis sejam realidade cada vez mais evidentes no país, desafio árduo para as presentes e futuras gerações (Cidades Sustentáveis, 2020).

Em 2011, Goiânia foi selecionada para integrar a Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis, uma iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que tem como objetivo introduzir os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da gestão municipal, viabilizando o apoio técnico e financeiro cuja finalidade é a elaboração e a execução de projetos e políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente (Cidades Sustentáveis, 2020).

Os princípios da sustentabilidade corroboram com a base da administração Pública Municipal, visualizadas a partir do Artigo 2º da Lei Complementar nº 276/2015 aprovada durante a implantação do Plano de Governo em estudo e que foi um dos principais instrumentos de institucionalização das políticas de sustentabilidade naquele governo.

“Art. 2º. A Administração Pública Municipal, por meio de ações diretas ou indiretas, em conformidade com o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, tem como objetivo permanente garantir, à população do Município, condições dignas que assegurem a justiça social e o desenvolvimento sustentável nas seguintes dimensões:

I - Governança com sustentabilidade fiscal;

II - Desenvolvimento urbano sustentável;

III - Economia com sustentabilidade ambiental; e

IV - Desenvolvimento sociocultural inclusivo” (Lei Complementar 276/2015).

Alguns autores acreditam que o conceito de Sustentabilidade está ligado à ideia de que é possível que países, cidades e instituições alcancem seus objetivos de atender as necessidades atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras fazerem o mesmo. Neste contexto, instituições públicas como, por exemplo, as prefeituras precisam rever seus formatos de gestão, incorporando à Sustentabilidade em suas práticas. A Sustentabilidade traz à tona a necessidade de se trabalhar três vertentes de forma harmônica: a coesão social, o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente (Sá & Duarte, 2018).

Adiante, na lei que institucionalizou o modelo já mencionado acima (Lei Complementar nº 276/2015), observamos a interdependência de elementos econômicos, sociais e ambientais na gestão em estudo.

“Art. 10. Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, que compreendem a organização institucional encarregada pela prestação de serviços públicos à população, em sintonia com as funções do Poder Executivo, atuarão de forma integrada, conforme as seguintes dimensões de atuação:

I - Governança com Sustentabilidade Fiscal - órgãos que atuam nas atividades de articulação política e modernização, coordenação geral, supervisão e controle do Poder Executivo Municipal para a provisão de recursos e elaboração e execução do planejamento dos meios operacionais e administrativos necessários à consecução das ações da Administração Municipal, além do acompanhamento e controle dos programas e projetos governamentais, segurança e proteção patrimonial, bem como os órgãos de orientações jurídicas e normativas do direito, de gestão de recursos humanos, de controle interno e de comunicação institucional;

II - Desenvolvimento Sócio Cultural Inclusivo - órgãos responsáveis pelas atividades de planejamento, organização e execução das ações que visem a inclusão social e o resgate da cidadania, atendimento às pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social, promovendo a igualdade de direitos e oportunidades aos cidadãos, independentemente de gênero, religião ou raça, por meio da educação, esporte, saúde, cultura, assistência social e requalificação da mobilidade urbana;

III - Desenvolvimento Urbano Sustentável - compreende os órgãos com funções gerenciais, de planejamento urbano, trânsito, transporte e execução de políticas públicas de urbanização e de conservação da infraestrutura físico-territorial, que integra o saneamento básico com as demais políticas macro estruturantes, de manejo dos resíduos e do uso e a ocupação sustentável do solo, em harmonia com políticas de habitação e serviços urbanos e rurais;

IV - Economia com Sustentabilidade Ambiental - órgãos encarregados de formular e executar as políticas de desenvolvimento econômico sustentável visando a geração de emprego e renda por meio da integração das cadeias e arranjos produtivos com inovação tecnológica e capacitação profissional em consonância com a demanda de conservação dos recursos naturais”(Lei Complementar nº 276/2015).

2.6.2 Organização administrativa

Um governo com premissas pautadas na sustentabilidade exige novas estruturas organizacionais da administração. A ampliação e aprimoramento das políticas de planejamento e gestão era uma das metas apresentadas no planejamento estratégico.

Klering & Porsse (2014) afirmam que uma gestão pública flexível e conectada por meio de redes, pode ser alcançada via oito princípios de funcionamento administrativo: 1) a descentralização; 2) a flexibilidade na organização e na atuação administrativa; 3) a coordenação; 4) a participação cidadã; 5) a transparência administrativa; 6) a modernização tecnológica da administração; 7) a profissionalização; e 8) a retroação (avaliação das ações).

Diante desse contexto, a partir da Lei Complementar nº 276/2015 instituiu-se uma nova organização administrativa do Poder Executivo Municipal, estabelecendo um novo modelo de gestão tendo como finalidade a introdução de novas práticas gerenciais e na flexibilização, elegendo a gestão por projetos, baseada em resultados, como a matriz de governo, com o objetivo de associar sistematicamente as ações dos órgãos e entidades públicas ao cumprimento de metas e resultados.

Logo, ao analisar no Título II da referida lei que estabelece a estruturação do poder Executivo Municipal é apresentando uma distribuição dos órgãos e entidades que estão comprometidos com a ação do governo, observamos a estrutura organizacional a partir do Art. 7º:

“Art. 7º. O Poder Executivo é estruturado por dois conjuntos de órgãos e entidades permanentes, representados pela Administração Direta e pela Administração Indireta, ambos comprometidos com a unidade das ações do governo, respeitadas as suas especificidades individuais, os seus objetivos e metas operacionais a serem alcançados.

Art. 8º. A Administração Direta compreende os órgãos municipais encarregados da formulação da política de gestão pública e do ordenamento operacional das atividades da Administração Municipal, visando ao desenvolvimento sustentável do Município,

bem como a prestação de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo Municipal no exercício das suas funções institucionais.

Art. 9º. A Administração Indireta compreende as entidades instituídas para complementar a atuação dos órgãos da Administração Direta ou aperfeiçoar sua ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico, ambiental, tecnológico ou social” (Lei Complementar nº 276/2015).

A redação da lei complementar supracitada faz a distribuição das esferas gerais do governo municipal propagado pela coligação Goiânia Cidade Sustentável. O conjunto destes setores, organizados em cadeias de comando, com determinação das respectivas relações de subordinação bem como as competências organizacionais da prefeitura encontram-se dispostos no Anexo C deste estudo.

2.6.3 Implantação do projeto na cidade

Goiânia é reconhecida como uma cidade ambientalmente correta e um dos melhores lugares para se viver no Brasil. Em 2011, foi selecionada para integrar a Plataforma Cidades Emergentes e Sustentáveis, uma iniciativa do BID que tem como objetivo introduzir o conceito de sustentabilidade em todos os aspectos da gestão municipal, viabilizando o apoio técnico e financeiro para a elaboração e a execução de projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (Garcia, 2012).

As diretrizes que indicaram o caminho atual para o desenvolvimento do município de Goiânia estão contidas no seu Plano Diretor, datado de 2007. Neste documento, foi definida a visão que embasa a política urbana e os objetivos estratégicos para o desenvolvimento da cidade: (I) assentar as bases do desenvolvimento na igualdade, oportunidade, transformação e qualidade; (II) desenvolver plenamente a função social da cidade e da propriedade urbana; e (III) garantir à população a requalificação do território do município, tendo em vista uma cidade mais justa e sustentável. A aplicação do Estatuto da Cidade, Lei Federal que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Política Urbana no Brasil e garantiu a possibilidade da utilização de novos instrumentos para a efetivação da gestão urbana, foi contemplado no Plano Diretor de Goiânia e vem trazendo benefícios socioambientais à cidade, estimulando a instalação da população de baixa renda em áreas dotadas de infraestrutura e evitando a ocupação de áreas ambientalmente frágeis como encostas de morros e zonas inundáveis (Garcia, 2012).

2.6.4 Planejamento estratégico

A Sustentabilidade Corporativa está ancorada nos pilares ambiental, econômico e social de forma integrada como fatores importantes ao seu desenvolvimento, resultando dessa integração a sustentabilidade. O pilar ambiental trata da mitigação do impacto ambiental em decorrência do processo produtivo, o pilar social trata da inclusão e relacionamento social como valor essencial da corporação, já o pilar econômico trata de agregar valor econômico em decorrência das ações de sustentabilidade corporativa. Para definir as diretrizes deste plano, em cada um desses pilares harmonizou-se juntamente com os conceitos do Planejamento Estratégico.

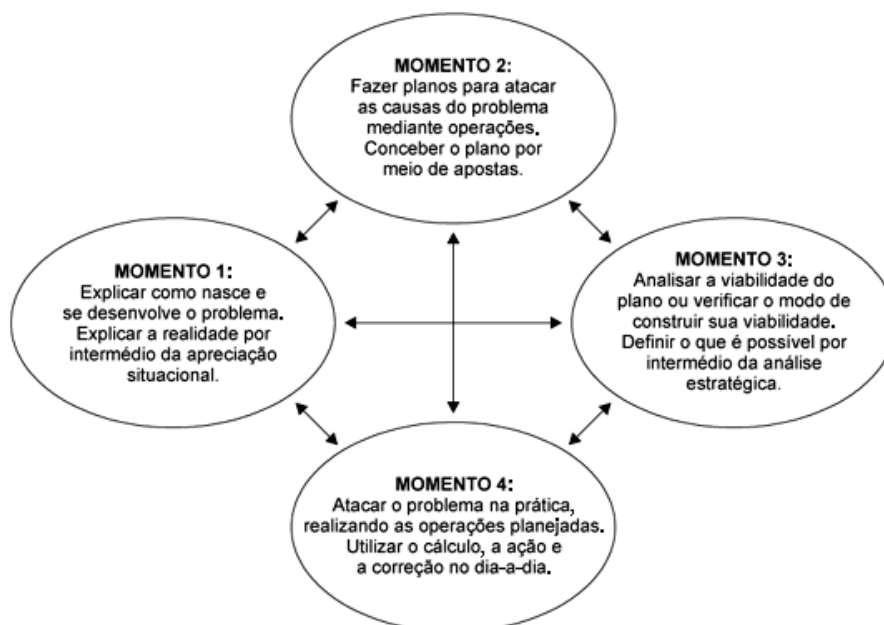
O Planejamento Estratégico Situacional foi desenvolvido pelo economista chileno Carlos Matus, a partir da década de 70, como um método mais flexível, permitindo trabalhar com a complexidade dos problemas sociais. Neste método, o futuro não é determinístico e a realidade é continuamente acompanhada. Quando houver uma mudança da situação real o plano é imediatamente ajustado (Iida, 1993). Segundo Matus (1993):

“...planejar é tentar submeter o curso dos acontecimentos à vontade humana, não deixar que nos levem e devemos tratar de ser condutores de nosso próprio futuro, trata-se de uma reflexão pela qual o administrador público não pode planejar isoladamente, esta se referindo a um processo social, no qual realiza um ato de reflexão, que deve ser coletivo, ou seja, planeja quem deve atuar como indutor do projeto (Matus, 1993, p.13).

Esse modelo propõe quatro momentos em um processo sistemático, visando a organização de intervenções e a produção de resultados sobre uma determinada realidade. Quando adotado como ferramenta de gestão o planejamento possibilita a organização do trabalho, pois promove a participação da comunidade, requer a divulgação de informações sobre o potencial dos serviços e sua utilização pelo usuário, exige a utilização de indicadores para o estabelecimento de prioridades, e a alocação de recursos e a orientação programática com a finalidade da resolutividade dos serviços (Kleba, Krauser & Vendruscolo, 2011).

“No planejamento não podemos recusar a ideia que existem conflitos, que se contrapõem ao nosso desejo de mudança, esta oposição é realizada por outros indivíduos com diferentes visões e opiniões, que podem aceitar a nossa proposta de futuro no todo ou em parte, ou simplesmente recusar esta possibilidade” (Matus, 1993, p.14).

Figura 3: Momentos do planejamento estratégico situacional na visão de Matus



Fonte: Rieg & Araújo Filho (2002).

O enfoque do Planejamento Estratégico Situacional surgiu no âmbito mais geral do planejamento econômico-social e vem sendo crescentemente adaptado e utilizado em áreas como saúde, educação e planejamento urbano. Este enfoque parte do reconhecimento da complexidade, da fragmentação e da incerteza que caracterizam os processos sociais, que se assemelham a um sistema de final aberto e probabilístico, onde os problemas se apresentam, em sua maioria, não estruturados e o poder se encontra compartilhado, ou seja, nenhum ator detém o controle total das variáveis que estão envolvidas na situação (Artmann, 2002).

O Planejamento Estratégico Situacional da Gestão 2013-2016 da Prefeitura de Goiânia é resultado da sistematização de propostas de diversos segmentos da sociedade a partir da coleta de dados em sete oficinas de planejamento utilizando-se metodologia de Carlos Matus ao qual escolhe as prioridades estratégicas de acordo com os cenários situacionais de cada área da atuação da Prefeitura. Seguindo a metodologia proposta, o planejamento estratégico foi segmentado em momentos conforme consta no Anexo E desse trabalho. O planejamento estratégico descrito para a implantação do programa na cidade contava com projetos para todas as áreas do governo. O presente autor foi um dos desenvolvedores do modelo, e o plano de ação representado nas tabelas consequentes para melhor visualização das medidas e tomadas de ação.

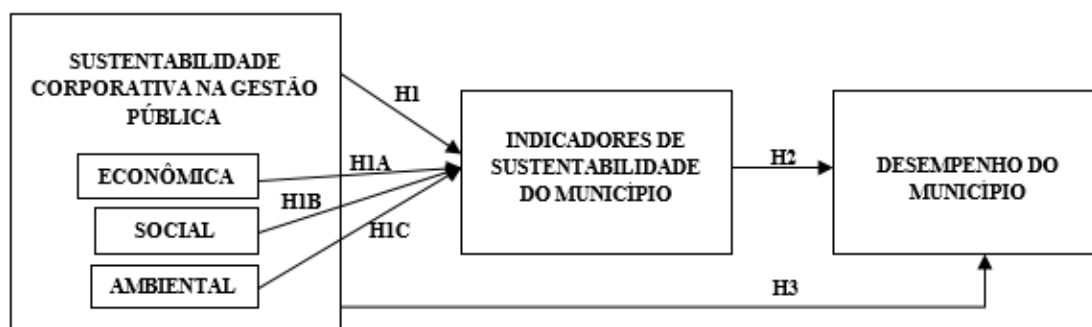
2.7 Modelo Conceitual

Com base nas referências supracitadas, propusemos um modelo de medida com as seguintes variáveis:

- ✓ **SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA**
 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
 - SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA
 - SUSTENTABILIDADE SOCIAL
- ✓ **INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DO MUNICÍPIO**
- ✓ **DESEMPENHO DO MUNICÍPIO**

O modelo conceitual proposto é apresentado graficamente na Figura 2. Cada variável é descrita em um dos quadros e cada hipótese corresponde a uma seta dirigida às variáveis ao qual a mesma influencia.

Figura 4: Modelo conceitual e hipóteses analisadas



H1: A sustentabilidade corporativa na gestão pública influencia positivamente os indicadores de sustentabilidade do município;

H1A: A sustentabilidade econômica influencia positivamente os indicadores de sustentabilidade do município;

H1B: A sustentabilidade social influencia positivamente os indicadores de sustentabilidade do município;

H1C: A sustentabilidade ambiental influencia positivamente os indicadores de sustentabilidade do município;

H2: Os indicadores de sustentabilidade do município influenciam positivamente o desempenho do município;

H3: A sustentabilidade corporativa na gestão pública influencia positivamente o desempenho do município.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo serão expostos os aspectos metodológicos adotados para o desenvolvimento dessa pesquisa afim de atingir os objetivos propostos. Ainda é descrito a natureza e caracterização do estudo, as etapas adotadas para coleta de dados/ informações e para a análise dos resultados.

3.1 Abordagem metodológica

O método é o conjunto de regras e normas em busca da verdade. É o uso coerente de procedimentos, inteligência e talento na tentativa de alcançar o objetivo desejado, observando ainda os aspectos de ordem, de caminho, de segurança e de economia (Santos, 2013). A escolha do método de trabalho da abordagem científica é de suma importância, uma vez que propicia a localização do melhor caminho a ser seguido na colheita dos dados e informações necessárias, nesse ponto, é o entendimento de Marconi e Lakatos (2003):

“O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com mais segurança e economia, permite alcançar o objetivo, - conhecimento tácito e verdadeiro – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi & Lakatos, 2003, p.83).

Em resumo, para Gil (2002), metodologia consiste no conjunto de normas e procedimentos que têm por finalidade regulamentar as pesquisas científicas, desse modo, são padrões necessários a qualquer pesquisa de natureza científica de várias teorias que buscam explicar ou descrever fatos da realidade de forma racional, definido como Ciência.

3.2 Tipo de estudo

O estudo em evidência é do tipo hipotético-dedutivo, com delineamento de Estudo de Caso e abordagem quantitativa. A perspectiva hipotético-dedutiva baseia-se na tentativa de explicar as dificuldades expressas no problema, assim, são formuladas as hipóteses. Das hipóteses, deduzem-se consequências que deverão ser aceitas ou rejeitadas. De forma geral, este método é utilizado para melhorar ou precisar teorias prévias em função de novos conhecimentos, nas quais a complexidade do modelo não permite formulações lógicas (Vieira *et al.*, 2017). Portanto, na pesquisa hipotético-dedutiva a escolha de variáveis nos leva a desenvolver hipóteses e dentro deste paradigma, o cientista formula um modelo teórico particular e, então, testa-o empiricamente (Leão, Melo & Vieira, 2009).

Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

Para tanto, este estudo trata de uma análise em profundidade do processo de gestão do trabalho das equipes de profissionais que atuam juntamente no Governo da cidade de Goiânia, definido no período de 2013 a 2016 conhecido como Programa Goiânia Cidade Sustentável.

Neste ponto, importante citar Yin (2010) que define o estudo de caso como uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em seu contexto natural, em situações em que as fronteiras entre o contexto e o fenômeno não são claramente evidentes, utilizando múltiplas fontes de evidência. Já para Santos (2013), o estudo de caso analisa com profundidade fatos, com a perspectiva de obter compreensão do objeto de estudo com riqueza de detalhes.

Tratando-se de abordagens quantitativas em estudos organizacionais, a pesquisa quantitativa nos permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra representada estatisticamente. Suas características principais são a mensuração e a enumeração de eventos; a relação entre as variáveis por métodos experimentais ou semi-experimentais; a análise dos dados e instrumentos estatisticamente, bem como a predições específicas de princípios, observações ou experiências; e a utilização de instrumentos para coleta de dados através de questionários estruturados, elaborados com questões fechadas, testes e checklists, aplicados a partir de entrevistas individuais, apoiadas por um questionário convencional (impresso) ou eletrônico (Terence & Escrivão Filho, 2006).

3.3 Informações e instrumentos para coleta de dados

O estudo limitou-se a pesquisar uma gestão sustentável na cidade de Goiânia, município brasileiro, capital do Estado de Goiás, localizada na região Centro-Oeste. Trata-se de uma cidade jovem, com 88 anos de fundação, ao qual se destaca pela grande extensão em área verde e mantendo-se como referência em qualidade de vida em relação as demais capitais.

Na tentativa de elucidar e avaliar o impacto da gestão proposta pelo programa Goiânia Cidade Sustentável no desempenho do município, aplicou-se um questionário (dados primários) aos gestores envolvidos na administração pública. Paralelamente, as respostas dos questionários foram fundamentadas com a pesquisa de opinião pública e os indicadores de sustentabilidade

(fontes secundárias), bem como os artigos, livros e textos publicados em revistas especializadas e disponíveis na internet.

3.3.1 Dados primários

A fonte principal para a captação dos dados é o questionário, em respostas fechadas, utilizando uma escala Likert de 05 pontos e distribuído aos gestores participantes do Governo Municipal incorporados na administração pública do plano de governo Goiânia Cidade Sustentável no período de 2013 a 2016.

O questionário foi elaborado na plataforma de Formulários do Google Drive e foram remetidos através de e-mail e grupos corporativos. A ferramenta utilizada foi a maneira mais hábil, simples e rápida encontrada para o compartilhamento dessas informações, além disso, a mesma não apresenta custos e dispensa a impressão e gastos com materiais poluentes ao ambiente. O encerramento da recepção dos dados ocorreu após cumprimento da amostragem necessária para realização do estudo, considerando ainda um grau de homogeneidade de 50% e um intervalo de confiança de 95%.

3.3.2 Dados Secundários

Nesta pesquisa, o método que foi utilizado para a obtenção de dados e informações secundárias, foram levantamentos bibliográficos em livros, artigos, dissertações, legislações e em teses, publicadas nos últimos 20 anos, sobre as temáticas: Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade Urbana, Cidades Sustentáveis, Indicadores de Sustentabilidade e outros, visando embasamento teórico e uma melhor compreensão dos indicadores, suas variáveis e relações. Para obter as informações necessárias para a revisão bibliográfica, foi necessário o acesso nas seguintes bases de dados: B-On, PubMed, SciELO, SPELL e Google Scholar.

Em meados de 2017, já no governo posterior, foi realizado uma pesquisa de opinião pública, ao qual tinha como objetivo identificar como os moradores de Goiânia percebem o avanço, ou não, do desenvolvimento sustentável da cidade e quais temas consideram mais importantes para o futuro de onde moram. Foi realizado a aplicação de um questionário contendo 165 perguntas divididas em 24 blocos temáticos. Paralelamente aplicou-se o instrumento em um grupo de amostras estratificadas em áreas geográficas (zonas), garantindo o mínimo de 250 respondentes por região. Os resultados dessa pesquisa estão disponíveis em consulta pública através dos relatórios do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e

da Rede de Monitoramento Cidadão (RMC), e parte dos resultados serão divulgados ao longo desse projeto, como fonte comparativa de informações dos gestores.

Os indicadores de sustentabilidade, utilizados como fonte de dados nesse projeto, são resultados estatísticos e socioeconômicos emitidos por fontes provedoras de dados e informações nacionais provenientes de órgãos de esfera federal e estadual disponíveis publicamente na internet. Os dados coletados e apresentados referidos a cidade de Goiânia reflete as tendências e relações com o desenvolvimento e implantação de políticas públicas na cidade. Os principais órgãos de obtenção dos indicadores de sustentabilidade utilizados nesse projeto são: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB) e a Plataforma Cidades Sustentáveis.

Os documentos, referentes às fontes secundárias, foram organizados e classificados segundo seus conteúdos, observando o tratamento dado ao processo de captação dos indicadores e dados apresentados em sítios públicos, obtidos em institutos de pesquisas, órgãos públicos e acervos históricos da cidade. Incluiu-se dados apresentados periodicamente por órgãos públicos e uma pesquisa de opinião, realizada com a população da cidade.

3.4 Caracterização da amostra

A população alvo da investigação foram os gestores que atuavam no governo quando da implementação do Plano de Governo Goiânia Cidade Sustentável no período de 2013 a 2016. O pesquisador certificou que, na esfera organizacional, a população alvo seria indivíduos que ocupavam os cargos de primeiro e segundo escalão, incluindo os Secretários do Governo Municipal e Superintendentes. A escolha dessas categorias deu-se com base na competências e atividades relativas e exclusivas aos cargos e com base na Lei Complementar nº 276/2015 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal.

Por competência, conceituamos tratar de enfoques pessoais que refletidas em situações concretas e as reconstruídas por iniciativas próprias que vão além de um estado de formação educacional ou profissional, nem tampouco um conjunto de conhecimentos adquiridos ou de capacidades apreendidas. Adiciona-se que as competências são recursos intangíveis de uma organização e a sua utilização ou administração depende da compreensão que delas se tenha, e por isso, é necessário que sejam modeladas através de recursos explícitos (Bomfim, 2012).

Em relação ao perfil selecionado, e com base no quantitativo apresentado em Lei Complementar, o total de indivíduos que compõe esses cargos atinge teto máximo de 66 pessoas. O cálculo amostral estabeleceu o quantitativo de 56 respondentes necessários em uma pesquisa com amostragem aleatória simples e margem de erro de 5%. A adesão foi satisfatória e o tempo de captação e finalização das informações percorreu por um total de 02 semanas. O autor acredita que a adesão favorável se deu pelo interesse em compartilhar e compreender coletivamente os resultados da aplicabilidade de sustentabilidade na Gestão, algo inédito na cidade de Goiânia. Para tanto, observou-se que o trabalho apresentado aos contribuintes percorreu em cerca de 78,7% da gestão, ultrapassando o cálculo previsto do tamanho populacional, incluindo a margem de erro. Apenas 01 dos participantes não conseguiu preencher todo o questionário, ao selecionar a área de atuação no governo, verificou-se que não fazia parte, logo encerrou-se a aplicação do questionário não contabilizando a segunda parte do estudo.

3.5 Análise da estatística descritiva dos dados

Na presente investigação buscou-se apurar a visão dos gestores daquele governo sobre a sustentabilidade que se pretendia com o projeto Goiânia Cidade Sustentável nas dimensões ambiental, econômica e social, com levantamento de informações qualitativas e quantitativas da gestão. Esses dados foram complementados por pesquisa em fontes secundárias na análise de informações socioeconômicas da cidade visando apurar e validar as hipóteses investigadas, bem como mensurar como o conjunto desses dados impactaram o perfil sustentável da cidade.

Cita-se, neste ponto, que o procedimento de análise de dados incluiu-se estatística descritiva dos dados, caracterizando o perfil dos respondentes e as condições e relações e condições de trabalho prevalentes. Observou-se a necessária apuração de questões sociodemográficas definindo o perfil geral da população em estudo, bem como a área de atuação, sua visão e evolução dos Indicadores de Sustentabilidade órgão municipal durante todo o transcurso do Programa Goiânia Cidade Sustentável. A análise das variáveis foi realizada com base em questionários, através dos cálculos de frequência absoluta e relativa e o nível de respostas.

No mapeamento dos dados, através de uma abordagem quantitativa, foram expressas as variáveis e as informações correspondentes aos indicadores de sustentabilidade calculados. Em razão de sua maior precisão e confiabilidade, em estudos quantitativos é mais indicado o

planejamento de ações coletivas, gerando resultados mais passíveis de generalização, sendo dispostas em gráficos e tabelas. Os cálculos numéricos e ilustrações gráficas foram feitos através do programa Excel, da Microsoft®. Essa abordagem numérica foi escolhida, pois diferente da pesquisa qualitativa que proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística da consistência interna e confiabilidade do questionário através do coeficiente *Alpha de Chronbach*, e do coeficiente de correlação entre as variáveis (coeficiente de Pearson) com as fórmulas abaixo usando o programa *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS.

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right)$$

onde:

K = o número de itens do questionário;

s²i = a variância de cada item;

s²t = a variância total do questionário.

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\left(\sum (x_i - \bar{x})^2 \right) \left(\sum (y_i - \bar{y})^2 \right)}}$$

onde:

Onde **x** é a variável independente e **y** a variável dependente, ou seja, que está correlacionada ou não à variável **x**.

3.6 Aspectos Éticos

Com base no respeito devido a dignidade humana de acordo com a Declaração de Helsinque e a Convenção de Oviedo, após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa, os dados colhidos durante todo o processo de captação de informação foi tratado de forma sigilosa garantindo total anonimato, visto que após o preenchimento das informações através do questionário semiestruturado não foi possível fazer alterações das informações bem como não há possibilidade da identificação da origem dos mesmos. Os dados obtidos para o presente estudo foram utilizados unicamente para fins de investigação e todos os resultados

publicados e explanados de forma consolidada, não havendo divulgação de qualquer informação individualizada.

Sabe-se que o desconforto em relação ao tempo de resposta do questionário é fastidioso, e na tentativa de facilitar o processo aos entrevistados, o pesquisador explanou essa problemática no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e favorecendo ao respondente a interromper a operação no momento que fosse necessário. Adianta-se que não houve nenhuma desistência durante o processo de captação dos resultados por parte dos entrevistados.

Os riscos apresentados inerentes aos participantes da pesquisa são mínimos, estando exclusivamente relacionados ao desconforto e constrangimento em responder alguma pergunta dos questionários, porém o pesquisador deixa claro que em caso de desinteresse ou embaraço, o participante estaria livre para passar ou abandonar a pesquisa a qualquer momento. Explana-se que nenhum dos participantes, ao qual consentiram em participar da pesquisa, deixaram de responder ao questionário, apenas 1 dos participantes, que não participou do plano de governo respondeu o perfil Sociodemográfico, e posteriormente foi dispensado pela própria plataforma.

Estabelece-se que os benefícios envolvidos na execução da pesquisa estão relacionados a consolidação de dados que permitirão verificar a significativa evolução da capital goiana frente aos conceitos de sustentabilidade corporativa em um modelo de gestão pública municipal.

3.7 Testagem prévia do instrumento

Para o aprimoramento do questionário, sugere-se que o pesquisador realize um pré-teste, com uma amostra limitada de respondentes sobre o tema, para checar se a quantidade e as questões estão aderentes, afim de avaliar o protocolo de administração de contato, por uma avaliação exploratória e obter definições para a amostra e adequação das medidas da mesma previamente (Romano, 2014).

Realizado o questionário, fez-se o pré-teste com um grupo de profissionais envolvidos no setor de comunicação do plano de governo, afim de que estes realizassem a pesquisa de maneira anônima e verificação de possíveis erros ou lacunas de interpretação. Além disso a opinião dos envolvidos foi de grande valia para a concretização e finalização das afirmações.

Não havendo nenhuma observação neste sentido e com a aprovação do questionário pela orientadora do projeto, prosseguiu-se na aplicação.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Perfil Sociodemográfico

O estudo envolveu 52 gestores e não foi necessário a exclusão de nenhum participante. Dos 52 respondentes, apresentados na Tabela 4, observamos maior predomínio de indivíduos do sexo masculino (67,3%), e maior frequência na faixa etária de 50 a 54 anos (28,8%).

Os resultados apresentados na pesquisa corroboram com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, após análise de estatísticas de gênero, onde as mulheres estão em minoria em relação aos os homens, no que se refere aos cargos gerenciais, tanto no setor público quanto no privado. Considerando cargos gerenciais por sexo, 62,2% dos homens ocupavam cargos gerenciais contra 37,8% das mulheres (IBGE, 2014).

Tabela 1: Distribuição das variáveis sociodemográficas.

Variáveis Sociodemográficas	n (52)	%
Sexo		
Masculino	35	67,3
Feminino	17	32,7
Idade		
Menor que 30 anos	0	-
De 30 a 34 anos	2	3,8
De 35 a 39 anos	5	9,6
De 40 a 44 anos	8	15,4
De 45 a 49 anos	5	9,6
De 50 a 54 anos	15	28,8
De 55 a 59 anos	8	15,4
60 anos ou mais	9	17,3
Escolaridade		
Ensino Fundamental	0	-
Ensino Médio	1	1,9
Ensino Superior	15	28,8
Pós-Graduação	36	69,2
Especialização	28	77,8
Mestrado	6	16,7
Doutorado	2	5,6

Fonte: Elaborado pelo autor

Na gestão pública os processos de seleção, a influência política nas indicações, os problemas de descontinuidades derivados dos processos eleitorais trazem para esse cenário da participação feminina contornos ainda não suficientemente investigados. A evolução nos modelos gerenciais públicos tem permitido que um número cada vez maior de mulheres ocupe espaços na política e na gerência de órgãos públicos, tornando-se mais propensas a assumir cargos de maior responsabilidade e exigência técnica por seus méritos, seja por indicação ou eleição, contudo, ainda, muito aquém da participação masculina (Sousa, Siqueira & Binotto 2011).

Quanto à escolaridade, quase todos os respondentes, apresentaram ensino superior completo, destes mais de 69,2% contam com formação adicional (pós-graduação), evidenciando a preocupação do colaborador na sua qualificação profissional e no aprimoramento de suas habilidades.

Almeida *et al.* (2014) avaliando o perfil dos gestores públicos no Estado do Ceará, verificou que no plano de governo, todos os colaboradores apresentavam graduação, sendo que 68% eram pós-graduados, dentre especialistas, mestres e doutores, evidenciando a preocupação dos Administradores Públicos em selecionar profissionais qualificados e experientes.

Para Teles & Magalhães Junior (2016) liderar organizações do setor público nunca foi tão desafiador quanto nos dias atuais. Para os autores, o ambiente está cada vez mais complexo, onde a demanda por resultados e o controle da sociedade pautam as ações dos governos, o desenvolvimento de executivos do setor público tem de compreender um amplo conjunto de competências. É importante destacar a real necessidade de tratar sobre a qualificação dos agentes que ocupam as funções de gestores públicos municipais visto que as atribuições e responsabilidades desses profissionais tem aumentado ao longo dos últimos anos

Keinert (1994) afirma que os gestores públicos devem estar aptos a administrar e gerenciar de forma democrática a participação da comunidade. Nesse contexto, insere-se tanto a competência política e técnica, de modo que o administrador público consiga formular estratégias, definir metas, gerir recursos escassos e que estejam alinhados às demandas da sociedade, conseguindo administrar as relações de poder Estado-Sociedade.

Atualmente, assumir a função de gestor público exige, necessariamente, algumas qualificações que podem facilitar no exercício da função. Entre estas qualificações destacam-se: a habilidade humana que possibilita desenvolver a capacidade de liderança, comunicação,

negociação, administração de conflitos, enfrentar crises e lidar com mudanças descontínuas; habilidade profissional que possibilita uma visão estratégica, estimula a criatividade e a mudança, a fim de ampliar a qualidade da gestão das organizações públicas, assim como a capacitação técnica administrativa para lidar com as especificidades do setor público; habilidade pública que envolve a responsabilidade social baseada em noções de ética, democracia e de responsabilidade com um projeto político nacional fundado na ideia de cidadania (Keinert, 1994).

A visão de uma administração lenta, burocrática e pouco eficiente está perdendo lugar para uma nova forma de gerir os recursos públicos. Com as transformações experimentadas nas últimas décadas, e, em especial, com a introdução do princípio da eficiência no rol de princípios constitucionais a serem observados pela Administração Pública, fez-se necessário que os gestores públicos adotassem novas técnicas de administrar, utilizando-se de práticas advindas da iniciativa privada dentro da estrita legalidade (Gonçalves, 2012).

A partir da análise do tempo de experiência dos profissionais em Gestão Pública (Tabela 1), verificamos que 19,2% dos entrevistados apresentam entre 5 e 9 anos de atuação. É importante destacar que 15% dos gestores que responderam o questionário possuem experiência superior a 30 anos em Gestão Pública. Esse achado revela o cuidado por parte da Administração Pública em selecionar para cargos de grande responsabilidade pessoas mais experientes.

Tabela 2: Avaliação dos profissionais em relação ao tempo e experiência em Gestão Pública

VARIÁVEL - TEMPO	N (52)	%
Menos de 1 ano	7	13,5
Entre 1 a 4 anos	6	11,5
Entre 5 a 9 anos	10	19,2
Entre 10 a 14 anos	7	13,5
Entre 15 a 19 anos	7	13,5
Entre 20 a 24 anos	6	11,5
Entre 25 a 29 anos	1	1,9
Entre 30 a 34 anos	4	7,5
35 anos e mais	4	7,5

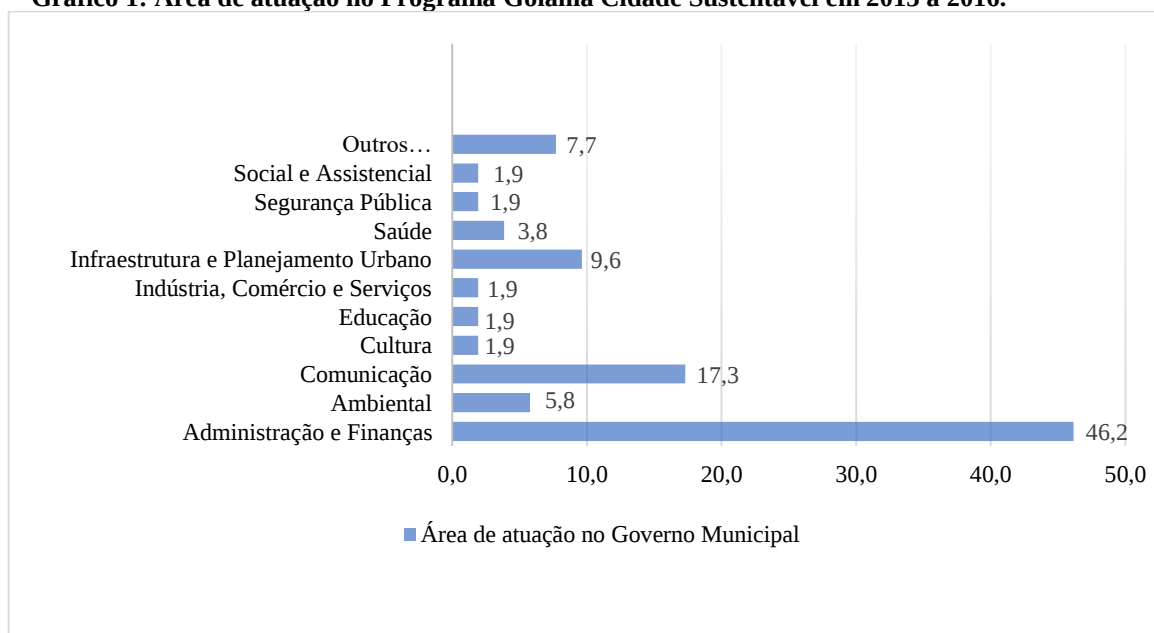
Fonte: Elaborado pelo autor

Acredita-se que a experiência em Gestão Pública seja fator fundamental na escolha para os cargos de Secretários Municipais e Superintendentes. Andrade (2015) em um dos seus estudos destaca que o gestor público deve apresentar uma visão sistêmica e integrada de toda a

administração pública, conhecendo a organização da qual faz parte, bem como todo seu funcionamento, de maneira a avaliar o impacto que as suas decisões possam causar nas esferas do governo. Bonezi & Pedraça (2008) afirmam que administrar qualquer estrutura governamental é uma tarefa complexa, árdua e pragmática que requer domínio teórico e prático sobre os sistemas sociais. Logo, o administrador, responsável por conduzir o processo para alcançar objetivos sociais, estuda, consulta, debate, altera e constrói, segundo as circunstâncias, seu projeto, superando os obstáculos de maneira a demonstrar capacidade de governo.

As competências gerenciais necessárias ao gestor público, sejam formais ou informais, não são asseguradas apenas com a aquisição de certificados e diplomas, mas compostas e desenvolvidas ao longo da vida do indivíduo, a partir das experiências e da aprendizagem de toda uma vida. Isso aponta para a implantação de diagnóstico e necessidades de capacitação gerencial no setor público, que considerem não apenas as questões técnicas-operacionais ou o conhecimento formal, mas, também, as capacidades cognitivas e comportamentais que são fundamentais para a mobilização de recursos e habilidades no enfrentamento dos imprevistos e conflitos no cotidiano administrativo (Slomski, 2012).

Gráfico 1: Área de atuação no Programa Goiânia Cidade Sustentável em 2013 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor

Tratando-se da área de atuação na esfera do Governo Municipal, especificamente durante a administração da Coligação Goiânia Cidade Sustentável, gerida pelo prefeito Paulo

Garcia e seu vice Agenor Mariano, no período de 2013 a 2016, na capital do Estado de Goiás, observamos a seguinte distribuição dos participantes, conforme Gráfico 1. Um total de 46,2% dos respondentes afirma atuar nas áreas de Administração e Finanças, seguida por 17,3% de Comunicação e 9,6% da Infraestrutura e Planejamento Urbano. A maior participação da área supracitada se deu por ser a atividade da esfera de governo municipal que comporta grande parte dos cargos de diferentes superintendências e secretarias.

A reforma gerencial do setor público que inclui ferramentas da administração privada na gestão pública, criou um novo estilo de gerenciamento que consiste, basicamente, na instituição de um sistema profissional de gestão pública. As bases da reforma administrativa do setor público, contemplam o foco em resultados, a orientação para o cidadão-consumidor e a capacitação de recursos humanos. As inovações introduzidas por ela no aparato estatal foram a descentralização de processos, a eficiência e a delegação de poder (Levy, 1997).

A administração municipal é dirigida pelo Prefeito que, como chefe do Executivo local, comanda, supervisiona e coordena os serviços de peculiar interesse do Município, auxiliado por Secretários Municipais, Coordenadores ou Departamento de estruturação da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades. Além desses órgãos que formam a Administração Direta (centralizada), outros podem ser criados com autonomia, que são os chamados órgãos da Administração Indireta (descentralizada), formada por entidades ajustadas aos objetivos governamentais, mas com independência administrativa e financeira – autarquia e paraestatais (Abiko & Romanelli, 2011).

O governo municipal realiza através das atribuições do seu poder Executivo, obras e serviços da competência municipal, bem como todos aqueles que se enquadrarem nas atividades reconhecidas do município, segundo o critério da predominância de seu interesse, como, por exemplo, a limpeza pública, o fornecimento de água, a extensão de redes de esgotos e de iluminação pública, a prestação de serviços de saúde, de educação fundamental e transporte coletivo, a assistência social, a execução de obras de infraestrutura urbana em geral e todas as demais realizações municipais cuja demanda acaba exigindo cada vez mais novas atuações (Zmitrowicz, Biscaro & Marins, 2012).

4.2 Ações e Projetos de Lei

Após avaliar o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa questionou-se quais ações e projetos geridos no órgão ao qual o respondente atuava tinham o pressuposto de Sustentabilidade. Esses dados podem ser melhores visualizados na Tabela 3.

Tabela 3: Valor de ações e projetos com pressuposto Sustentabilidade

AÇÕES E PROJETOS	N=52	%
Nenhum	2	3,8
Não sei responder	9	17,3
1 a 3 ações e projetos	15	28,8
4 a 6 ações e projetos	6	11,5
Acima de 6 ações e projetos	20	38,5

Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso a pergunta contou com um campo aberto, para os respondentes, caso lembrassem citasse quais ações. Grande parte dos participantes, citaram 2 projetos, no qual, posteriormente tornaram-se leis municipais: “Selo Verde” e “Vou de Bike”.

A Lei “Selo Verde” configurada pela Lei nº 10.031, de 08 de maio de 2017 que institui o Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente, trata-se de uma nomeação conferida às empresas sediadas no Município de Goiânia que realizam a separação do lixo orgânico e inorgânico. Essa lei tem como finalidade incentivar a participação do comércio em ações ambientais.

O Programa “Vou de Bike” e o “Selo Empresa Amiga da Bike”, trata-se da Lei nº 9.742, de 20 de janeiro de 2016, que institui o programa Vou de Bike cujo objetivo é estimular as empresas a promoverem a utilização da bicicleta por seus funcionários e clientes, como meios de transporte saudável e eficiente. Paralelamente a empresa participante do programa que atender requisitos expressos será beneficiada com incentivos fiscais. Adiciona-se em seu Art 4º que será concedido às empresas participantes do Programa Vou de Bike o Selo Empresa Amiga da Bike, com objetivo de distingui-las por serem ambientalmente responsáveis.

As leis de incentivo permitem que as empresas fomentem projetos que refletem sua postura de responsabilidade social e seus valores. Tornando-se uma maneira delas se engajarem com atividades de cunho social que, além de promoverem ações de impacto positivo na sociedade, também são vantajosas para a imagem da instituição. Os tributos ambientais são tidos como instrumentos para a solução dos problemas ligados ao meio ambiente, mas os incentivos fiscais conferem uma nova forma e mais eficaz de estimular a preservação (Santos & Moreira, 2020).

Não foram poucas as leis que institucionalizaram políticas de sustentabilidade no município durante a gestão 2013 a 2016, vide lista com algumas delas abaixo:

- 1) Lei nº 9.498, de 19 de novembro de 2014 - dispõe sobre a cobrança de preço público decorrente da prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos produzidos por grandes geradores e dá outras providências;
- 2) Lei nº 9.522, de 29 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a coleta e destinação de resíduos provenientes de serviços de saúde, conforme especifica;
- 3) Lei nº 9.742, de 20 de janeiro de 2016 - institui o Programa Vou de Bike e o Selo Empresa Amiga da Bike, além de dar outras providências;
- 4) Lei nº 9.787, de 08 de abril de 2016 - autoriza o Poder Executivo Municipal a estabelecer com o Governo do Estado de Goiás gestão associada para a prestação, planejamento, regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico, integrado pelas infraestruturas, instalações operacionais e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, no Município de Goiânia, e dá outras providências;
- 5) Lei nº 9.922, de 13 de outubro de 2016 - dispõe sobre aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando lixo nos logradouros públicos;
- 6) Lei nº 9.918, de 30 de setembro de 2016 - dispõe sobre a publicação do Mapa dos Conflitos Ambientais na Cidade de Goiânia e dá outras providências;
- 7) Lei nº 9.925, de 13 de outubro de 2016 - cria o “SISVERDE” Sistema de Monitoramento em Tempo Real das áreas de proteção ambiental da Cidade e dá outras providências;
- 8) Lei nº 9.926, de 26 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a implantação de coleta seletiva de lixo em Shopping Center do Município de Goiânia;
- 9) Lei nº 9.929, de 26 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a Política de Prevenção, Redução e Compensação de Emissões de Dióxido de Carbono (CO²) e Demais Gases Veiculares de Efeito Estufa e dá outras providências;
- 10) Lei nº 9.936, de 04 de novembro de 2016 - institui o programa de equipagem de praças, complexos esportivos e logradouros públicos com mobiliário urbano adaptado às pessoas com deficiência;
- 11) Lei nº 10.031, de 08 de maio de 2017 que institui o Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente.

4.3 Estatística Descritiva: Análise e descrição das variáveis do modelo

Neste subcapítulo e após a caracterização da amostra, calculou-se algumas medidas de tendência central (média e mediana) bem como o desvio padrão, o mínimo, o máximo, as frequências absolutas e relativas das variáveis qualitativas (cada afirmação isolada) e ordinais. Para o cálculo destas medidas foi utilizado o programa de análise de dados estatísticos SPSS.

As medidas de tendência central são aquelas que produzem um valor em torno do qual os dados observados se distribuem, e que visam sintetizar em um único número o conjunto de dados (Salvador, 2015). A média é o ponto de qualquer distribuição em torno do qual se equilibram as discrepâncias positivas e negativas logo, situa-se entre o valor máximo e o valor mínimo da distribuição. O desvio padrão de uma amostra de dados é uma medida de dispersão dos dados relativamente à média, que se obtém tomando a raiz quadrada da variância. O desvio padrão só pode assumir valores não negativos e, quanto maior for o seu valor, maior será a dispersão dos dados (Feijoo, 2010).

Com base nas informações descritas, estabeleceu-se as variáveis quantitativas do modelo, representada pela escala de Likert de 05 pontos. Segundo Mattar (2001) a escala Likert requer que os entrevistados indiquem seu grau de concordância ou discordância com declarações relativas à atitude que está sendo medida. Cada item de resposta é atribuído um número que reflete a direção da atitude dos respondentes em relação a cada afirmação. A pontuação total da atitude de cada respondente é dada pela somatória das pontuações obtidas para cada afirmação. A cada item foi atribuída uma escala qualitativa e outra quantitativa como segue: concordo totalmente (5), concordo (4), neutro – não concordo nem discordo (3), discordo (2) e discordo totalmente (1).

Para tanto, calculou-se a média, mediana, desvio padrão, bem como mínimo e máximo para cada variável (fator latente), demonstrados abaixo na Tabela 4:

Tabela 4: Medidas de tendência central por variável

VARIÁVEL	MÉDIA	MEDIANA	DESVIO PADRÃO	MÍNIMA	MÁXIMA
Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	3,86	4,10	0,74	1,2	4,7
Sustentabilidade Econômica na Gestão Pública	4,35	5,00	0,97	1	5
Sustentabilidade Social na Gestão Pública	4,27	4,50	0,96	1	5
Sustentabilidade Ambiental na Gestão Pública	4,52	5,00	0,92	1	5
Indicadores de sustentabilidade do município	3,72	3,90	0,92	1,1	5
Desempenho do Município	4,05	4,50	1,00	1	5

Fonte: Elaborado pelo autor

Quanto à variável latente Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública é de notar que, a média das respostas perfaz o valor de 3,86. No entanto, nota-se um menor valor do desvio padrão indicado uma menor dispersão das respostas.

Paralelamente a variável Sustentabilidade Ambiental na Gestão Pública foi o fator que apresentou maior média, em relação aos demais. A partir do plano de governo e com base no planejamento estratégico da administração, acredita-se que a preservação do meio ambiente foi o alvo de maior alcance na gestão em estudo. Correlação entre variáveis e consistência interna do questionário

O nível de confiabilidade da pesquisa, também chamado de consistência interna, é uma forma de medida baseada na correlação entre diferentes itens no mesmo teste, geralmente é medida através do alfa de Cronbach (Romano, 2014).

O coeficiente alfa de Cronbach foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. O alfa mede a correlação entre respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes. Trata-se de uma correlação média entre perguntas. Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador (Hora; Monteiro & Arica, 2010).

É relevante ressaltar que, apesar da literatura científica a respeito das aplicações do coeficiente nas diversas áreas do conhecimento ser ampla e abrangente, ainda não existe um consenso entre os pesquisadores acerca da interpretação da confiabilidade de um questionário obtida a partir do valor deste coeficiente (Hora; Monteiro & Arica, 2010). Não há um valor

mínimo definido para o alfa ser aceito como bom, mas alguns autores estabelecem que o valor mínimo aceitável de 0,70. Resultados abaixo desse valor a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa (Streiner, 2003). Freitas & Rodrigues (2005), sugerem a classificação da confiabilidade do coeficiente alfa de Cronbach de acordo com os seguintes limites: Muito baixa: $\alpha \leq 0,30$; Baixa: $0,30 < \alpha \leq 0,60$; Moderada: $0,60 < \alpha \leq 0,75$; Alta: $0,75 < \alpha \leq 0,90$; Muito alta: $\alpha > 0,90$.

Neste estudo em concreto podemos verificar que, as variáveis observadas apresentam uma consistência interna alta, pois o coeficiente encontra-se entre 0,804 a 0,974, indicando que o questionário possui segundo este critério, uma excelente confiabilidade dos dados, conforme demonstra a Tabela 5.

É necessário esclarecer que o valor de alfa é afetado não apenas pela correlação entre as respostas, mas também pelo número de questões elaboradas. Um quantitativo menor de questões diminui o valor do alfa, mas não prediz baixa confiabilidade, visto que uma heterogeneidade da população gera uma grande variabilidade nas respostas.

Tabela 5: Alfa de Cronbach por variável do modelo

VARIÁVEL	α TOTAL	Nº DE ITENS
Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	0,830	10
Sustentabilidade Econômica	0,813	2
Sustentabilidade Social	0,820	2
Sustentabilidade Ambiental	0,923	2
Indicadores de sustentabilidade do município	0,974	28
Desempenho do Município	0,804	2

Fonte: Elaborado pelo autor

Os bons índices de sustentabilidade econômica obtidos da avaliação do governo pelos gestores atuantes corroboram com os dados apresentados pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, nos anos do governo em estudo, publicados por IMB (2018) e demonstrados na Figura 5. O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que representa, mediante valor monetário, a produção de bens e serviços por agentes econômicos. Já o PIB *per capita* é o produto interno bruto dividido pelo número de habitantes da abrangência espacial adotada, durante o período de tempo escolhido para a análise (IBGE, 2020). Esses dados,

demonstram uma evolução satisfatória na economia ao início e final da gestão apesar da forte crise econômica da época a partir de 2014.

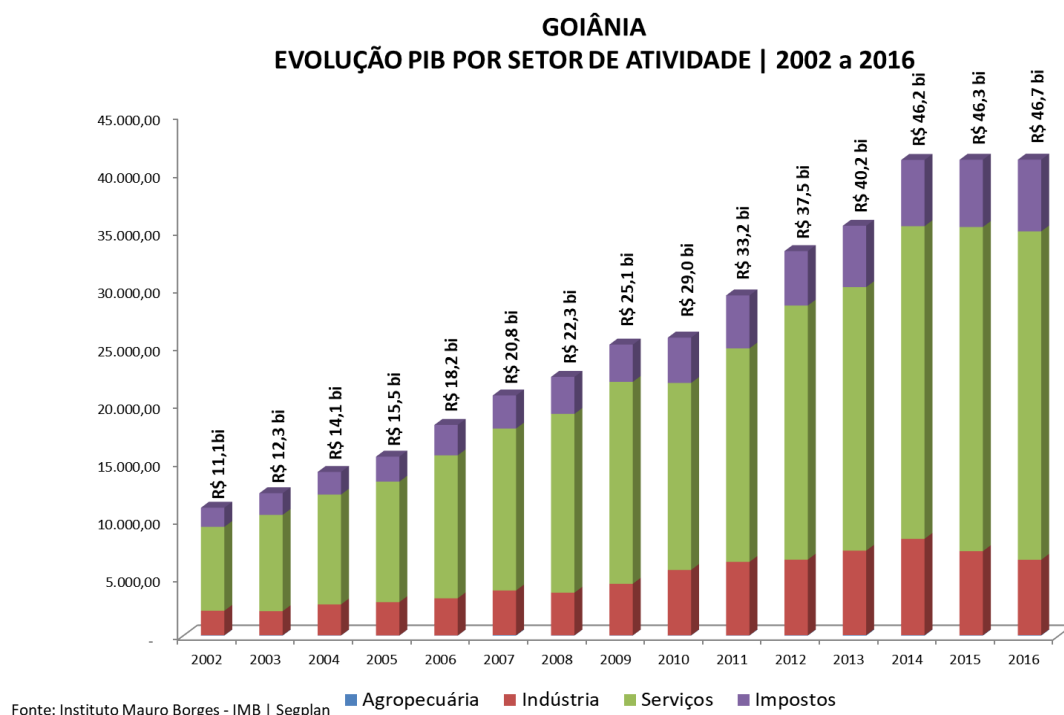
Figura 5: PIB e PIB per capita nos anos de 2013 a 2016

PIB - Produto Interno Bruto				
	2013	2014	2015	2016
Produto Interno Bruto a Preços Correntes - PIB (R\$ mil)	40.182.654	46.209.730	46.631.191	46.659.223
Produto Interno Bruto per Capita (R\$)	28.834,22	32.718,00	32.593,34	32.209,01

Fonte: IMB, 2018

Quanto a atividade econômica, o valor desse indicador, medido através do PIB em relação ao setor de atividade pode ser melhor visualizado na Figura 6.

Figura 6: Evolução do PIB por setor de 2002 a 2016

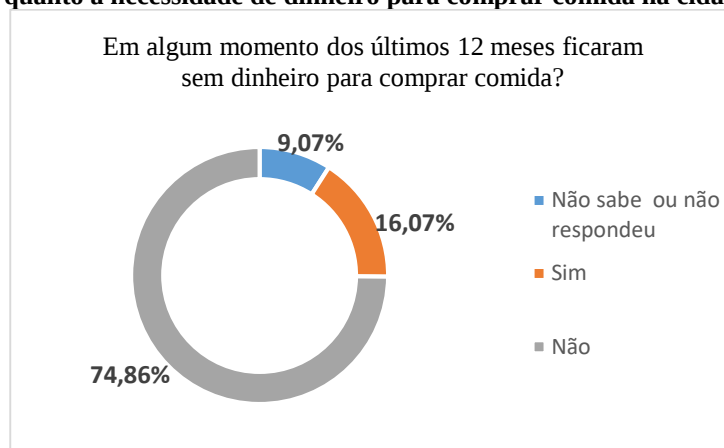


Fonte: IMB, 2018.

Esses dados positivos na economia refletem fortemente na renda e nas necessidades básicas da população conforme levantados em pesquisa de opinião pública dos moradores da capital (Gráfico 2). Os resultados apresentados na pesquisa de opinião apontam que para 74,86% dos entrevistados, nos últimos 12 meses (correspondendo ao ano de 2016), não faltou dinheiro para comprar comida. Acrescenta-se que para 48,44% dos entrevistados a renda familiar é considerada satisfatória, sendo possível atender às despesas e poupar (Gráfico 3).

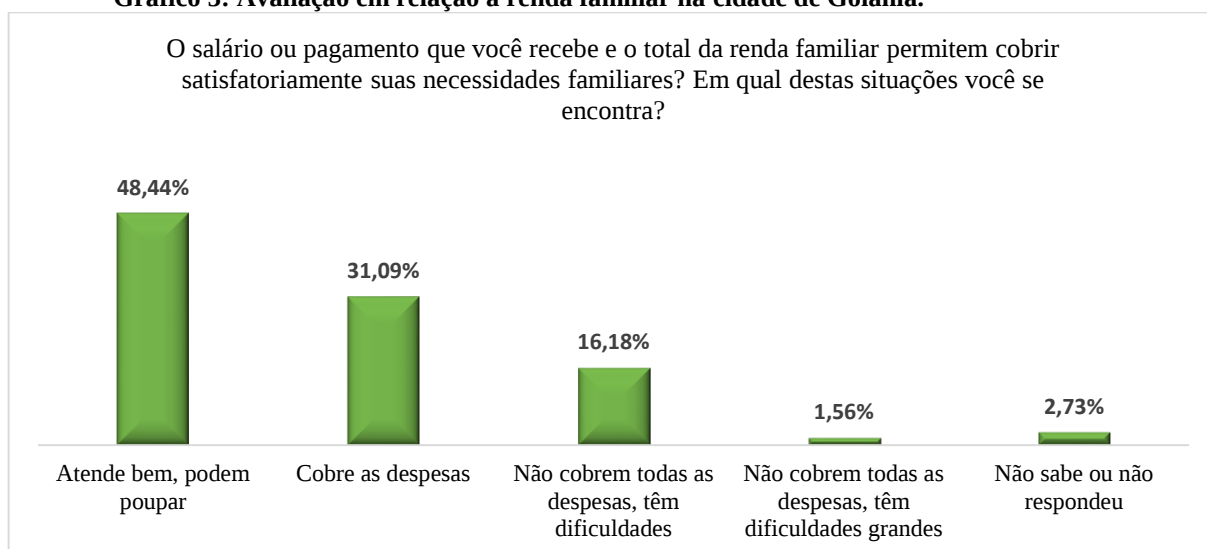
Sabe-se que esses dados não podem ser utilizados como avaliação de desempenho da gestão, porém torna-se um fator norteador para melhorias e mudanças na administração pública (RMC, 2017).

Gráfico 2: Resposta quanto a necessidade de dinheiro para comprar comida na cidade de Goiânia



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

Gráfico 3: Avaliação em relação a renda familiar na cidade de Goiânia.



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

4.3.1 Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública

Seguindo na demonstração da análise de dados, tratando-se da variável Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública, ao qual engloba a sustentabilidade econômica, social e ambiental, na tabela 6 verifica-se item a item das questões dispostas no questionário, bem como a média e o alfa de Cronbach se excluído. Adianta-se que em relação a pergunta 14, a maioria

dos respondentes discordou totalmente confirmando assim boa aceitação e gestão do prefeito citado.

Tabela 6: Análise da variável Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública por questão

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	MÉDIA	α (SE EXCLUÍDO)
1	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade ambiental implantado	4,57	0,802
2	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade social implantado	4,26	0,802
3	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade econômica implantado	4,28	0,802
4	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade ambiental normatizado por lei e/ou decreto	4,45	0,795
5	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade social normatizado por lei e/ou decreto	4,24	0,805
6	Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade econômica normatizado por lei e/ou decreto	4,41	0,790
7	Considero que os recursos disponibilizados no orçamento para a implantação do programa Goiânia, Cidade Sustentável foram suficientes e adequados	3,56	0,797
8	Tendo por base as propostas e planos de ação do programa Goiânia: Cidade Sustentável, entendo que todos os projetos previstos foram realizados	3,32	0,806
10	Considere o programa Goiânia: Cidade Sustentável muito bem planejado e implantado	3,90	0,787
14	Na sua opinião, independentemente da vontade do prefeito, a Gestão Pública do programa Goiânia: Cidade Sustentável foi ruim e deixou muito a desejar	2,07	0,877

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.2 Indicadores de sustentabilidade do município

A escala de medida para “Indicadores de Sustentabilidade do Município” foi feita através das questões Q9, Q13(a-z) e Q16, com $\alpha=0,974$ e totalizando 28 itens. Avaliando-se a variável latente de indicadores de sustentabilidade do município, que mapeia os principais indicadores de qualidade e sustentabilidade da capital, ao qual estão dispostos e descritos no plano de governo, observa-se que o alfa de Cronbach global conduziria a um ligeiro aumento da consistência interna do grupo de variáveis observadas caso removêssemos a questão 16 (de 0,974 para 0,975). Podemos constatar que a remoção de algumas das perguntas não melhoraria o alfa de Cronbach, pelo que, de acordo com esta estatística, este conjunto de perguntas é consistente e mede fielmente a variável latente “Indicadores de Sustentabilidade do Município”. Os dados estão melhores explanados e podem ser consultados através da Tabela 7.

Tabela 7: Análise da variável Indicadores de sustentabilidade do município por questão

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	MÉDIA	α (SE EXCLUÍDO)
9	Considere o programa Goiânia: Cidade Sustentável muito bom para o município e para a população	4,41	0,974
13a	Aumento da Receita do Município	3,69	0,974
13b	Aumento da oferta de emprego no município	3,25	0,973
13c	Aumento da arrecadação do IPTU	3,75	0,973
13d	Maior equilíbrio fiscal	3,69	0,974
13e	Melhoria da educação no município	3,76	0,973
13f	Menos lixo no município	3,42	0,973
13g	Mais apoio aos necessitados	3,36	0,973
13h	Melhoria dos serviços de saúde	3,51	0,973
13i	Melhoria da satisfação dos usuários com o atendimento nos serviços públicos	3,59	0,973
13j	Mais/Reabilitação dos parques implantados na cidade	4,21	0,973
13k	Mais/Reabilitação das praças implantados na cidade	4,17	0,973
13l	Mais árvores plantadas na cidade	4,09	0,973
13m	Aumento do acesso a água potável	3,34	0,973
13n	Aumento do acesso ao saneamento básico	3,30	0,973
13o	Aumento da coleta de lixo reciclado	3,51	0,973
13p	Construção de ciclovias e ciclofaixas	4,53	0,973
13q	Mais corredores exclusivos para transporte coletivo	4,53	0,973
13r	Redução da mortalidade materno-infantil	3,63	0,973
13s	Construção de postos de saúde e/ou hospitais	3,78	0,972
13t	Aumento da imunização contra doenças infecciosas	3,63	0,973
13u	Redução do abandono escolar	3,57	0,973
13v	Redução do Analfabetismo Funcional	3,51	0,972
13w	Aumento de famílias carentes atendidas por programas sociais	3,63	0,973
13x	Redução da discriminação	3,46	0,973
13y	Investimento em dinamização de atividades desportivas	3,55	0,973
13z	Melhoria do serviço do transporte público	3,25	0,973
16	Os indicadores de sustentabilidade melhoraram consideravelmente, fruto dessa nova política	4,18	0,975

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando individualmente algumas das questões apontadas, verificamos que os dados apresentados nessa pesquisa corroboram com os resultados dos indicadores publicados pelas fontes governamentais geradoras de informação e da percepção da população em relação ao plano de governo.

A utilização de uma ferramenta de avaliação da Gestão Pública através da pesquisa de opinião vai ao encontro com o que pensam alguns autores. Lubambo (2006) afirma que os resultados obtidos através da avaliação do desempenho da gestão municipal, indicado pelo grau de aprovação popular, está associado prioritariamente aos fatores vinculados à natureza da ação política empreendida na gestão.

Pereira (2011) em uma de suas publicações afirma que é necessário que os governos locais, com auxílio e manutenção dos órgãos legisladores, fiscalizadores e responsáveis pela promoção de informações, proporcionem condições operacionais para adoção a medidas de avaliação de gestão transparente e participativa pela população

Acredita-se que uma gestão bem-sucedida é possível através a associação de diversos fatores. Variáveis correlacionadas partindo-se da percepção do gestor, opinião pública e mapeamento de indicadores sinalizam para aspectos que possam ser reproduzidos como determinantes do bom desempenho do município.

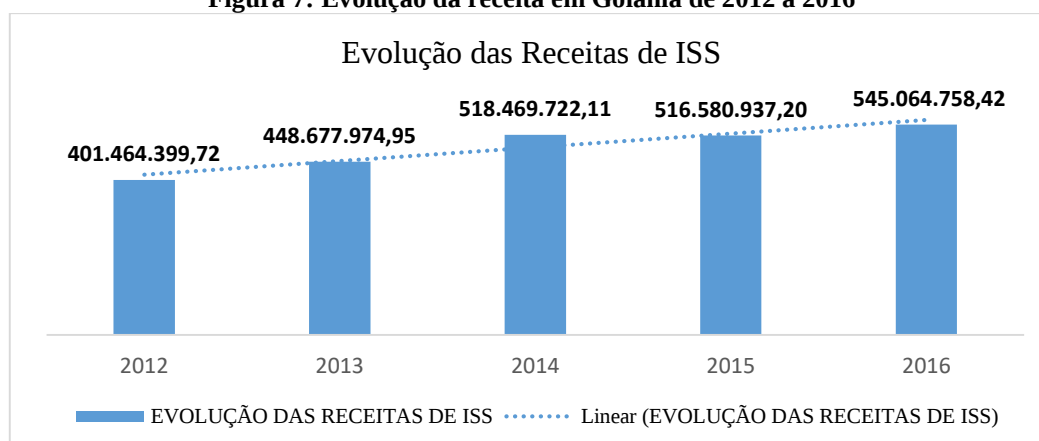
Aumento da Receita do Município

É evidente que a realidade econômica do município tem ligação direta com sua capacidade de gerar impostos. Por isto, é um ciclo a ser produzido, pois uma economia local bem desenvolvida possibilita maior capacidade de geração de tributos, tanto para empresas como para prestadores de serviços e, quanto mais tributos os municípios recebem, maiores possibilidades no investimento econômico municipal possibilitando, enfim, melhores condições para a população (Costa *et al.*, 2018).

A média do indicador “Receita do Município” foi considerado baixo, quando comparado com os demais dados apresentados na Tabela 7. A evolução da receita no município de Goiânia, conforme publicado por IMB (2018) está ilustrada através da figura 7. As receitas públicas tratam-se de todos os recursos financeiros arrecadados para o bom funcionamento do município. No caso a receita de ISS, considerando 2012 como base, cresceu 35,7%.

Segundo Soares *et al.* (2014) a arrecadação e a aplicação da receita pública se apresentam como constantes desafios à gestão de finanças públicas municipais, no intuito de atender ao desenvolvimento local, posto que demandas da sociedade estão cada vez maiores. As crises financeiras configuram um cenário repleto de desafios para a gestão de finanças públicas municipais, cabendo aos gestores aplicar de maneira eficiente os recursos que são arrecadados e geridos pelo município.

Figura 7: Evolução da receita em Goiânia de 2012 a 2016



Fonte: IMB, 2018

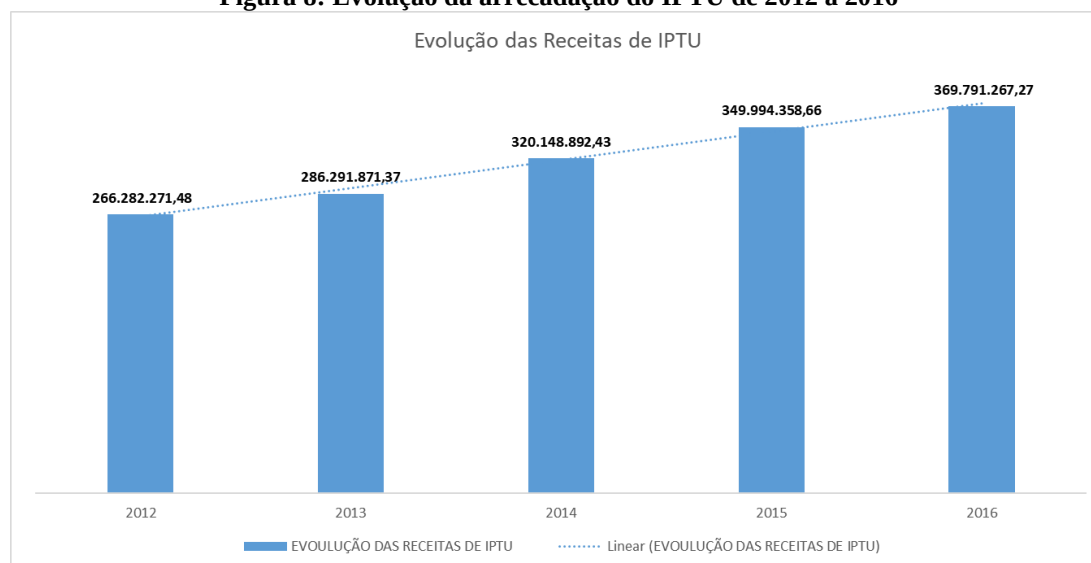
Diante disso, é preciso que todos ligados à área dos tributos dentro da instituição tenham a consciência de que quanto mais eficiente for a gestão desses recursos, mais benefícios haverá para a população como um todo. Possibilitando, desse modo, que as receitas municipais sejam incrementadas e que a gestão do município tenha maiores oportunidades de colocar em prática seus projetos e políticas públicas (Horneauxs Jr, F; Corrêa & Gomes, 2010).

Aumento da arrecadação do IPTU

Um dos tributos essenciais à arrecadação para os cofres públicos municipais é o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Sua importância orçamentária assume notoriedade como instrumento de planejamento e gestão urbana, inclusive no ordenamento territorial, ampliando ou limitando a abrangência das políticas públicas dentro dos limites municipais (Soares *et al.*, 2014).

A respeito do indicador “Aumento da arrecadação do IPTU”, a média de resposta dos gestores obtidas pelo questionário perfaz-se por 3,75 na Tabela 7. Esse valor, comparando com as demais variáveis, foi considerado baixo. Em contrapartida, ao analisarmos o valor da arrecadação anual em Goiânia publicados por IMB (2018), observamos um aumento nominal da arrecadação desse imposto de 38,8% no período da gestão (Figura 8) apesar da forte recessão econômica. Sabe-se que a geração de receitas é de suma importância para a gestão no intuito de desenvolver as inúmeras atividades necessárias dentro do município.

Figura 8: Evolução da arrecadação do IPTU de 2012 a 2016



Fonte: IMB, 2018

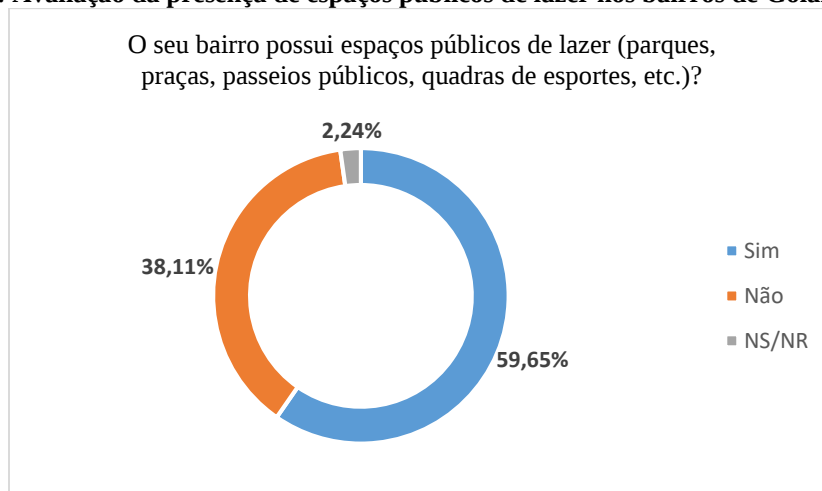
Mais/Reabilitação de parques e praças implantadas na cidade

Na paisagem da cidade de Goiânia é notável a presença de grandes áreas verdes em espaços públicos, representados pelos parques, praças e bosques espalhados pela cidade. Silva & Almeida (2012) demonstram que um estudo com os grupos focais mostra que existe um consenso, entre os moradores de diferentes bairros da cidade, que os parques contribuem para melhorar a qualidade de vida urbana. Para esses moradores, os parques representam ar puro, menos barulho e são, portanto, um meio de fugir do estresse da vida cotidiana. Eles ressaltam também que em Goiânia esses espaços são importantes enquanto área de lazer para a população de baixa renda, desprovida de outras formas de recreação.

Os indicadores relacionados ao aumento/reabilitação dos parques e praças na capital destacaram-se em relação aos demais sob a visão dos gestores. A média para “Mais/Reabilitação dos parques implantados na cidade” foi de 4,21. Para o indicador “Mais/Reabilitação das praças implantados na cidade” a média foi de 4,17. Ambas médias foram consideradas altas, comparados com os demais dados apresentados na Tabela 7.

Segundo, RMC (2017), a população goianiense tem a mesma percepção que os gestores da pesquisa. Dados apresentados na pesquisa de opinião demonstram que ao 59,65% dos entrevistados moradores da cidade, afirmam que no seu bairro apresentam áreas espaços públicos de lazer (como praças, parques, quadras de esporte e etc.). Esses resultados podem ser melhores visualizados através do gráfico 4.

Gráfico 4: Avaliação da presença de espaços públicos de lazer nos bairros de Goiânia.

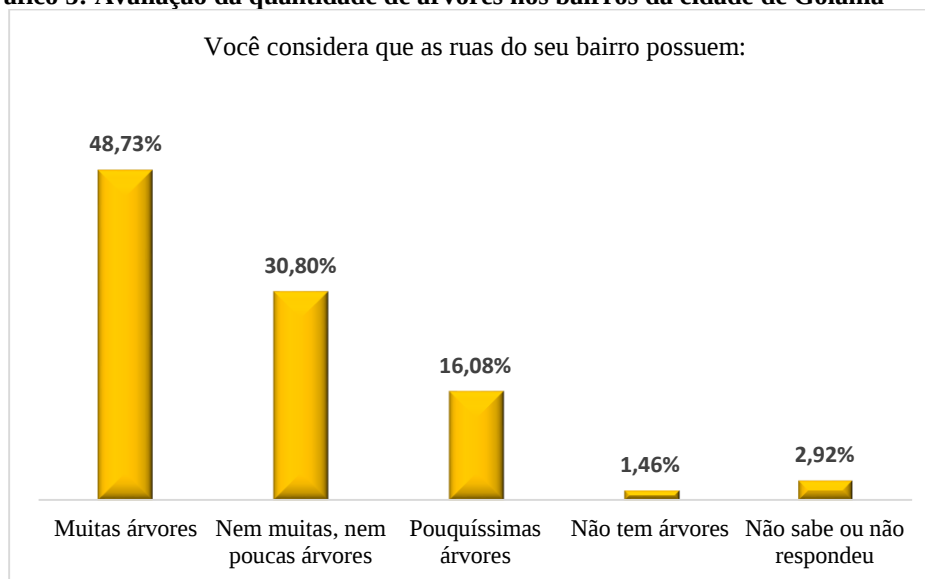


Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

Mais árvores plantadas na cidade

Quanto ao tema quantidade de árvores da cidade (Gráfico 5) respondida pelos gestores grande parte dos respondentes informaram que um dos frutos da gestão foi o plantio de mais árvores, esse resultado pode ser observado pelo valor da média apresentada (valor de 4,09), considerada um indicador elevado. Paralelamente, ao analisarmos a pesquisa de opinião pública realizada em 2017, e publicada por RMC (2017), observamos que esses dados apresentam concordância, onde 48,73% dos entrevistados moradores da cidade de Goiânia, consideram haver “Muitas árvores” na cidade, enquanto 16,08% afirmam apresentar pouquíssimas árvores e apenas 1,46 alegam não apresentar árvores em seus bairros.

Gráfico 5: Avaliação da quantidade de árvores nos bairros da cidade de Goiânia



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

Os dados da investigação e avaliação positiva da pesquisa de opinião são compatíveis com a plantação de mais de 1.000.000 de mudas de árvores na cidade na gestão 2013 – 2016.

Construção de ciclovias e ciclofaixas

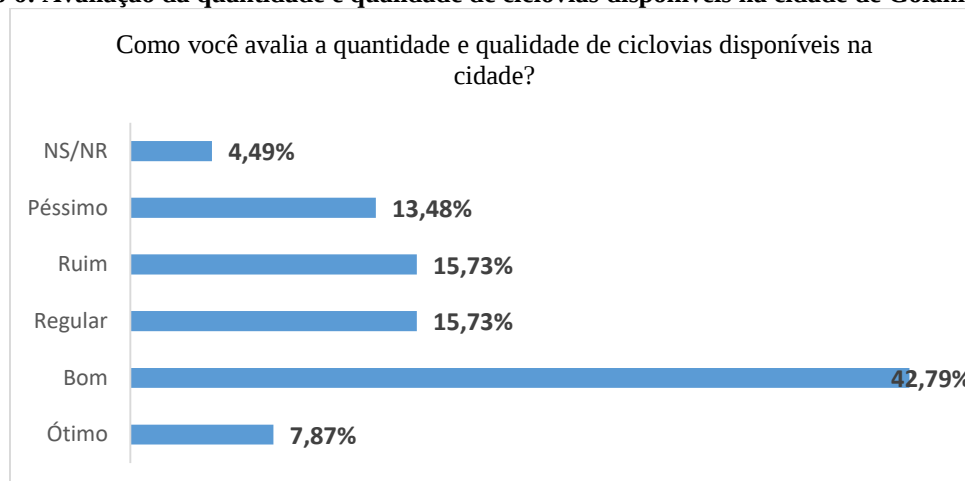
A sustentabilidade, dentro da mobilidade urbana, pode ser entendida como a capacidade de se fazer viagens necessárias à realização dos direitos básicos do cidadão, otimizando o gasto de energia e gerando menor impacto ao meio ambiente. Acrescenta-se que Mobilidade urbana sustentável pode ser entendida como a reunião das políticas de transporte e circulação, de modo integrado com a política de desenvolvimento urbano, tendo como finalidade proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizando os modos de transporte coletivo e os não-motorizados de maneira segura, socialmente inclusiva e sustentável (Vieira & Carvalho, 2016).

Quando o assunto é mobilidade urbana, o valor da média dos respondentes do questionário foi superior em relação aos demais, perfazendo-se por volta de 4,53 na Tabela 7 para o indicador “Construção de ciclovias e ciclofaixas”. Esse índice foi o que apresentou melhor média sob a percepção dos gestores tratando-se do governo em estudo.

Essa informação é coerente com o que aconteceu de fato. Na gestão em estudo, foram construídos mais de 100 quilômetros de vias cicláveis, entre ciclovias e ciclofaixas, na cidade.

Esses dados vão ao encontro dos resultados da opinião da pública, conforme explorados por RMC (2017), onde segundo uma pesquisa de opinião, a avaliação da quantidade e qualidade de ciclovias é positiva para 50,36% dos entrevistados moradores da capital goiana, considerando os conceitos “Ótimo” ou “Bom”. O conceito “Regular” foi respondido por 15,73%. As avaliações negativas correspondem a 29,21%, considerando os conceitos “Ruim” e “Péssimo”. Esses dados podem ser melhores ilustrados no Gráfico 6.

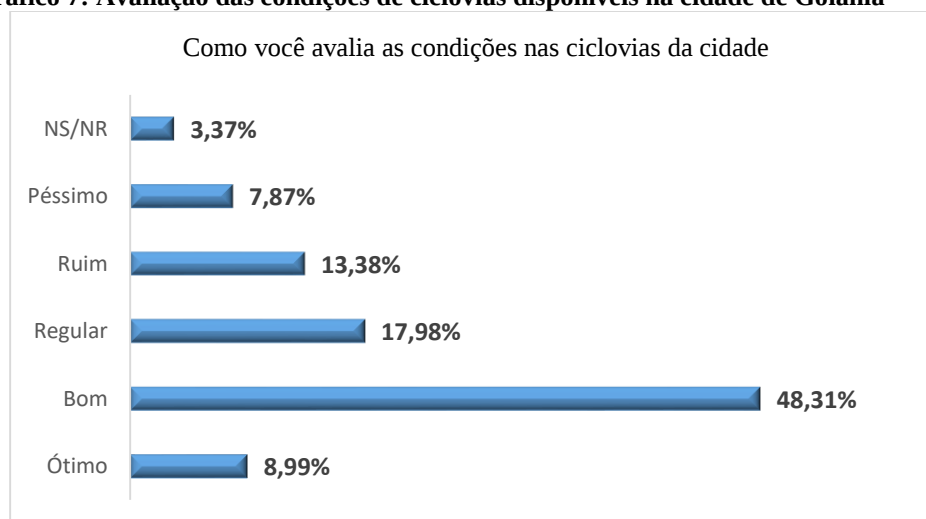
Gráfico 6: Avaliação da quantidade e qualidade de ciclovias disponíveis na cidade de Goiânia



Fonte: RMC (2017) / Elaborado pelo autor

RMC (2017), verificou em relação as condições das ciclovias na percepção dos moradores da cidade de Goiânia. Segundo pesquisa de opinião, realizada após o período da gestão da Coligação Goiânia Cidade Sustentável, grande parte da população acredita que as condições das ciclovias são relativamente positivas, onde 57,2% dos entrevistados, consideram o indicador como “Bom” ou “Ótimo”. A avaliação “Regular” para as condições das ciclovias foi avaliada por 17,98% dos participantes da pesquisa de opinião. As avaliações negativas correspondem a 21,25%, considerando as respostas “Ruim” ou “Péssimo”.

Gráfico 7: Avaliação das condições de ciclovias disponíveis na cidade de Goiânia



Fonte: RMC (2017) / Elaborado pelo autor

Aumento de acesso a água potável e saneamento básico

Tratando dos indicadores “Aumento de acesso a água potável” e “Aumento do acesso ao saneamento básico” as médias apontadas através das respostas dos gestores ao questionário foram de 3,34 e 3,30 respectivamente, conforme demonstra a tabela 7. Os indicadores apresentam médias baixas, quando comparadas aos demais. Os índices avaliados são de suma importância, pois visam a promoção da saúde.

A melhoria do saneamento da capital era uma das metas estabelecida no plano de governo (Anexo E). Com base na percepção dos gestores verificou-se a necessidade de expandir e melhor explorar os indicadores dessa política pública por meio da busca de dados secundários.

Segundos dados publicados por IMB (2018), referentes ao abastecimento de água da capital entre os anos de 2013 e 2016 e ao atendimento de esgoto à população, também nesse período, verificamos aumento da capacidade do atendimento. Esses dados são tidos como satisfatórios, pois verificou-se uma melhoria significativa nas ações de saneamento no Município. As evoluções dos indicadores de saneamento básico na Capital com impacto na saúde pública, bem como na proteção e preservação de mananciais, podem ser melhores observadas nas figuras 9 e 10 desse trabalho.

Figura 9: Abastecimento de água na capital de 2013 a 2016.

Abastecimento de Água				
	2013	2014	2015	2016
Extensão de Redes de Água (m)	5.931.091	5.986.059	6.025.019	6.638.653
Ligações de Água (número)	461.086	487.489	508.551	525.667
Percentual da População Atendida com Água (%)	100	100	100	100

Fonte: IMB, 2018

Figura 10: Atendimento da rede de esgoto à população de 2013 a 2016.

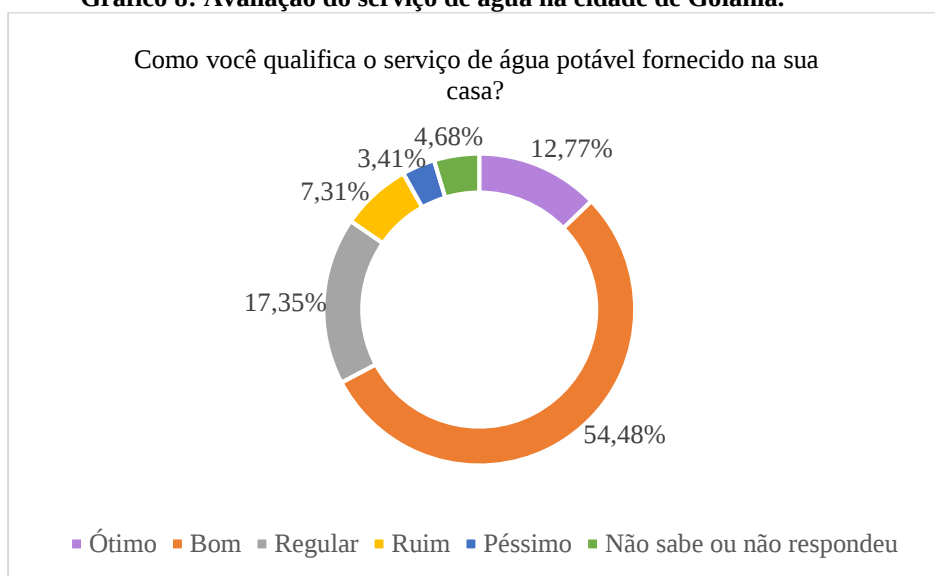
Atendimento de Esgoto				
	2013	2014	2015	2016
Extensão de Rede de Esgoto (m)	3.540.756	3.552.955	3.567.716	3.690.671
Ligações de Esgoto (número)	326.253	353.868	381.658	401.500
Percentual da População Atendida com Esgoto (%)	78,34	84,1	88,2	91,1

Fonte: IMB, 2018

O reflexo dessa gestão pode ser visualizado após realização da pesquisa de opinião onde a avaliação do serviço de água é positiva para ao menos seis em cada dez entrevistados da cidade de Goiânia (Gráfico 8), somando-se os conceitos “Ótimo” (12,77%) e “Bom” (54,48%),

sendo que 17,35% consideram o serviço “Regular”. As avaliações consideradas negativas totalizam 10,72% da resposta dos entrevistados. Acrescenta-se que 72,42% dos entrevistados afirmam possuir ligação na rede de esgoto enquanto que apenas 22,17% possuem outros meios de escoamento do esgoto em suas casas, conforme demonstrado na pesquisa de opinião ilustrada no Gráfico 8 (RMC, 2017).

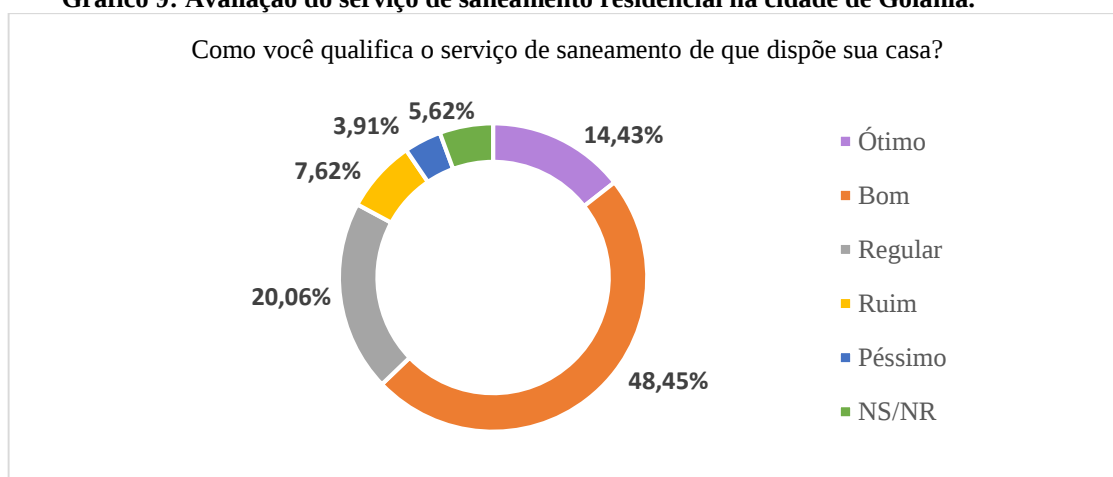
Gráfico 8: Avaliação do serviço de água na cidade de Goiânia.



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

Segundo pesquisa de opinião pública realizado em Goiânia publicado por RMC (2017), a avaliação do serviço de saneamento (Gráfico 9) também é positiva para pelo menos seis entre dez entrevistados moradores da cidade, considerando os conceitos “Ótimo” (14,43%) e “Bom” (48,45%). A avaliação “Regular” abrange 20% dos entrevistados. É de suma importância que não apenas a população tenha a sua disposição o serviço, mas que a mesma esteja satisfeita com o trabalho oferecido pela gestão pública que presta esses serviços através de concessão. Nesse gráfico, somente 11,53 avaliam os serviços ruins e péssimos.

Gráfico 9: Avaliação do serviço de saneamento residencial na cidade de Goiânia.



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

4.3.3 Desempenho do Município

Tratando-se do último indicador latente, o Desempenho do Município observado por apenas dois dos itens, descritos conforme a tabela 8, verifica-se que o cálculo do alpha com exclusão não é possível por apresentar uma baixa quantidade de questões, apesar de apresentar médias altas.

Tabela 8: Análise do desempenho do município por questão

QUESTÃO	DESCRIÇÃO	MÉDIA	α (SE EXCLUÍDO)
11	Houve um impacto muito positivo no órgão ao qual eu atuava após a implantação desse projeto	4,11	-
12	Houve um impacto muito positivo desse projeto no desempenho da gestão no município	4,26	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Houve um impacto após a implantação desse projeto no desempenho do Município.

O gasto com a máquina pública, fatores de natureza organizacionais, relacionados à capacidade técnico-administrativa, seriam decisivos para a qualidade ou tipo do desempenho da gestão (Lubambo, 2006). Acredita-se que no bom desempenho municipal a função de avaliação setorial da esfera pública representa um fator crítico para o sucesso. Nesse contexto, a utilização de um validador externo em concordância com as respostas obtidas dos gestores no

processo de investigação é de suma importância para avaliar os resultados alcançados pela administração.

Um desses validadores, foi apurado em artigo publicado pelo autor desta dissertação na revista “*Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico*”, assinado em conjunto com mais dois outros autores. O artigo intitulado “O modelo de gestão por resultados na Prefeitura Municipal de Goiânia: a importância do contrato de resultados e da remuneração variável como fatores críticos de sucesso para implantação do programa”, iniciou-se, após implantação do Programa Goiânia Cidade Sustentável, pela Secretaria Municipal de Finanças diante de uma forte crise financeira e de credibilidade, agravada pelo cenário econômico nacional, com queda real nas principais receitas do município, gastos com pessoal acima dos limites estabelecidos por lei e elevado déficit previdenciário e financeiro, resultando na inadimplência com fornecedores e iminente atraso no pagamento da folha salarial de servidores (Scarpa, Santos & Taveira, 2019).

Por ser a qualidade de serviço público assunto de interesse geral, os gestores públicos têm sua atividade regulamentada de maneira bastante detalhada por legislação específica para o serviço público delimitados e descritas em lei. Ainda, a gestão pública recebe atenção de parte de órgãos de controle, os quais garantem o cumprimento da lei e utilização das melhores práticas (Langwinski, 2013).

Em 03 de junho de 2015 foi sancionada a Lei Complementar nº 276, definindo uma nova estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal e instituindo um novo modelo de gestão, denominado “Modelo de Gestão por Resultados”, assentado na introdução de novas práticas gerenciais, baseada em resultados, como a matriz de governo, com o objetivo de associar sistematicamente as ações dos órgãos e entidades públicas ao cumprimento de metas e resultados (Scarpa, Santos & Taveira, 2019). Segundo consta no artigo 3º da referida lei:

“Art. 3º O modelo de gestão da Administração Pública Municipal a ser implantado, a partir desta Lei, deverá ser assentado na introdução de novas práticas gerenciais e na flexibilização, nela prevista, elegendo a gestão por projetos, baseada em resultados, como a matriz de governo, com o objetivo de associar sistematicamente as ações dos órgãos e entidades públicas ao cumprimento de metas e resultados.

§ 1º A definição de objetivos e metas, a criação de indicadores e o alcance de resultados devem:

I - Valorizar a contribuição de cada órgão ou entidade para a efetividade das ações de interesse público, por meio do seu desempenho;

II - Envolver os dirigentes e os servidores em um projeto comum de eficiência e eficácia organizacional, atribuindo-lhes o mérito devido pela otimização dos recursos públicos;

III - Promover o trabalho em equipe e a organização por programas e ações[...]” (Lei Complementar nº 276/2015).

Scarpa, Santos & Taveira (2019) ao avaliarem o Desempenho Institucional dos servidores públicos atuantes no Programa Goiânia Cidade Sustentável, verificaram que após implantação do modelo de Gestão por resultados, houve aumento da capacidade de trabalho de cada servidor, contribuindo diretamente para o alcance das metas coletivas previstas para o órgão de atuação. Paralelamente, através da avaliação dos indicadores, os autores observaram aumento da satisfação dos usuários dos serviços públicos em relação ao atendimento pelos servidores administrativos e de maneira geral a redução das despesas de custeios da instituição, representando uma grande economia para os cofres públicos do Município.

A gestão do desempenho, avaliada do ponto de vista da utilização de um sistema de indicadores, não se resume somente a atribuir um conceito ou nota a esses esforços e resultados. A avaliação de um programa público requer indicadores que possam dimensionar o grau de cumprimento dos objetivos dos mesmos (eficácia), o nível de utilização de recursos frente aos custos em disponibilizá-los (eficiência) e o impacto (efetividade) do programa (Langwinski, 2013).

Os resultados desse trabalho de Scarpa, Santos & Taveira (2019) corroboram com os dados secundários encontrados, cujo objetivo era avaliar externamente o quanto esse projeto impactou no desempenho da gestão do município.

Um dos indicadores de políticas públicas para avaliar o desempenho de um município é o Índice de Desempenho dos Municípios (IDM) calculado e divulgado pelo IMB, órgão de estatística pública do governo do Estado de Goiás.

Trata-se de uma medida sintética de parte do contexto socioeconômico dos municípios em seis áreas de atuação: Economia, Educação, Infraestrutura, Saúde, Segurança e Trabalho. Todas elas contribuem igualmente para a composição do índice final, ou seja, cada uma tem o mesmo peso no cálculo final. Esta medida assume valores entre 0 e 10, quanto mais próximo de zero, pior é o desempenho do município nas seis áreas contempladas, e quanto mais próximo de 10, melhor o desempenho (IBGE, 2020).

Segundo IMB (2018) o objetivo do índice é facilitar o diagnóstico e a comparação do desempenho dos municípios, bem como avaliar os resultados e subsidiar o planejamento das ações dos governos ao longo do tempo. Sua periodicidade é bianual, para avaliar o desempenho

do município de Goiânia anterior/posterior a Gestão da Coligação: Goiânia Sustentáveis, tomaremos como base o ano precedente à gestão (2012) e o ano ao qual finalizou o período administrativo (2016).

Em 2012, a cidade de Goiânia encontrava-se na 12ª colocação em relação aos demais municípios do Estado, ao final da gestão Coligação Goiânia Cidade Sustentável, a capital apresentava-se na 2ª colocação, elevando-se consideravelmente dos indicadores de Economia, Infraestrutura e Trabalho. O bom desempenho do município nos leva a pensar que as ferramentas de sustentabilidade foram eficazes para a Gestão Pública (IMB, 2018).

Tabela 9: IDM de Goiânia por categoria de 2012 a 2016

	2012	2014	2016
IDM Geral	5,47	5,74	5,74
IDM Economia	4,75	5,54	5,49
IDM Educação	5,34	5,46	4,55
IDM Infraestrutura	6,87	7,1	7,12
IDM Saúde	6,84	6,9	6,71
IDM Segurança	5,32	5,75	5,65
IDM Trabalho	3,68	3,7	4,93
POSIÇÃO NO RANKING GERAL DO ESTADO	12º	10º	2º

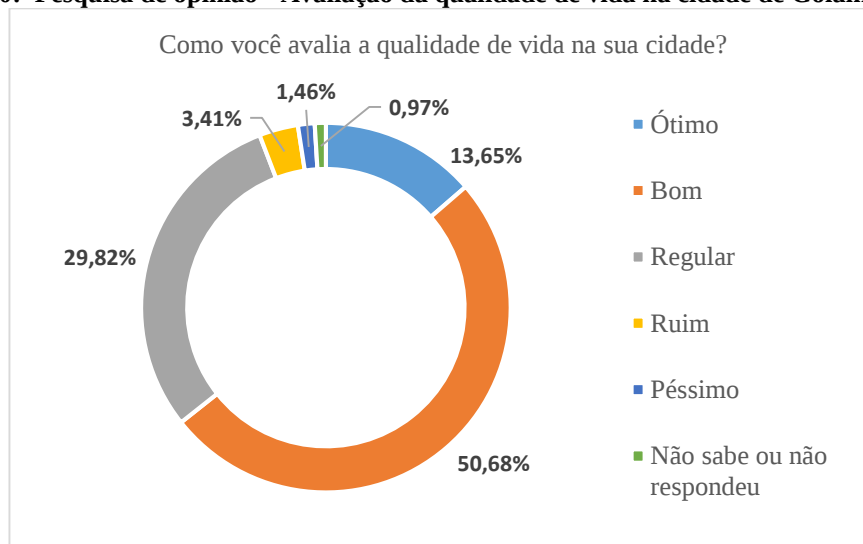
Fonte: IMB (2018)/ Elaborado pelo autor

Goes & Morales (2013) afirma que as práticas de sustentabilidade nos municípios devem virar rotina numa gestão pública. Para o autor atividades educacionais voltadas à questão socioambiental podem contribuir para desenvolvimento dos municípios. O autor acredita que gestores mais capacitados poderiam criar estratégias baseadas nas premissas de sustentabilidade ao qual melhoraria a qualidade e bem-estar da população.

Nesse sentido, os fatos positivos da investigação confirmados pela análise da estatística descritiva, foram confirmados pela sistematização dos dados secundários e ainda foram corroborados pela pesquisa de opinião já relatada, na qual em relação a Qualidade de Vida, (Gráfico 11), os entrevistados, que são os moradores da cidade e alvos das políticas públicas de desenvolvimento sustentável contidas no Plano de Governo Goiânia Cidade Sustentável, avaliam-na de forma positiva e consideram-se felizes. A avaliação da qualidade de vida na cidade é positiva para 64,33% dos entrevistados, considerando os conceitos de “Ótimo” e

“Bom”. O conceito de “Regular” correspondeu a 29,82% dos entrevistados e Ruim e Péssimo somaram apenas 4,87%.

Gráfico 10: Pesquisa de opinião - Avaliação da qualidade de vida na cidade de Goiânia



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

Tratando-se da percepção do sentimento de felicidade, descrita no gráfico abaixo, a avaliação é positiva para praticamente nove em cada dez entrevistados (88%), sendo que 50,97% se consideram “Muito felizes” e 37,23% se dizem “Moderadamente Felizes” (RMC, 2017).

Gráfico 11: Avaliação do sentimento de felicidade dos moradores da cidade de Goiânia



Fonte: RMC, 2017 / Elaborado pelo autor

4.4 Coeficiente e validação das variáveis do modelo conceitual

Inicialmente cumpre esclarecer que o coeficiente de Pearson é o método que mede o grau da correlação, indicando direção negativa ou positiva do relacionamento, entre duas variáveis de escala métrica. Este coeficiente, normalmente representado por ρ assume apenas valores entre -1 e 1, e a ausência de correlação é zero, ou seja, as duas variáveis não dependem linearmente uma da outra (Figueiredo Filho & Silva Jr, 2009).

Consequente, avaliou-se individualmente as variáveis, e aplicou-se o cálculo da correlação de Person, foram obtidos os seguintes dados que estão descritos, de forma generalizada na Tabela 10. Para interpretação dos valores do coeficiente de correlação de Pearson, os valores para o r são classificados conforme a classificação de Dancey & Reidy (2005): $r = 0,10$ até $0,30$ (fraco); $r = 0,40$ até $0,6$ (moderado); $r = 0,70$ até 1 (forte). Constatase, portanto, de moderada para forte em todas as variáveis, indicando que as mesmas potencializam entre si.

Tabela 10: Valor de correlação de Pearson entre variáveis

Fator	Sustentabilidade Social na Gestão Pública	Sustentabilidade Ambiental na Gestão Pública	Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	Indicadores de sustentabilidade do município	Desempenho do município
Sustentabilidade Econômica na Gestão Pública	0,517	0,684	0,813	0,643	0,756
Sustentabilidade Social na Gestão Pública	-	0,654	0,792	0,573	0,580
Sustentabilidade Ambiental na Gestão Pública	-	-	0,846	0,662	0,646
Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	-	-	-	0,737	0,788
Indicadores de sustentabilidade do município	-	-	-	-	0,829

Fonte: Elaborado pelo autor

4.4.1 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 01

H1: A Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública influencia positivamente os Indicadores de sustentabilidade do município.

Conforme a Tabela 11, o valor do coeficiente de correlação de Pearson (r) ente as variáveis Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública X Indicadores de sustentabilidade do município, indica uma correlação positiva forte, onde $r = 0,737$ com um nível de confiança de 95%.

Para esta análise definimos duas hipóteses:

H0: não existe correlação linear entre as duas variáveis (são independentes)

H1: existe correlação linear

Aos dados, acrescenta-se ainda o valor p , também conhecido como “nível descritivo” ou “probabilidade de significância”, o qual é definido como o menor nível de significância para o qual uma hipótese nula pode ser rejeitada. Para tanto, se $p \leq 0,001$ existe uma significância estatística.

Diante disso, com base nos resultados alcançados neste estudo, aceita-se a hipótese H1. Para tanto, estabeleceu-se que a sustentabilidade corporativa na gestão pública, por meio das esferas econômica (H1A), social (H1B) e ambiental (H1C), influencia positivamente, porém de forma moderada os Indicadores de sustentabilidade do município.

Tabela 11: Coeficiente de correlação das variáveis de H1

VARIÁVEIS		Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	Sustentabilidade Econômica na Gestão Pública	Sustentabilidade Social na Gestão Pública	Sustentabilidade Ambiental na Gestão Pública
Indicadores de sustentabilidade do município	r	0,737	0,643	0,573	0,662
	p	0,00000000046	0,000000028	0,0000091	0,000000090

Fonte: Elaborado pelo autor

A avaliação dos indicadores que compõem as dimensões social, econômica e ambiental individualmente não possibilita uma análise da situação como um todo, mas, quando combinados, demonstram seus resultados por meio de indicadores agregados. A representação gráfica desses valores agregados possibilita a visão do quadro geral do estado do meio ambiente e da sociedade e facilita a análise da inter-relação entre as dimensões através da intersecção desses pontos (Cetrulo, Molina & Malheiros, 2013).

Morioka & Carvalho (2017) afirma que a mensuração de desempenho através dos indicadores de sustentabilidade ainda é fragmentada e dispersa, havendo a necessidade de pesquisas para aproximar os desafios da Sustentabilidade Corporativa na prática pelas empresas. Os autores finalizam que implantar o desenvolvimento sustentável no contexto empresarial é uma tarefa complexa, porque exige um empenho intensivo de equipes multidisciplinares para compreender as inter-relações entre os pilares da sustentabilidade

4.4.2 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 02

H2: Os indicadores de sustentabilidade do município influenciam positivamente o desempenho do município.

Tabela 12: Coeficiente de correlação das variáveis de H2

VARIÁVEIS	Desempenho do município	
Indicadores de sustentabilidade do município	<i>r</i>	0,829
	<i>p</i>	0,000000000000034

Fonte: Elaborado pelo autor

As variáveis apresentadas na Tabela 12 foram as que mais obtiveram correlação entre si. O valor do coeficiente de correlação de Pearson entre estas variáveis, indica uma correlação positiva forte $r = 0,897$ e significativa, onde $p \leq 0,001$. Frente a isso, com base nos resultados alcançados neste estudo, aceita-se a hipótese H2.

Segundo Almeida & Gonçalves (2018) os indicadores de sustentabilidade são estruturados em torno de temas e são considerados indispensáveis para direcionar e avaliar o desempenho da gestão dos serviços urbanos e a qualidade de vida.

Em um estudo realizado por Galante *et al.* (2016) evidenciou que alguns municípios que apresentaram desempenho ruim os indicadores para a avaliação da sustentabilidade encontravam-se abaixo da média estabelecida. Para o autor os indicadores são importantes e facilitam as atividades diárias dos gestores, considerando a eficiência e o comprometimento de ações para garantia do bem-estar e qualidade de vida de gerações futuras nas áreas social, ambiental, econômica e institucional. Adiciona-se que os indicadores são ferramentas capazes de captar realidades complexas possibilitando traduzir para a realidade compreensível relacionadas às condições de sustentabilidade de cada município, as quais devem ser consideradas itens como a confiabilidade e atualidade dos dados disponibilizados.

A inclusão da perspectiva da sustentabilidade no contexto organizacional inclui novas formas e novos elementos na mensuração do desempenho das organizações, através do uso de indicadores. Acrescenta-se que através dessas medidas numéricas os administradores/gestores perceberiam as diferenças e avaliariam as questões sobrepondo as duas perspectivas, chegando a uma avaliação mais completa do desempenho da organização (Horneauxs Jr, F; Corrêa & Gomes, 2010).

Epstein & Roy (2003) estabelece que as organizações buscam um enfoque sustentável para gerenciar seu desempenho, através de indicadores de sustentabilidade, através de sistemas efetivos de monitoramento, avaliação e reporte.

4.4.3 Coeficiente de correlação das variáveis que compõem a Hipótese 03

H3: A sustentabilidade corporativa na gestão pública influencia positivamente o desempenho do município.

Tabela 13: Coeficiente de correlação das variáveis de H3

VARIÁVEIS	Desempenho do Município	
Sustentabilidade Corporativa na Gestão Pública	<i>r</i>	0,788
	<i>p</i>	0,0000000000041

Fonte: Elaborado pelo autor

O valor do coeficiente de correlação de Pearson entre estas variáveis, indica uma correlação positiva forte $r = 0,788$ e significativa, onde $p \leq 0,001$. Frente a isso, com base nos resultados alcançados neste estudo, aceita-se a hipótese H3, conforme representado na Tabela 13.

Goes & Morales (2013), Acrescentam que é de extrema importância que os municípios por meio dos seus gestores busquem certificações e reconhecimento para provar a sociedade que está conseguindo alcançar os objetivos e, para tanto, alguns indicadores de sustentabilidade podem ser adotados para proporcionar melhores caminhos a serem seguidos.

5 CONCLUSÃO

5.1 Conclusão Teórica

A sustentabilidade é de fato um dos temas mais abordados na atualidade, mas também um dos mais difíceis de compreender, no sentido em que a literatura nos mostra diferentes definições e visões de inúmeros autores, embora essas definições tenham elementos em comum. Durante muitos anos este foi um tema definido em torno da dimensão ambiental, no entanto, essa relação tornou-se maior e interdisciplinar. A sustentabilidade corporativa que antes era uma referência teórica, passou a ter importância na prática da gestão.

A sustentabilidade corporativa é pressuposto de um mundo econômico mais justo e solidário, em que as necessidades básicas dos indivíduos são atendidas, a melhoria da qualidade de vida é um objetivo, a natureza é preservada e a sociedade é beneficiada. Nesse sentido, os princípios do desenvolvimento sustentável deixaram de ter somente o apelo de preservação da natureza, são agora utilizados como elementos de geração de valor e marcos ou elementos de marketing de sucesso nos negócios. A sua importância e finalidade são inquestionáveis.

Apesar do conceito de sustentabilidade estar latente no dia-a-dia, é também um dos temas mais difíceis de implementar na prática. Uma organização, seja ela pública ou privada, que entende, incorpora e aplica esses preceitos retém grandes recompensas no que tange a evolução da gestão e desempenho, e, por consequência, progresso econômico. Logo, implantar o conceito de sustentabilidade corporativa nas atividades de uma organização governamental e mensurar seus resultados através de indicadores afim de melhorar seu desempenho é um grande desafio para a Gestão Pública.

Combater as desigualdades sociais, promover o desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e pugnar pela responsabilidade fiscal no setor público, não são apenas formas bonitas de fazer plano, tornaram-se direitos e sinônimo de modernidade na gestão pública. O mapeamento das necessidades da população, a implementação de políticas públicas para o seu atendimento e avaliação dos resultados por meio de indicadores de sustentabilidade tornaram-se crucial para os governos.

No estudo de caso apresentado em que a gestão de Goiânia foi avaliada no período de 2012 a 2016 onde foi aplicado um planejamento com o viés de sustentabilidade, os resultados

encontrados estão coerentes com as hipóteses formuladas e foram satisfatórios, sendo que os objetivos foram plenamente alcançados conforme segue:

✓ **Conceitos de sustentabilidade corporativa/desenvolvimento sustentável e políticas públicas.**

Desde o planejamento estratégico, os conceitos de sustentabilidade foram incorporados ao modelo de gestão. A estrutura administrativa da Prefeitura, cuja reforma foi feita pela Lei Complementar nº 276, de 03 de junho de 2015, ganhou 4 eixos de intervenção estratégica refletindo essa lógica. São eles: a) Governança com sustentabilidade fiscal; b) Desenvolvimento urbano sustentável; c) Economia com sustentabilidade ambiental; e d) Desenvolvimento sociocultural inclusivo (Goiânia, 2015). Uma outra evidência de que esses conceitos foram traduzidos no modelo de gestão foi a institucionalização de políticas públicas por meio das leis destacada na discussão deste estudo.

✓ **Avaliação dos gestores públicos sobre a aplicação da sustentabilidade corporativa.**

A pesquisa junto aos gestores, confirmou que a sustentabilidade corporativa influencia no desenvolvimento e performance do município. Esses dados puderam ser comprovados ao analisarmos os indicadores de desempenho, bem como a opinião da população em relação ao serviço. A cidade evoluiu muito bem no ranking dos municípios no período analisado. É fato que nenhum instrumento individualmente é capaz de mensurar essas variáveis, porém quando associados, foi observado com melhor clareza que as ações da gestão pública com o viés da sustentabilidade corporativa teve efeito positivo nos resultados alcançados.

✓ **Aplicação das ferramentas de planejamento estratégico no plano de Governo Municipal.**

O Plano de Ação, bem como o plano de metas associados aos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concebidos pelo planejamento estratégico com a participação dos diversos segmentos e atores sociais, foram as principais ferramentas do plano de governo. A pesquisa junto aos gestores governamentais, a pesquisa de opinião pública e as pesquisas com dados secundários evidenciaram os avanços da gestão com a sua aplicação.

✓ **Apresentação dos resultados e ações após a implantação de práticas sustentáveis na cidade de Goiânia, através de indicadores de desempenho, nas dimensões Social, Econômica e Ambiental, da Gestão Pública Municipal.**

Os Indicadores de Sustentabilidade Municipal antes da implantação do modelo de desenvolvimento sustentável, em 2012, comparados com esses mesmos indicadores de 2016 demonstraram que a cidade evoluiu muito no ranking dos municípios, saltando de 12º para 2º

lugar, bem como a avaliação positiva da população em pesquisa de opinião corroboram com as hipóteses formuladas.

Reitera-se que ficou evidente que o estudo cumpriu com os seus objetivos e pelas estatísticas descritivas da investigação junto aos gestores, comprovaram coerência com as hipóteses formuladas de que a implantação do Plano de Governo Goiânia Cidade Sustentável no período de 2013 a 2016 melhorou o desempenho da gestão pública, sintetizado no indicador da pesquisa de opinião no quesito de avaliação da qualidade de vida bem como a percepção do sentimento de felicidade. O que configura o acerto das ações da gestão pública com o viés da sustentabilidade corporativa em suas dimensões.

5.2 Implicação dos resultados para a Gestão Pública

No setor público, em especial no Brasil, ainda com ranço do patrimonialismo, é comum a apropriação pelo gestor das políticas públicas sociais como forma de manutenção no poder. As políticas ambientais necessárias a preservação dos recursos naturais, do mesmo modo, não é implementada para evitar desgastes políticos e assim garantir votos nas próximas eleições. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao pilar da sustentabilidade econômica com cidades que não cobra adequadamente os impostos sob a alegação de não causar desgastes políticos ao gestor de plantão.

Afim de evitar descontinuidade dos projetos que muito beneficiaram a população, e puderam ser vistos através dos resultados apresentados, o autor sugere a institucionalização de políticas de sustentabilidade permanentes por meio de projetos de leis, que vão desde o Plano Diretor da Cidade e até de emendas à Lei Orgânica Municipal, evitando assim a interrupção das ações positivas para a sociedade e tornando esse modelo de parte de um projeto político e partidário para uma política pública municipal permanente.

Uma forma de manter a boa aplicabilidade dos resultados alcançados por essa gestão é a criação de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável com a participação voluntária da sociedade organizada, onde acenderia uma discussão entre a população, empresas privadas e gestores públicos a respeito de programas e projetos a serem desenvolvidos num horizonte de 4 anos. Essas diretrizes e metas estariam concentradas nas matrizes de sustentabilidade e comporiam obrigatoriamente as pautas da lei orçamentária anual. É fato que as pessoas e as empresas pouco se envolvem com os problemas sociais e ambientais, achando

que essas tarefas são exclusivas do setor público e esquece-se de fazer a sua parte, no entanto, o setor público deve dar o exemplo, e o pontapé inicial, contribuindo de forma efetiva para que o desenvolvimento sustentável aconteça de fato.

Outra forma de estimular os investimentos em sustentabilidade corporativa no setor público é incorporar na gestão a emissão de relatórios anuais pelos tribunais de contas municipais certificando o cumprimento de metas do desenvolvimento sustentável, como ocorre semelhantemente no setor privado por organismos internacionais.

Por meio do estudo foi possível vislumbrar que a exceção de hoje, poderá ser a regra de amanhã e que é possível pressupor que todas as dimensões da sustentabilidade corporativa possam constituir dispositivos normativos das leis de orçamento público enquanto ferramentas para nortear o comportamento e previsões dos governos.

5.3 Limitações do estudo e propostas futuras

É comum no setor público ditar normas e regras para o setor privado, porém, dificilmente as cumprem. A gestão pública não pode mais tratar o tema da sustentabilidade corporativa somente do ponto de vista da regulação e da fiscalização, mas deve dar o exemplo contribuindo de forma efetiva para que o desenvolvimento sustentável aconteça de fato.

A limitação da pesquisa aconteceu, de certa forma, pelo tempo de afastamento dos gestores de suas funções, bem como pela demora na conclusão dos dados estatísticos.

Especialmente seria realizado no ano de 2020, conforme cronograma do IBGE, o censo decenal, onde são atualizados os dados socioeconômicos, o que seriam fundamentais para o estudo comparativo das cidades, inclusive de Goiânia. Paralelamente, em face da defasagem de dados, não foi possível a realização do estudo comparativo do Índice de Desenvolvimento Sustentável do Município – IDSM, formulado por Martins e Cândido (2015) ou do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que era um dos objetivos iniciais desse projeto. Acrescenta-se que a grande maioria dos dados coletados, inclusive dados políticos-institucionais dos entes federativos, foi prejudicado pela crise sanitária do novo coronavírus, visto que ocorre a coleta domiciliar em todos os municípios brasileiros. Com a impossibilidade de fazer a coleta dos dados sociais junto às residências não foi possível obter um retrato atualizado e preciso da realidade da população brasileira.

As experiências adquiridas ao longo de anos na gestão pública foram fundamentais para a elaboração desse trabalho, bem como a análise e discussão dos dados recolhidos, sugerem que outros estudos são necessários afim de avançar no domínio dessa temática aplicada ao setor público, bem como para superar as limitações de disponibilização de dados secundários para pesquisa. Por outro lado, a pesquisa de opinião foi muito importante enquanto validadora externa com a visão do público das políticas públicas com o viés da sustentabilidade corporativa.

O estudo da sustentabilidade corporativa no setor público é naturalmente um campo aberto para novas pesquisas. As análises e discussão dos dados recolhidos, sugerem que outros estudos são necessários afim de avançar no domínio dessa temática aplicada ao setor público, superando as limitações de disponibilização de dados secundários para pesquisa. O aprofundamento dos estudos, desta vez, com a investigação direta sendo feita com entrevistas junto aos moradores da cidade, pode captar melhor o sentimento da população sobre as políticas públicas decorrentes da aplicação da sustentabilidade corporativa às organizações públicas e, quem sabe, possa resultar em um novo modelo de gestão ancorado na aplicação de novas ferramentas de avaliação.

BIBLIOGRAFIA

- Abiko, A. K. & Romanelli, V. C. (2011) Processo de Metropolização no Brasil. *Texto Técnico da Escola Politécnica da USP* - Departamento de Engenharia de Construção Civil – EPUSP, 1- 36.
- Alegre, H., Baptista, J. M., Cabrera Jr., E., Cubillo, F., Duarte, P., Hirner, W. (2007). Performance Indicators for Water Supply Services: Manual of Best Practice. *IWA Publishing*, 1(2), 1-404.
- Almeida, D. M., Santos, F. L. M. N., Lima, J. M. C. & Citó, M. H. C. (2014). Programa de formação de gestores públicos: a experiência do Ceará no desenvolvimento de suas lideranças. *Rede Nacional de Escolas do Governo - X Encontro Nacional de Escolas do Governo*, 1(1), 1-11.
- Almeida, S. C. C. & Gonçalves, L. M. (2018). Indicadores de sustentabilidade urbana: panorama das principais ferramentas utilizadas para gestão do desenvolvimento sustentável. *Anais do XIV Fórum Ambiental*, 11(22), 39-53.
- Amaro, G. A. & Assunção, V. K. (2019). Saúde e bem-estar nos ODS: problematizando os conceitos de saúde e doença a partir do diálogo entre saberes. *Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 6 (12): 247-264.
- AMMA. (2014). Decreto nº 1878, de 31 de julho de 2014. Disponível em https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2014/dc_20140731_000001878.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2020.
- Andrade, J. H. C. (2015). Perfil do gestor na administração pública gerencial: um estudo descritivo na Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. *Universidade Federal do Ceará* [Trabalho de conclusão de curso], 1-90.
- Araújo, L. C. G. (2006). Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. Editora Atlas, 1(3), 1-464.
- Araújo, M. C. C. & Cândido, G. A. (2014) Qualidade de Vida e Sustentabilidade Urbana. *Holos*, 30(1), 3-19.
- Artmann, E. (2002). *Démarche Stratégique* (Gestão Estratégica Hospitalar): um enfoque que busca mudança através da comunicação e da solidariedade em rede. *Universidade Estadual de Campinas* [Tese de doutorado], 1-370.
- Barbieri, J. C & Silva, D. (2011). Desenvolvimento sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(3), 51-82.

- Barbosa, G. S. (2008). O desenvolvimento sustentável como limitador do poder econômico. *Revista Visões*, 4(1), 1-11.
- Barbosa, R. F., Verissimo, P., Sousa, J. E., Melo, J. W. F., Pereira, D. A. M. (2012). Análise da tríade da sustentabilidade na cidade de Guarabira-PB por meio do IDSM (índice de desenvolvimento sustentável para municípios). *ENESEP: As Contribuições da Engenharia de Produção Bento Gonçalves*, 01-13.
- Becker, D. V., Ávila, L. V., Nascimento, L. F. M., Madruga, L. R. R. G. (2015). Educação para a sustentabilidade no Ensino Superior: O papel do docente na formação do Administrador. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria*, 19(3), 615-628.
- Bellen, V. H. M. (2004). Indicadores de sustentabilidade: Um levantamento dos principais sistemas de avaliação. *Cadernos EBAPE.BR*, 2(1), 01-14.
- Benites, L. L. L. & Polo, E. F. (2013). A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 6(1), 827-841.
- Bichueti, R. S., Gomes, C. M., Kneipp, J. M. S., Motke, F. D. & Da-Costa, C. R. R. (2017). Cidades Sustentáveis no Contexto Brasileiro: A Importância do Planejamento para o Desenvolvimento Urbano Sustentável. *XIX Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente - ENGEMA*, 1(1), 1-17..
- Boff, L. (2016). Sustentabilidade: o que é, o que não é. *Petrópolis: Vozes*, (5), 1-200.
- Bomfim, R. A. (2012). Competência profissional: uma revisão bibliográfica. *Revista Organização Sistêmica*, 1(1), 46-63.
- Bonezi, C. A.; Pedraça, L. L. O. (2008) A Nova Administração Pública: reflexão sobre o papel do Servidor Público do Estado do Paraná. *Universidade Estadual de Londrina* [Trabalho de especialização], 1- 42.
- Borges, L. B. (2013). Entre sons, aromas e sabores: as feiras em Goiânia: história, referência cultura e hibridação entre o moderno e o tradicional. *Iphan* [dissertação de mestrado], 1-175.
- Braga, T. M., Freitas, A. P., Duarte, G. S., Sousa, J. C. (2004). Índices de Sustentabilidade Municipal: o desafio de mensurar. *Nova Economia*, 14(3), 11-33.
- Carter, C. R., & Rogers, D. S. (2008). A framework of sustainable supply chain management: Moving toward new theory. *International Journal of Physical Distribution and Logistics Management*, 38(5), 360-387.

- Cavalcanti, I. M., Burns, V. A. C., Elias, L. A. R., Magalhães, W. A., Lastres, H. M.M. (2014). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. *Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*, 1-512.
- Cetrulo, T. B.; Molina, N. S.; Malheiros, T. F. (2013) Indicadores de sustentabilidade: proposta de um barômetro de sustentabilidade estadual. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, 1(30), 33-45.
- Chaves, J. E & Fabris, A. J. (2017). Gestão Pública e a relação com a sustentabilidade ambiental: caso do município de Palmitos. *Faculdades de Itapiranga. [Aperfeiçoamento/Especialização]*, 1-21.
- Cidades Sustentáveis. (2020). Programa Cidades Sustentáveis, 1(1), 1-30. Disponível em <https://www.cidadessustentaveis.org.br>. Acesso em 30 de novembro de 2020.
- Cintra, M. A. (2010). Anuário Estatístico de Goiânia. *Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM*. Disponível em <https://www.goiania.go.gov.br/shtml/seplam/anuario2012/anuario.html>. Acesso em 15 de junho de 2020.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD (1991). *Nosso Futuro Comum*. Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Costa, B.S. L. M. (2019). Um estudo sobre a sustentabilidade. Universidade Federal de Minas Gerais [Trabalho de Conclusão de Curso], 1-58.
- Costa, C. R. R., Bichueti, R. S., Kneipp, J. M., Dubou, G. & Pires, E. A. (2018). A inserção da sustentabilidade no planejamento urbano: uma análise das estratégias da gestão municipal nos planos diretores das capitais da Região Sul. *XX Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente - ENGEMA*, 1(1), 1-17.
- Cunha, B. P. & Augustin, S. (2014). Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais[recurso eletrônico]. *Editora da Universidade de Caxias do Sul - EducS*, (2), 1 – 486.
- Dalacorte, D. B. (2014). Avaliação de desempenho no setor público: desafios e dificuldades de sua implantação. Universidade Federal de Santa Maria [Trabalho de Conclusão de Curso], 1-25.
- Dias, G. F. (2010) Educação Ambiental: Princípios e práticas. *São Paulo: Gaia*, (9), 1-551.
- Dias, R. (2017) Gestão Ambiental, Responsabilidade Social e Sustentabilidade. *Atlas*, 3ª edição, 1-248.

- Emery, I. G. A. (2014). Da complementariedade entre princípios da prevenção e da precaução. Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira [Trabalho de Conclusão de Curso], 1-68.
- Epstein, M. J., & Roy, M. J. (2003). Improving sustainability performance: specifying, implementing and measuring key principles. *Journal of General Management*, 29 (1), 15-31.
- Evangelista, M. O. P. (2015). Contribuição dos Indicadores de Sustentabilidade na Gestão Urbano-Ambiental. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho [Trabalho de Conclusão de Curso], 1-76.
- Feijoo, A. (2010). Medidas de tendência central: Parte I –Estatística descritiva. *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*, 14-22.
- Feil, A. A. & Schreiber, D. (2017). Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cad. EBAPE.BR*, 14(3), 667-681.
- Fernandez, F. N. (2014). Planejamento regional e o desafio da sustentabilidade. *Revista Política e Planejamento Regional (PPR)*, 1(1) 81-102.
- Figueira Jr, A. & Ferreira, M. B. R. (2006) Qualidade de vida e desenvolvimento sustentável mundial: perspectivas para a sobrevivência. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 3(7), 82-91.
- Figueiredo Filho, D. B. & Silva Júnior, J. A. (2009). Desvendando os mistérios do coeficiente de correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje*, 18(1), 115-146.
- Finotti, I. M. (2012). Meio Ambiente Urbano da Cidade de Goiânia, Qualidade de Vida e (IN) Sustentabilidade. Pontifícia Universidade Católica de Goiás [Dissertação de mestrado], 1-94.
- Fischmann, R. (2009). Constituição brasileira, direitos humanos e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 156-167.
- Forattini, O. P. (1991). Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 25(2), 75-86.
- Freitas, A. L. P. & Rodrigues, S. G. A. (2005). Avaliação da confiabilidade de questionário: uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach. XII SIMPEP - Simpósio De Engenharia De Produção 1(1), 1-14.
- Gadotti, M. (2008). Educar para Sustentabilidade: uma contribuição à Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. *Instituto Paulo Freire*, 1-69.

- Galante, C., Mazzioni, S., Domenico, D., Ronning, C. (2016) Análise dos indicadores de sustentabilidade nos municípios do oeste de Santa Catarina. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, 3(2), 20-33.
- Garcia, P. G. (2012). Coligação: Goiânia Sustentável. Plano de ação, 1(1), 1-68.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 1-176.
- Goes, G. A. & Morales, A. G. (2013). Gestão Pública e Sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades. *Periódico do Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 9(4), 199-212.
- Goiânia. (2015). Lei Complementar nº 276, de 03 de junho de 2015. *Prefeitura de Goiânia*. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/Dados/uploads/arquivos/360/433714267939815.pdf> Acesso em 03 de novembro de 2020.
- Goiânia. (2020). Prefeitura de Goiânia. Dados Gerais. Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.shtml>. Acesso em 02 de novembro de 2020.
- Gomes, C. S., Huppes, C. M., Soprane, G. A., Machado, E. A. (2010) Finanças Públicas: análise das receitas e despesas públicas das capitais brasileiras relacionadas com o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal no ano de 2010. *XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia*, 1(1), 1-16.
- Gonçalves, D. B. (2005). Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. *Revista Espaço Acadêmico*, 5(51), 1-7.
- Gonçalves, M. D. A. P. (2012). A gestão pública sob o novo paradigma da eficiência. Conteúdo Jurídico. Disponível em: www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-gestao-publica-sob-o-novo-paradigma-da-eficiencia,36535.html. Acesso em 13 de outubro de 2020.
- Grande, I. O. & Boaventura, D. M. R. (2014) Da praça ao shopping: mudanças no espaço público do Centro de Goiânia. *Revista Grifos*, 23(36/37), 69-83.
- Guerra, M. E. A. & Lopes, A. F. A. (2015). Programa Cidades Sustentáveis: o uso de indicadores de sustentabilidade como critério de avaliação do ambiente urbano. *Cidades Verdes*, 3(7), 01-16.
- Guimarães, R. P. & Feichas, S. A. Q. (2009). Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, 12(2), 307-323.
- Guimarães, R.P., & Fontoura, Y. S. R. (2012). Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. *Ambiente & Sociedade*, 15(3), 19-39.

- Hanai, F. Y., & Espíndola, E. L. G. (2011). Indicadores de sustentabilidade: Conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(3), 135-149.
- Hansen, E. G.; Grosse-Dunker, F. (2013). Inovação orientada para a sustentabilidade. *Enciclopédia de Responsabilidade Social Corporativa*, 1(1), 2407–2417.
- Hayashi, C. & Silva, L. H. A. (2015). Políticas Públicas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: Um estudo de caso do município de Ribeirão Preto, SP. *Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista*, 11(7), 65-79.
- Hepper, E. L., Souza, O. T., Petrini, M. C., Silva, C. E. L. (2017). Proposição de um modelo de maturidade para sustentabilidade corporativa. *Acta Scientiarum: Humam and Social Sciences*, 39(1), 43-53.
- Hora, H. R. M., Monteiro, G. T. R., Arica, J. (2010). Confiabilidade em questionários para qualidade: um estudo com o coeficiente alfa de Cronbach. *Produto e Produção*, 11(2), 85-103,
- Horneauxs Jr, F., Corrêa, H. L. & Gomes, C.M. (2010) Indicadores de sustentabilidade: em busca de um modelo de integração e de diferenciação estratégica para a gestão empresarial. *XXXIV Encontro da ANPAD*, 1-16.
- IBGE. (2014). Censo Demográfico 2010; Área territorial brasileira. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em 02 de outubro de 2020.
- IBGE. (2015). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.
- IBGE. (2020) Cidades e Estados: Goiânia. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/goiania.html>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.
- IMB. (2018). Instituto Mauro Borges: Estatísticas Municipais – Séries Históricas. Disponível em <https://www.imb.go.gov.br/estat%C3%ADsticas-municipais.html>. Acesso em 12 de dezembro de 2020.
- Iida, I. (1993). Planejamento estratégico situacional. *Production*, 3(2), 113-125.
- Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 1(118), 189-206.
- Jatobá, S. U. S., Cidade, L. C. F., & Vargas, G. M. (2009). Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, 24(1), 47-87.

- Keinert, T. M.M. (1994). Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas*, 34(3), 41-48.
- Kemerich, P. D. C., Ritter, L. G., Borba, W. F. (2014) Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM*, 13(5), 3723-3736.
- Kleba, M. E., Krauser, I. M., & Vendruscolo, C. (2011). O planejamento estratégico situacional no ensino da gestão em saúde da família. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 20(1), 184-19.
- Klering, L. R. & Porsse, M. C. S. (2014). Em direção a uma administração pública brasileira contemporânea com enfoque sistêmico. *Desenvolvimento em Questão*, 12(25), 41- 80.
- Kohler, M. C. M. (2003). Agenda 21 local: desafios da sua implementação: experiências de São Paulo, Rio de Janeiro, Santos e Florianópolis. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo [Dissertação de Mestrado], 1-185.
- Kraemer, M. E. P. (2005). Responsabilidade social corporativa: uma contribuição das empresas para o Desenvolvimento Sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)*, 4(1), 01-50.
- Langwinski, P. R. (2013). A utilização de indicadores e a medição de desempenho na Gestão Pública. Universidade Federal de Santa Maria [Trabalho de Conclusão de Curso], 1-42.
- Lassalle, F. (2015). O que é uma constituição. *Editora Pilares*, (1)2, 1-128.
- Leão, A. L. M. S., Mello, S. B. C. & Vieira, R. S. G. (2009). O papel da teoria no método de pesquisa em administração. *Revista Organizações em Contexto*, 5(10), 1-16.
- Leonetti, A., Nirazawa, A., & Oliveira, S. (2017). Proposta de Índice de Sustentabilidade como Instrumento de Autoavaliação para Micro e Pequenas Empresas (MPES). *REGE - Revista De Gestão*, 23(4), 349-361.
- Levy, E. (1997). Democracia nas Cidades Globais. *São Paulo: Studio Nobel*, 1-231.
- Lopes, A. F. A., & Guerra, M. E. A. (2016). Uma análise dos Instrumentos Metodológicos que utilizam Indicadores e Índices para avaliar a Sustentabilidade em Ambientes Urbanos. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, 4(28), 01-14.
- Lopes, C. V.G. (2010). Ecopedagogia e Cidadania Planetária. *Curitiba: Fael Editora*, 1-96.
- Loureiro, C. F. B. (2005). Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. *Educação & Sociedade*, 26(93), 1473-1494.

- Lubambo, C. W. (2006). Desempenho da Gestão Pública: que variáveis compõem a aprovação popular em pequenos municípios? *Sociologias*, 8(16), 86-125.
- Marchesan, A. M. M. (2007). O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a proteção do patrimônio cultural urbano. *Revista de Direito Ambiental*, 1(48), 47-65.
- Marconi, M. A & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas, 8(1), 1-368.
- Martins, M. F., & Cândido, G. A. (2015). Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposta para as cidades brasileiras. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 7(3), 397-410.
- Mattar, F. N. (2001). Pesquisa de marketing. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, (3).
- Mattioda, R. & Canciclieri Jr., O. (2012) Abordagem dos conceitos do triple bottom line no desenvolvimento integrado de produtos. *Revista Sodebras*, 1(7), 1-8.
- Matus, C. (1993). Política, planejamento e governo. *Editora IPEA*, 1993.1-591.
- Morioka, S. N. & Carvalho, M. M. (2017). Discutindo sustentabilidade no contexto de negócios e em relatórios de desempenho: análise de estudos de caso brasileiros. *Gestão & Produção*, 24(3), 514-525.
- Munck, L. & Souza, R. B. (2010). Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise. *Gestão e Sociedade*, 3(6), 254-287.
- Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 26 (74), 51-64.
- Novaes, R. C. (2001). Desenvolvimento Sustentável na Escala Local: a Agenda 21 Local como Estratégia para a construção da Sustentabilidade. *Universidade Estadual de Campinas* [Dissertação de mestrado], 1-180.
- Oliveira, K. S. (2018) Cidades médias e sustentabilidade ambiental: caracterização e atuação. *Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica*, [Dissertação de Mestrado], 1-74
- Oliveira, M. D., Mendes, M., Hansel, C. M., Damiani, S. (2017). Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade [recurso eletrônico. *Editora da Universidade de Caxias do Sul – Educs*, 1-540.
- Oliveira, M. M. F. & Monteiro, M. A. F. (2014). O poder público e a preservação do meio ambiente. *Revista Jus Navigandi*, 19(4086). Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/30304>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

- Omman, I. & Spangenberg, J. H. (2002). Assessing Social Sustainability; The Social Dimension of Sustainability in a Socio-economic scenario. *Sustainable Europe Research*, 6-9.
- Pelicioni, M. C. F. (1998). Educação Ambiental, Qualidade de Vida e Sustentabilidade. *Saúde Sociedade*, 7(2), 19-31.
- Pereira, L. C. B. (2011). Reforma gerencial do Estado, teoria política e ensino da administração pública. *RGPP*, 1(2):1-6.
- Pereira, D., Simplício, E. & Donadi, P. (2019). Cidades Sustentáveis. *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP* [Trabalho de especialização], p.1-55.
- Pies, W. & Graf, C. O. (2015). Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise a Partir do Método Safe. *Revista Eletrônica em Gestão*, 19(2), 794-804.
- Pisani, J. A. D. (2006). Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, 3(2), 83-96.
- Quintela, A. C., & Castro, L. A. C. (2017). GOYANIA = GOIÂNIA, de poema a topônimo. *Revista UFG*, 9(1), 1-10.
- Ramos, H. F., Nunes, F. G., Santos, A. M. (2020). Índice de áreas verdes como estratégia ao desenvolvimento urbano sustentável das Regiões Norte, Noroeste e Meia Ponte de Goiânia-GO, Brasil" *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 29 (1), 86-101.
- RMC. (2017). Rede de Monitoramento do Cidadão: Pesquisa de Opinião Pública 2017 – Goiânia 1(1), 1-63.
- Rieg, D. L. & Araújo Filho, T. (2002). O uso das metodologias "Planejamento Estratégico Situacional" e "Mapeamento Cognitivo" em uma situação concreta: o caso da pró-reitoria de extensão da UFSCar. *Gestão & Produção*, 9(2), 163-179.
- Rodvalho, M. O. (2008). Análise do planejamento urbano e efetividade dos planos diretores de Goiânia. *Pontifícia Universidade Católica de Goiás*, [Dissertação de Mestrado], 1-87.
- Rodrigues, D. M. & Najberg, E. (2012). Indicadores de sustentabilidade das Políticas Públicas decorrentes da expansão do setor sucroalcooleiro em Carmo do Rio Verde (GO). *RGSA: Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3(1), p. 64-80.
- Romano, A. L. (2014). Proposta de Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Corporativa: As Práticas no Setor de Cosmético Brasileiro. *Universidade Metodista de Piracicaba - Santa Bárbara d'Oeste* [Tese de doutorado], 1-204.

- Rosa, I. M. & Pozza, F. (2012). Análise da dimensão econômica da sustentabilidade sob a ótica do design presente em um projeto de embalagens desenvolvido com base nos princípios da dimensão ambiental da sustentabilidade. *10º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, São Luís (MA)*, 1-13.
- Sá, V. M. B. & Duarte, F. R. (2018). Sustentabilidade na Administração Pública: um estudo com secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro – PE. *Revista OPARA*, (8), 17-25.
- Salvador, W. M. (2015). Análise do conteúdo de estatística descritiva no ensino médio. *Universidade Federal de Campina Grande* [Dissertação de mestrado], 1-71.
- Santin, J. R., & Marangon, E. G. (2008). O estatuto da cidade e os instrumentos de política urbana para proteção do patrimônio histórico: outorga onerosa e transferência do direito de construir. *História (São Paulo)*, 27(2), 89-109.
- Santos, G. S., Santos, A. A. P., Sehnem, S. (2016). Como Mensurar a Sustentabilidade? – Um Estudo das Principais Técnicas e Indicadores. *Organizações e Sustentabilidade*, 4(1), 3-48.
- Santos, L.G.; Moreira, T. (2020). Direito tributário e Meio Ambiente: A importância dos incentivos fiscais para questões ambientais. *Revista Jus Navigandi*. Faculdade de Direito [Trabalho de Conclusão de Curso]. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/85103/direito-tributario-e-meio-ambiente-a-importancia-dos-incentivos-fiscais-para-questoes-ambientais>. Acesso em 05 de dezembro de 2020.
- Santos, W. A. F. & Baptista, J. A. A. (2016) Investimento das pequenas empresas no triple bottom line. *REPAE – Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*, 2(1), 109-120.
- Sato, A. C. K. (2020). Índices de Sustentabilidade. *Unicamp - Temas*. Disponível em: <https://www.unicamp.br/fea/ortega/temas530/anacarla.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2020.
- Scarpa, E. V., Santos, J. C. & Taveira, M. S. (2019). O modelo de gestão por resultados na Prefeitura Municipal de Goiânia: a importância do contrato de resultados e da remuneração variável como fatores críticos de sucesso para implantação do programa. *Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico*, 1(2), 107-126.
- Scoones, I. (2016). The Politics of Sustainability and Development. *Annual Review of Environment and Resources*, 41(1), 293-319.
- Sena, A., Freitas, C. M., Barcellos, C., Ramalho, W., & Corvalan, C. (2016). Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(3), 671-684.

- Siqueira, T. V. (2001). Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*, 8(15), 247-288.
- Siqueira, W. (2002). Avaliação de Desempenho: como romper amarras e superar modelos ultrapassados. *Reichmann & Affonso*, 1(1), 1-194.
- Silva, C. A. & Almeida, M. G. (2008). Goiânia: as representações da cidade e a construção de identidades sociais. Universidade Federal de Goiás [Tese de doutorado], 1-331.
- Silva, C. A & Almeida, M. G. (2012) Parques públicos em Goiânia: paisagens de consumo e de representações sociais. *Fragments de Cultura*, 22(3), 269 -280.
- Silva, L. O., Costa, A. P. L. & Almeida, E. A. (2012). Educação Ambiental: o despertar de uma proposta crítica para a formação do sujeito ecológico. *Holos*, 28(1), 110-123.
- Silva, E. H. D. R. & Lima, E. P. (2015). O estudo de indicadores de desempenho sob o enfoque da gestão estratégica organizacional. *GEPROS: Gestão da Produção, Operações e Sistemas*, 10(3), 159-175.
- Slomski, V. G. (2012). Competências gerenciais necessárias ao gestor público contemporâneo. Informativo da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales, 1(56).
- Soares, C. S., Flores, S. A. M. & Coronel, D. A. (2014). O Comportamento da Receita Pública Municipal: Um Estudo de Caso no Município de Santa Maria (RS). *Desenvolvimento em Questão*, 12(25), 312-338.
- Sousa, M. M. & Guimarães, T. A. (2014). Inovação e desempenho na administração judicial: desvendando lacunas conceituais e metodológicas. *Revista de Administração e Inovação*, 11(2), 321-344.
- Sousa, P. F., Siqueira, E. S. & Binotto, E. (2011). Liderança Feminina na Gestão Pública: Um estudo de caso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. XXXI Encontro Nacional de *Engenharia de Produção – ENEGEP*, 1-13.
- Streiner, D. L. (2003). Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter. *Journal of Personality Assessment*, 1 (80) 217-222.
- Teles, F. M. C. & Magalhães Júnior, A. G. (2016). O Programa de Formação de Gestores Públicos do Estado do Ceará. *Conhecer: debate entre o público e o privado*, 6(17), 158-175.
- Terence, A. C. F., & Escrivão Filho, E. (2006). Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *ENEGEP*, 1(1) 1-9.

- Valério, A. H. (2012). Reforma urbana, Planejamento e Contradições: a experiência de Goiânia. *Pontifícia Universidade Católica de Goiás*, [Dissertação de mestrado], 1-120.
- Veiga, J. E. (2010). Indicadores de Sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 24(68), 39-52.
- Vieira, D. J. F. & Carvalho, K. R. F. (2016). Infraestrutura cicloviária e seu impacto no uso de bicicleta em Goiânia. *Universidade Federal de Goiás* [Trabalho de conclusão de curso], 1 -77.
- Vieira, A.A.N, Clemente, A., Dias, G.A. & Franca Filho, M. T. (2017). Metodologia Científica no Brasil: ensino e interdisciplinaridade. *Educação & Realidade*, 42(1), 237-260.
- Vizeu, F., Meneghetti, F. K., & Seifert, R. E. (2012). Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. *Cadernos EBAPE.BR*, 10(3), 569-583.
- Woodcraft, S. (2012). Social Sustainability and New Communities: Moving from Concept to Practice in the UK. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 1(68), 29-42.
- Yin, R. (2001). K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Bookmam, 1(2), 1-212.
- Zamcopé, F. C., Ensslin, L., & Ensslin, S. R. (2012). Construção de um modelo para avaliação da sustentabilidade corporativa: um estudo de caso na indústria têxtil. *Gestão & Produção*, 19(2), 303-321.
- Zmitrowicz, W, Biscaro, C. & Marins, K.R.C.C. (2012). A organização administrativa do município e o orçamento municipal. *Texto Técnico da Escola Politécnica da USP* - Departamento de Engenharia de Construção Civil – EPUSP, 1 -37.

ANEXOS

ANEXO A: Termo de consentimento para participação da pesquisa

Consentimento Informado, Livre e Esclarecido para participação em investigação de acordo com a Declaração de Helsínquia¹ e a Convenção de Oviedo²

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento. Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada: “ANÁLISE DOS PILARES DA SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA APLICADOS A GESTÃO PÚBLICA – UM ESTUDO DE CASO DE GOIÂNIA E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO”.

O Estado tem buscado alternativas que visem um melhor equilíbrio entre o desenvolvimento das cidades e o meio ambiente, com políticas ao qual envolva custos e resultados na consecução do interesse coletivo. Nesse sentido, os princípios do desenvolvimento sustentável deixaram de ter somente o apelo de preservação da natureza, são agora utilizados como elementos de geração de valor e marcos de sucesso nos planos de governo. A sua importância e finalidade são inquestionáveis. A partir desses aspectos, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar o impacto das ações estratégicas e desempenho das organizações pautados nas premissas de sustentabilidade corporativa previstas no plano de governo aplicados à Gestão Municipal de Goiânia, no período de 2013 à 2016.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Haverá sigilo quanto aos dados dos participantes, as respostas são confidenciais e o resultado da pesquisa será divulgado de forma consolidada, não havendo divulgação de qualquer informação individualizada.

Existe um desconforto relacionado ao tempo de resposta à entrevista o que pode levar o respondente a interromper a operação no momento que for necessário, aos participantes será

¹ http://portal.arsnorte.min-saude.pt/portal/page/portal/ARSNorte/Comiss%C3%A3o%20de%20C3%89tica/Ficheiros/Declaracao_Helsinquia_2008.pdf

² <http://dre.pt/pdf1sdip/2001/01/002A00/00140036.pdf>

assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. No entanto, se o participante sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, os pesquisadores serão responsáveis por todo e

Encontramo-nos disponíveis para qualquer esclarecimento.

Respeitosos Cumprimentos

Jeovalter Correia Santos
(Mestrando na Universidade Autónoma de Lisboa)

Prof. Dr. ^a Denise Capela dos Santos
(Orientadora de Mestrado da Universidade Autónoma de Lisboa)

-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-0-

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações verbais que me foram fornecidas pelas pessoas que acima assinam. Foi-me garantida à possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pelos investigadores.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: _____

ANEXO B: Questionário

Prezados, este questionário é parte da dissertação para o curso de Mestrado em Gestão Estratégica de Empresas pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), Portugal, sob orientação da Prof.^a Doutora Denise Capela dos Santos. Seu objetivo é analisar o impacto das ações de sustentabilidade aplicados à Gestão Municipal de Goiânia, no período de **2013 à 2016: Goiânia Cidade Sustentável**.

Este **questionário** é, portanto, **dirigido a todos os que de algum modo estiveram envolvidos neste projeto** e é anônimo. Todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa.

Conto com sua colaboração!

Jeovalter Correia Santos

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Sexo

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Idade

- ☐ Menor que 20 anos
- ☐ Entre 20 a 24 anos
- ☐ Entre 25 a 29 anos
- ☐ Entre 30 a 34 anos
- ☐ Entre 35 a 39 anos
- ☐ Entre 40 a 44 anos
- ☐ Entre 45 a 49 anos
- ☐ Entre 50 a 54 anos
- ☐ Entre 55 a 59 anos
- ☐ 60 anos e mais

Nível de Escolaridade

- ☐ Fundamental completo
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Superior Completo
- ☐ Superior e Especialização ou Pós-Graduação
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outro

Tempo de experiência profissional como Gestor

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 a 4 anos
- ☐ Entre 5 a 9 anos
- ☐ Entre 10 a 14 anos
- ☐ Entre 15 a 19 anos
- ☐ Entre 20 a 24 anos
- ☐ Entre 25 a 29 anos
- ☐ Entre 30 a 34 anos
- ☐ 35 anos e mais
- ☐ Não tenho experiência como gestor

Com base na gestão 2013-2016, implantada pelo prefeito Paulo Garcia, conhecida como Goiânia Cidade Sustentável

Qual a área do Governo você atuava?

- ☐ Não atuei na gestão citada acima
- ☐ Administração e Finanças
- ☐ Ambiental
- ☐ Comunicação
- ☐ Cultura
- ☐ Educação
- ☐ Esporte e Lazer
- ☐ Indústria, Comércio e Serviços
- ☐ Infraestrutura e Planejamento Urbano
- ☐ Saúde
- ☐ Segurança Pública
- ☐ Social e Assistencial
- ☐ Transporte
- ☐ Outros... Qual? _____

Quantas ações ou projetos geridos pelo órgão ao qual você atuava, tinham como pressuposto o Programa Goiânia Cidade Sustentável?

- ☐ Nenhum
- ☐ 1 ação e/ou projeto
- ☐ 2 a 3 ações e/ou projetos
- ☐ 4 a 6 ações e/ou projetos
- ☐ Acima de 6 ações e/ou projetos

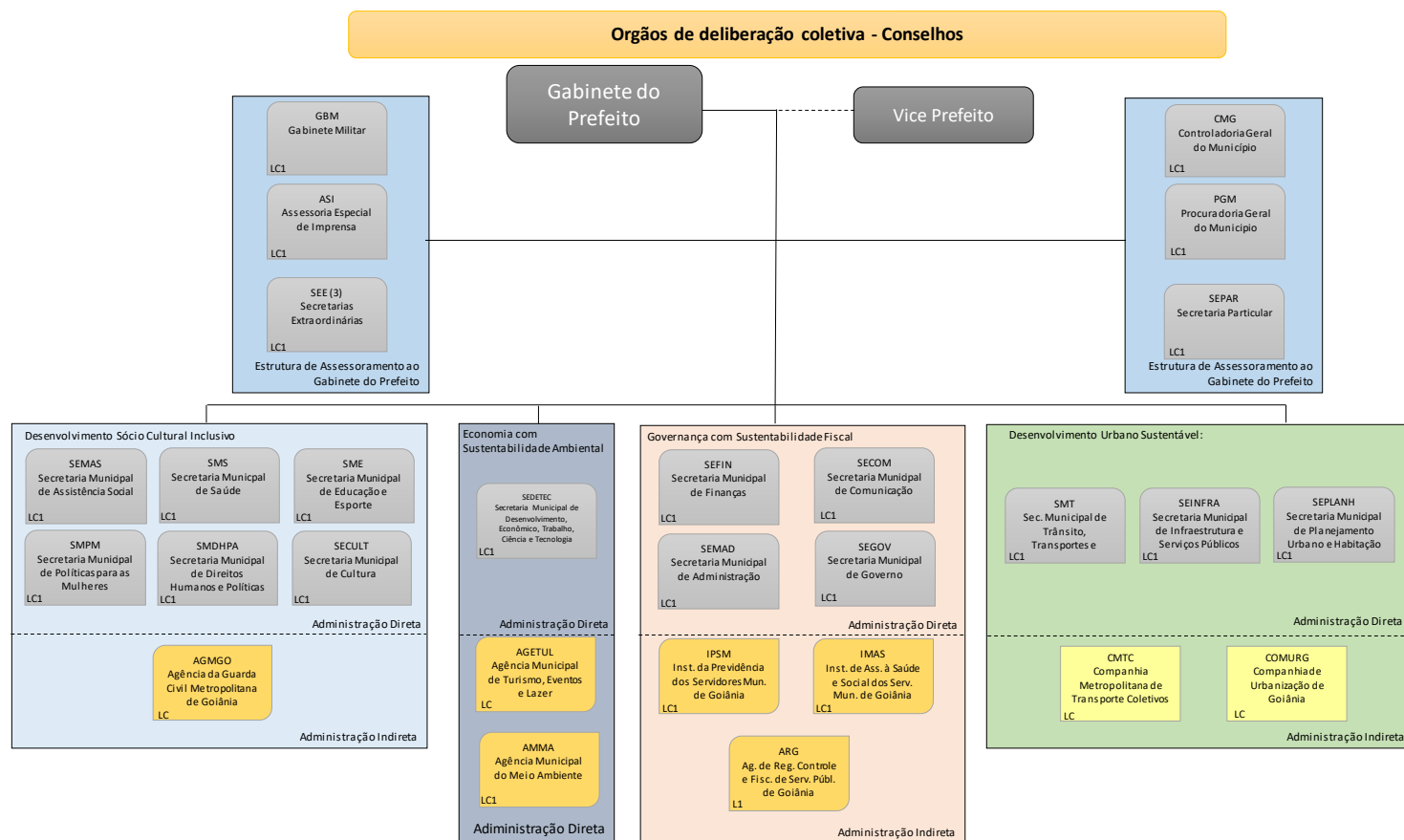
Assinale com uma cruz a classificação das frases que melhor se enquadra no relativamente à sua percepção do que ocorreu com o programa "Goiânia, Cidade Sustentável".

	Discordo Completamente	Discordo em parte	Não concordo nem discordo	Concordo em parte	Concordo plenamente
1. Houve pelo menos um projeto de sustentab. ambiental implementado	☐	☐	☐	☐	☐
2. Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade social implementado	☐	☐	☐	☐	☐
3. Houve pelo menos um projeto de sustentab. económica implementado	☐	☐	☐	☐	☐
4. Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade ambiental normalizado por lei/ decreto-lei.	☐	☐	☐	☐	☐
5. Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade social normalizado por lei/ decreto-lei.	☐	☐	☐	☐	☐
6. Houve pelo menos um projeto de sustentabilidade económica normalizado por lei/ decreto-lei.	☐	☐	☐	☐	☐
7. Considero que os recursos disponibilizados no orçamento para a implementação do programa Goiânia Cidade Sustentável foram suficientes e adequados.	☐	☐	☐	☐	☐
8. Tendo por base as propostas e planos de ação do programa Goiânia Cidade Sustentável, entendo que todos os projetos previstos foram realizados.	☐	☐	☐	☐	☐
9. Considerei o programa Goiânia Cidade Sustentável muito bom para o Município, para a população e para a cidade.	☐	☐	☐	☐	☐
10. Considerei o programa Goiânia Cidade Sustentável muito bem planeado e implementado.	☐	☐	☐	☐	☐
11. Houve um impacto muito positivo no meu órgão de trabalho como resultado da implementação desse projeto. Sinto que melhorámos o nosso desempenho.	☐	☐	☐	☐	☐
12. Houve um impacto muito positivo desse projeto no desempenho da gestão do município.	☐	☐	☐	☐	☐

13. Em resultado da implementação do Programa Goiânia, cidade sustentável, sei que houve:

a) Aumento da Receita do Município	☐	☐	☐	☐	☐
b) Aumento da oferta de emprego no município	☐	☐	☐	☐	☐
c) Aumento da arrecadação do IPTU	☐	☐	☐	☐	☐
d) Maior equilíbrio fiscal					
e) Melhoria da educação no município	☐	☐	☐	☐	☐
f) Menos lixo no município	☐	☐	☐	☐	☐
g) Mais apoio aos necessitados	☐	☐	☐	☐	☐
h) Melhoria dos serviços de saúde	☐	☐	☐	☐	☐
i) Melhoria da satisfação dos usuários com o atendimento na prefeitura	☐	☐	☐	☐	☐
j) Mais/Reabilitação de parques implantados na cidade	☐	☐	☐	☐	☐
k) Mais/Reabilitação das praças implantados na cidade	☐	☐	☐	☐	☐
l) Mais árvores plantadas na cidade	☐	☐	☐	☐	☐
m) Aumento do acesso a água potável	☐	☐	☐	☐	☐
n) Aumento do acesso ao saneamento básico	☐	☐	☐	☐	☐
o) Aumento da colecta de lixo reciclado	☐	☐	☐	☐	☐
p) Construção de ciclovias e ciclofaixas	☐	☐	☐	☐	☐
q) Mais corredores exclusivos para transporte coletivo	☐	☐	☐	☐	☐
r) Redução da mortalidade materno-infantil	☐	☐	☐	☐	☐
s) Construção de postos de saúde e/ou hospitais	☐	☐	☐	☐	☐
t) Aumento da imunização contra doenças infecciosas	☐	☐	☐	☐	☐
u) Redução do abandono escolar	☐	☐	☐	☐	☐
v) Redução do Analfabetismo Funcional	☐	☐	☐	☐	☐
w) Aumento de famílias carentiadas atendidas por programas sociais	☐	☐	☐	☐	☐
x) Redução da discriminação	☐	☐	☐	☐	☐
y) Investimento em dinamização de atividades desportivas	☐	☐	☐	☐	☐
z) Melhorla do serviço do transporte público	☐	☐	☐	☐	☐
14. Na sua opinião, independentemente da vontade do perfeito, a Gestão Pública do programa Goiânia Cidade Sustentável foi má, e deixou muito a desejar.	☐	☐	☐	☐	☐
15. Este programa acabou por ter um impacto muito importante e positivo na cidade.	☐	☐	☐	☐	☐
16. O índice de desenvolvimento sustentável do município (IDSM) melhorou consideravelmente, fruto desta nova política.	☐	☐	☐	☐	☐

ANEXO C: Organograma Prefeitura de Goiânia (Coligação Goiânia Cidade Sustentável)



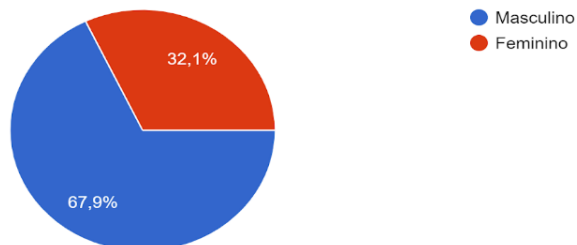
Base Legal
 LC1 – Lei Complementar N. 276, de 03 de Junho de 2015.
 L1 – Lei N. 9.753, de 12 de Fevereiro de 2016.
 AT1 – Ata da Primeira Sessão Solene, 01/01/2013.

21	Administração Direta
6	Autarquias
2	Companhias

ANEXO D: Resposta aos Questionários

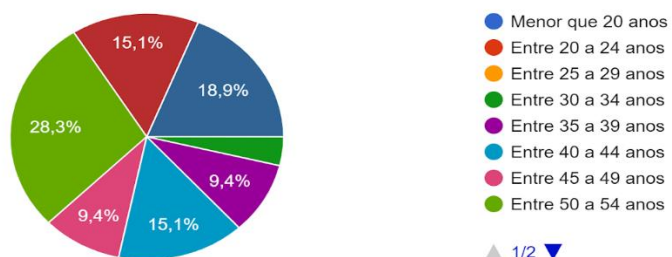
Sexo

53 respostas



Idade

53 respostas

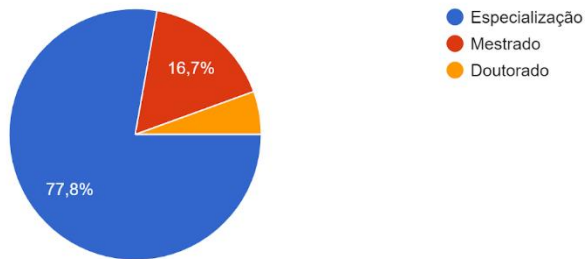


Escolaridade

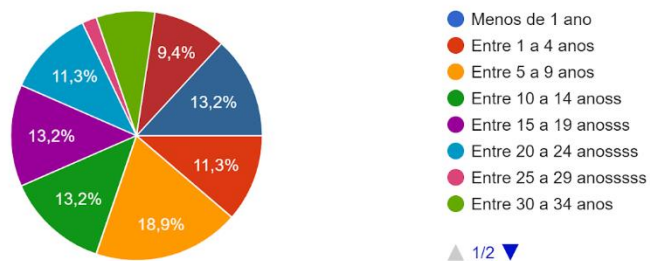
53 respostas



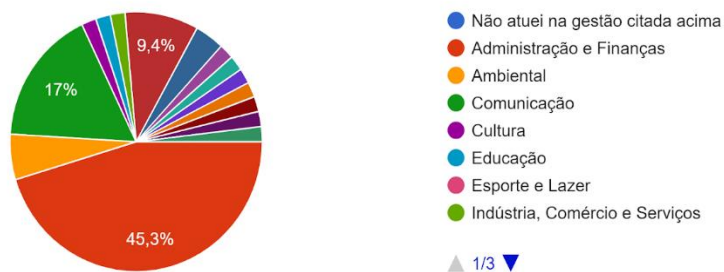
Se possível, informar maior nível de pós graduação:
36 respostas



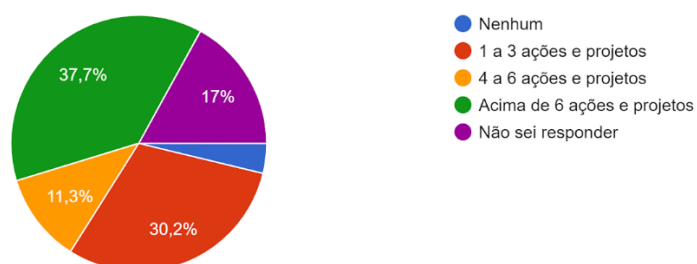
Tempo de experiência profissional como Gestor
53 respostas



Qual a área do Governo você atuava?
53 respostas

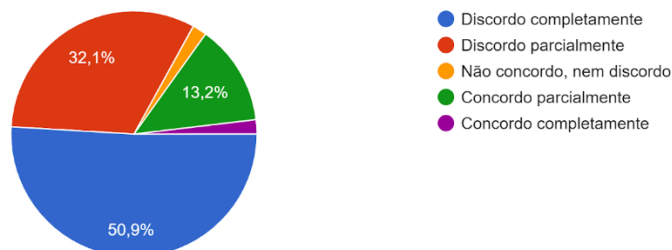


Quantas ações ou projetos geridos pelo órgão ao qual você atuava, tinham como pressuposto o Programa Goiânia Cidade Sustentável?
53 respostas



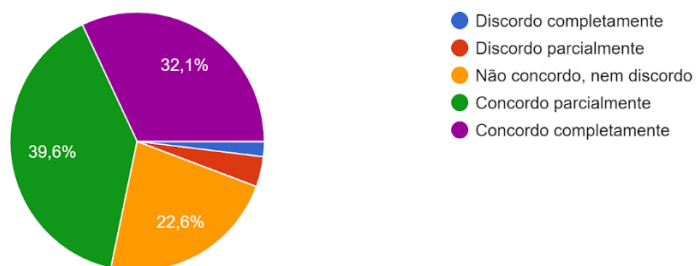
Na sua opinião, independentemente da vontade do prefeito, a Gestão Pública do programa
Goiânia, Cidade Sustentável foi ruim e deixou muito a desejar

53 respostas



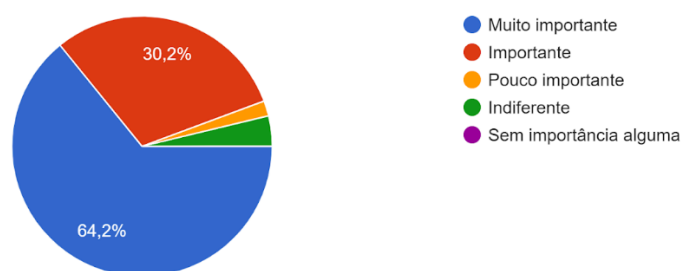
O Índice de Desenvolvimento Sustentável do Município (IDSM) melhorou consideravelmente, fruto
dessa nova política

53 respostas



Na sua opinião a partir do Plano de Governo Goiânia Cidade Sustentável, com base nas políticas
públicas e projetos, quanto ao legado deixado na cidade, ele foi:

53 respostas



ANEXO E: Planejamento estratégico – Programa Goiânia Cidade Sustentável

DIMENSÃO ECONÔMICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO			
DIMENSÃO ECONÔMICA	PROPOSTA		
	Queremos aprimorar e fortalecer a gestão municipal, tornando-a eficiente, transparente, inovadora, participativa, profissional e descentralizada, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a excelência no atendimento ao cidadão.		
	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	PROBLEMA	Falta de política de desenvolvimento econômico sustentável.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar e fortalecer as políticas públicas indutoras do desenvolvimento integrado da economia do município, com inovação tecnológica.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Implantar políticas de desenvolvimento econômico sustentável baseado na economia criativa e suas opções estratégicas ▪ Realizar estudos, pesquisas e organização de sistema de informações socioeconômicas; ▪ Implantar, uma central de atendimento e orientação à captação de linhas de micro-créditos para pequenos empreendedores; ▪ Incentivar a implantação de empresas não poluidoras; ▪ Promover e incentivar a descentralização das atividades comerciais e industriais no Município; ▪ Criar o Fórum permanente de Acompanhamento do Desenvolvimento Econômico de Goiânia; ▪ Organizar o arranjo produtivo do turismo de compras; ▪ Requalificar economicamente o Centro de Goiânia; ▪ Promover a desburocratização e simplificação do licenciamento de empresas; ▪ Promover o fortalecimento da indústria da confecção no município; ▪ Implantar Rua 24 horas com requalificação de espaços; ▪ Estabelecer parcerias com universidades para estudo de viabilidade dos arranjos produtivos e formas de sua organização; ▪ Promover a descentralização do comércio; ▪ Incentivar a formalização de empresas com a desburocratização e dos procedimentos; ▪ Implantar sistema de microcrédito para pequenos e médios empreendedores; ▪ Organizar o arranjo produtivo da saúde; ▪ Organizar o arranjo produtivo calçadista/moveleiro/confecções/tecnológico
	INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	PROBLEMA	Falta infraestrutura para o desenvolvimento sustentável
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Fortalecer e expandir a infraestrutura econômica do município para atrair novos investimentos e viabilizar os arranjos produtivos locais.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Dotar a Secretaria de Desenvolvimento da estrutura necessária para pensar o desenvolvimento econômico do Município; ▪ Implantar polos de desenvolvimento industrial sustentável n ▪ Incentivar instalação de empresas atacadistas ▪ Implantar o polo logístico integrado ▪ Criar polo industrial e de serviços do ramo de reciclagem de resíduos sólidos, da construção civil, de lavanderias industriais e hospitalares em áreas lindeiras ao aterro sanitário; ▪ Criar o polo industrial de agronegócio ▪ Implantar a infraestrutura necessária para implantação e expansão dos polos calçadistas, moveleiro, confeccionista e tecnológico e de saúde. ▪ Buscar parcerias com incubadoras de empresas estabelecidas nas Universidades e implantar outras incubadoras dos arranjos produtivos selecionados.
	ATENDIMENTO AO PÚBLICO	PROBLEMA	Política de atendimento ao público burocratizada e ainda ineficiente.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Aperfeiçoar as políticas públicas de desburocratização e de atendimento de excelência ao cidadão
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Modernizar e ampliar as lojas de atendimento existentes transformando-as em Unidades de Atendimento Expresso e criar novas unidades onde houver demanda, visando descentralizar a prestação de serviços públicos; ▪ Implantar programa de desburocratização da gestão pública a partir da adesão ao programa GESPÚBLICA do Governo Federal; ▪ Instalar terminais de autoatendimento informatizados em locais públicos.

DIMENSÃO ECONÔMICA	FINANÇAS	PROBLEMA	Recursos insuficientes para atender a demanda de serviços públicos e investimento.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar a autonomia do município com a modernização da administração tributária, aumentar os recursos financeiros por meio da arrecadação e da profissionalização na elaboração de projetos objetivando o acesso de recursos de outras fontes, a exemplo do governo federal e agências multilaterais de fomento.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Criar escritório de projetos visando otimizar a captação de recursos junto ao Governo Federal e organismos internacionais com sistema de gerenciamento, monitoramento e controle dos recursos; ▪ Modernizar as ações da Secretaria de Finanças, quanto à arrecadação de tributos com maior qualidade e agilidade, estimulando o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico; ▪ Estimular a formalização dos pequenos empreendedores com a redução da burocracia; ▪ Reformular e modernizar o código tributário municipal; ▪ Atualizar e modernizar o cadastro imobiliário; ▪ Implantar programa de recuperação de créditos; ▪ Modernizar a cobrança da dívida ativa; ▪ Intensificar o acompanhamento de formação do índice de participação do ICMS; ▪ Estabelecer parceria com os municípios da Região Metropolitana para equalizar alíquotas de impostos visando combater a guerra fiscal; ▪ Promover operações urbanas consorciadas para captação de recursos destinados a projetos especiais.
	MODELO DE GESTÃO	PROBLEMA	Planejamento da gestão municipal desintegrado, sem base tecnológica e com políticas de valorização do servidor público ainda insuficientes.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar e fortalecer as políticas de planejamento e gestão, de maneira eficiente, valorizando continuamente o servidor público, promovendo a sua capacitação e melhorando as suas condições de trabalho, com suporte em novas tecnologias e em governança eletrônica
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Reformular o Estatuto do Servidor Público Municipal; ▪ Garantir que nenhum servidor público receba como vencimento básico valor inferior ao salário mínimo; ▪ Implantar política salarial para os servidores ▪ Harmonizar os planos de cargos e salários dos servidores públicos municipais; ▪ Construir o restaurante do Paço Municipal; ▪ Criar política habitacional para servidores municipais; ▪ Assegurar que a direção do órgão de assistência à saúde e de previdência seja exercida por servidores de carreira, com participação das entidades sindicais; ▪ Implantar a Escola de Gestão Municipal ▪ Implantar programa de gestão voltada para resultados; ▪ Implantar sistema de gestão de processos visando dar agilidade e transparência; ▪ Implantar a ouvidoria pública integrada à Central de Atendimento ao Cidadão (<i>Callcenter</i>); ▪ Ampliar e fortalecer o arranjo do poder de compras do município com a modernização de sua legislação ▪ Ampliar e fortalecer as políticas de melhoria da infraestrutura física ▪ Ampliar as políticas públicas de gestão de recursos material, patrimonial e documental.

DIMENSÃO AMBIENTAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DIMENSÃO AMBIENTAL	PROPOSTA	
	Aprimorar e fortalecer as políticas públicas de desenvolvimento econômico sustentável que potencialize as atividades produtivas locais, a geração de emprego e renda e a capacitação profissional, por meio das micro e pequenas empresas e da agricultura familiar. Aproveitar, de modo sustentável, as riquezas naturais, promovendo a preservação e o desenvolvimento econômico-social integrado.	
	POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	PROBLEMA Políticas de sustentabilidade carentes de ampliação e integração.
		OBJETIVO ESPECÍFICO Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável em todas as políticas públicas do município.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS ▪ Implantar o Centro de Monitoramento Ambiental, com laboratório avançado e instrumentos necessários; ▪ Elaborar inventário dos gases de efeito estufa, mapa de vulnerabilidade climática e inventário de poluição sonora; ▪ Elaborar plano para adaptação e mitigação às mudanças climáticas e desastres; ▪ Desenvolver estudos de viabilidade técnico-econômica para implementação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo; ▪ Promover políticas ambientais para reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa; ▪ Aumentar o uso de áreas permeáveis na cidade; ▪ Implantar programa de reflorestamento de nascentes e matas ciliares, ▪ Propor, a criação do Parque da Integração/ Metropolitano, visando dotar o nosso aglomerado urbano do primeiro Parque Intermunicipal; ▪ Incentivar os moradores das áreas rurais para não venderem suas terras através de políticas de geração de emprego e renda; ▪ Incentivar a difusão do uso de energias alternativas; ▪ Implantar a inspeção ambiental veicular para controlar o nível de emissão de poluentes atmosféricos; ▪ Realizar consórcios intermunicipais agrupados por microbacias; ▪ Desburocratizar e agilizar os processos de licenciamento; ▪ Criar o plano diretor de desenvolvimento sustentável para região metropolitana; ▪ Aplicar os preceitos estabelecidos no Projeto Cidades Sustentáveis e Cidades Emergentes; ▪ Incentivar o reflorestamento, a conservação de mananciais e a recuperação de áreas degradadas; ▪ Instituir novas Unidades de Conservação e Áreas Verdes requalificadas em parceria com a comunidade; ▪ Viabilizar estudos que visem aproveitar o gás metano produzido pelo aterro sanitário.
		PROBLEMA Falta de política de desenvolvimento rural
	POLÍTICA AGRÍCOLA	OBJETIVO ESPECÍFICO Fortalecer e aprimorar as políticas de abastecimento e desenvolvimento rural integrado como forma de gerar emprego e renda.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS ▪ Desenvolver estudos e pesquisas para traçar o perfil das atividades agrícolas desenvolvidas no município; ▪ Promover a qualificação técnica dos produtores; ▪ Apoiar os pequenos produtores e chacareiros; ▪ Fortalecer a produção agrícola, e desenvolver parcerias direcionadas ao apoio à qualificação técnica dos produtores; ▪ Incentivar o associativismo de interesse econômico sustentável entre os micro e pequenos produtores; ▪ Apoiar a realização de feiras de produtores com vendas diretas ao consumidor; ▪ Incentivar, a agricultura familiar com assistência técnica e organização das cadeias produtivas.
	TURISMO	PROBLEMA Políticas e infraestrutura ainda insuficientes para promover o turismo municipal.
		OBJETIVO ESPECÍFICO Ampliar as políticas e infraestrutura de desenvolvimento do turismo sustentável.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS ▪ Implantar as ações previstas no Programa de Desenvolvimento do Turismo; ▪ Elaborar projetos capazes de sanar debilidades na infraestrutura de Goiânia ▪ Articular órgãos do município para desenvolver ações voltadas ao lazer, esporte, cultura, eventos, feiras; ▪ Desenvolver ações voltadas ao turismo religioso, estudantil, dentre outros; ▪ Divulgar o potencial turístico de Goiânia em feiras, exposições, eventos de negócios, rede hoteleira e na mídia nacional; ▪ Desenvolver ações voltadas ao turismo de saúde; ▪ Desenvolver programa de divulgação dos potenciais turísticos de Goiânia; ▪ Criar e implantar Zonas Especiais de Interesse Turístico ▪ Incentivar o turismo ecológico e os investimentos na construção de hotéis fazendas; ▪ Incluir o roteiro/mapa turístico do município nas feiras e mercados ▪ Apoiar a realização de feiras, exposições e festivais; ▪ Participar de eventos locais, nacionais e internacionais para divulgar Goiânia como destino turístico; ▪ Incentivar empreendimentos turísticos sustentáveis; ▪ Apoiar a construção do novo Parque Agropecuário; ▪ Construir o novo hipódromo em parceria com a iniciativa privada; ▪ Incentivar a instalação de hotéis, bares, restaurantes e empreendimentos turísticos.

DIMENSÃO AMBIENTAL	SANEAMENTO AMBIENTAL	PROBLEMA	Políticas de saneamento ainda insuficientes para promover a conscientização e o manejo adequado dos resíduos, bem como para universalizar a rede de esgotamento sanitário.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Promover projetos de saneamento básico, bem como a conscientização da população sobre o manejo, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Elaborar e implantar o Plano Diretor de Drenagem Urbana Sustentável; - Incentivar o aproveitamento da água da chuva através de técnicas de infiltração e acondicionamento; - Garantir que não sejam lançados efluentes não tratados nos córregos; - Garantir a universalização do atendimento de esgotamento sanitário no prazo de 4 anos; - Garantir que as cláusulas do contrato de concessão com SANEAGO sejam cumpridas; Manejo de Resíduos; - Ampliar o Programa de Coleta Seletiva e Gerenciamento dos resíduos sólidos, priorizando a implantação das centrais de reciclagem e a organização dos trabalhadores; - Implantar sistema de coleta e estimular a construção de uma usina de reciclagem dos resíduos da construção civil; - Implantar programa de logística reversa (devolução de embalagens de agrotóxico, baterias, plástico, etc.) em parceria com o MMA; - Incentivar a reciclagem dos resíduos tecnológicos; - Implementar o código municipal de limpeza urbana; - Implantar usina de compostagem; - Estimular e fortalecer as políticas de apoio aos catadores; - Ampliar as ações de educação ambiental que sensibilizem e orientem a respeito das vantagens e método de segregação dos resíduos domiciliares.
	DESENVOLVIMENTO URBANO	PROBLEMA	Política de urbanização da cidade ainda insuficiente para promover qualidade de vida e bem estar para a população.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar as políticas de urbanização visando a qualificação da cidade para promover qualidade de vida e bem estar à população.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Melhorar a qualidade arquitetônica como forma de criar uma identidade que possa ser reconhecida por meio da arquitetura; - Implantar projeto de iluminação pública por energia solar; - Trocar as lâmpadas incandescentes de todas as luminárias públicas por lâmpadas de LED; - Criar projeto de implantação da fiação subterrânea no Centro de Goiânia; - Atualizar e revisar o contrato com a CELG e SANEAGO; - Promover a iluminação da Av. Perimetral Norte; - Revitalizar o Jardim Botânico com equipamentos de esporte e lazer; - Elaborar o plano de arborização; - Implantar política de proteção do entorno das reservas de captação de água; - Desenvolver e concluir o projeto socioambiental Macambira-Anicuns; - Viabilizar a construção de mais 2 parques lineares nos moldes do Macambira; - Viabilizar a implantação do parque da Serrinha com equipamentos de esporte e lazer; - Criar o Parque Municipal Água Branca, na região leste, dotando de infraestrutura adequada; - Recuperar a pavimentação asfáltica das ruas e desenvolver amplo programa de asfaltamento dos bairros que ainda não contam com esse benefício - Realizar intervenções para a melhoria e adequação da malha viária da cidade, conforme estudo de demanda;
	PLANEJAMENTO URBANO	PROBLEMA	Falta de políticas adequadas de requalificação de áreas urbanas e patrimônios históricos arquitetônicos para o desenvolvimento urbano sustentável do município.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Promover a requalificação de áreas urbanas e patrimônios históricos arquitetônicos visando o desenvolvimento urbano sustentável.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Reabilitar e requalificar o centro e o setor sul, inclusive o Projeto Cura, com academias ao ar livre visando promover mais lazer e qualidade de vida; - Implementar o programa Goiânia Digital/Internet Livre, através do Centro de Inclusão Digital, em todas as Regiões Administrativas; - Implementar o Projeto Cara Limpa, com a retirada da poluição visual e restauração das edificações, permitindo o embelezamento do centro; - Propiciar o recadastramento das áreas públicas, seu reordenamento e uniformização de endereços.

DIMENSÃO SOCIAL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PROPOSTA		
DIMENSÃO SOCIAL	Queremos aprimorar e fortalecer a gestão municipal, tornando-a eficiente, transparente, inovadora, participativa, profissional e descentralizada, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e a excelência no atendimento ao cidadão.	
	PROBLEMA	Ausência de instâncias participativas de formulação e execução de políticas públicas, bem como, instrumentos de controle social e transparência ainda inadequados.
	OBJETIVO ESPECÍFICO	Aperfeiçoar as ações de controle social, criando ou fortalecendo os conselhos populares viabilizando a participação da comunidade e sociedade civil organizada na formulação e gestão de políticas públicas.
	AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Elaborar o orçamento com a participação da sociedade - Abrir espaço aos conselhos na formulação das políticas públicas e controle institucional do governo municipal; - Motivar a criação de novos conselhos para viabilizar a participação popular; - Criar canais de interlocução com as entidades e lideranças comunitárias, a fim de estabelecer uma relação direta com todos os órgãos municipais; - Desenvolver políticas de formação para as lideranças comunitária; - Ampliar e fortalecer as políticas públicas de transparência das ações, atos, contratos e gastos públicos - Revitalizar o conselho municipal de comunicação; - Implantar a governança eletrônica; - Implementar políticas municipais de democratização da comunicação social; - Ampliar a aperfeiçoar o portal da transparência municipal.
	PROBLEMA	Valorizar e desenvolver a cultura popular, apoiando eventos, democratizando o acesso aos bens culturais, apoiando as atividades artísticas locais e manifestações tradicionais do município.
	OBJETIVO ESPECÍFICO	Fortalecer e expandir a cultura e a manifestação cultural no município
	AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Realizar Conferências Municipais de Cultura com ampla participação da sociedade; - Apoiar projetos culturais somente através de editais públicos amplamente divulgados; - Elaborar democraticamente o Plano Municipal de Cultura; - Reorganizar e democratizar o Conselho Municipal de Cultura e a Comissão de Projetos Culturais; - Implantar 380 Pontos de Cultura nos bairros de Goiânia segundo as diretrizes do Plano Nacional de Cultura do Ministério da Cultura; - Elaborar política cultural transversal associando as ações da pasta da Cultura com as demais; - Implantar a sede da Secretaria Cultura em prédio histórico no centro da cidade; - Integrar os pontos de cultura com outros equipamentos culturais; - Construir o museu da ciência; - Criar programa de arte e educação ambiental; - Implantar o museu Atílio Correia Lima na antiga Estação Ferroviária; - Implantar espaço da cultura e lazer no complexo do Parque Mutirama; - Mapear os equipamentos culturais; construir e estruturar bibliotecas regionalizadas; - Implantar a biblioteca virtual; - Resgatar o acervo de Art déco; - Levar apresentações e capacitação culturais a pontos de cultura e centros comunitários; - Promover política cultural considerando a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual; - Apoiar as manifestações culturais de combate ao machismo, racismo e homofobia; - Resgatar e incentivar o clube popular de Goiânia; - Valorizar os artistas amadores e populares; - Construir a sede própria do Cine Ouro; - Mapear, descentralizar e resgatar as manifestações e atividades culturais de matriz africana; - Fortalecer as feiras gastronômicas e artesanais; - Revitalizar o carnaval de Goiânia; - Descentralizar e democratizar as manifestações e atividades culturais; - Criar o circuito de música sertaneja (country music).
	PROBLEMA	Necessidade de ampliação das políticas transversais de igualdade racial.
	OBJETIVO ESPECÍFICO	Promoção da igualdade racial e efetiva transversalidade entre as políticas públicas de cultura, assistência, saúde, acessibilidade, mulheres, trabalho, renda, religiosidade, juventude, segurança e garantia de direitos.
	AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Criar a Secretaria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; - Fortalecer o conselho municipal de igualdade racial; - Criar políticas transversais de igualdade racial; - Implementar programa de combate ao racismo institucional no âmbito municipal; - Promover políticas de ações afirmativas transversais que garantam o protagonismo das mulheres negras no desenvolvimento econômico sustentado; - Implementar políticas de ações afirmativas transversais para a execução de projetos específicos da juventude negra nas áreas de educação, esporte, lazer, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, cultura e direitos humanos; - Promover o resgate das manifestações culturais dos povos de matriz africana; - Garantir recursos no orçamento para o plano de promoção da igualdade social; - Fortalecer a rede de negócios raciais, por meio de financiamentos do Banco do Povo; - Implementar o programa "Negócios da Cor".

DIMENSÃO SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PROBLEMA	Consolidar a política da Assistência Social, articulada com as demais políticas públicas e com as instituições da sociedade, garantindo o acesso das pessoas que mais precisam dos serviços públicos
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Política e infraestrutura de assistência social ainda insuficientes para o atendimento das pessoas carentes.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Estabelecer convênio com universidades para realizar um senso e mapear a desigualdade social no município; - Implantar o programa Bolsa Inclusão - Construir a política municipal de assistência social; - Ampliar os recursos orçamentários para a rede de assistência social; - Fortalecer os CRAS e CREAS; - Ampliar parcerias com entidades religiosas e filantrópicas; - Estimular práticas de atividades físicas; - Ampliar a rede de serviços de assistência social de baixa, média e alta complexidade; - Ampliar as políticas de atendimento aos dependentes químicos; - Implantar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município; - Incentivar parcerias com o setor privado; - Ampliar os programas de atenção ao idoso e ao jovem; - Implantar e fortalecer os Conselhos locais de Assistência Social; - Implementar os serviços de referência e contra-referência para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, - Promover a notificação compulsória no atendimento às mulheres vítimas de violência; - Implantar o Programa Primeiro Emprego; - Construir as unidades das redes de atendimento – sedes dos CRAS, CREAS e PETI; - Construir 5 casas de acolhimento para moradores de ruas; - Construir o centro de atendimento aos idosos; - Construir o centro de referência da juventude; - Construir lavanderias públicas em projetos habitacionais; - Reestruturar as unidades dos CRAS; - Criar equipamentos sociais adequados para atendimento das pessoas idosas; - Garantir banheiros públicos para trabalhadores de rua."
	ESPORTE E LAZER	PROBLEMA	Políticas públicas para o esporte ainda insuficientes para promoção do esporte enquanto política de desenvolvimento humano em Goiânia.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Aprimorar e fortalecer as políticas públicas de juventude, esporte e lazer como instrumentos de promoção do desenvolvimento humano; formação integrada das pessoas, fortalecendo a convivência solidária no município.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Construir mais 5 centros poliesportivos; - Garantir a gratuidade de utilização das praças de esporte; - Promover acessibilidade nas práticas esportivas às pessoas com deficiência; - Promover grandes eventos esportivos em Goiânia; - Promover eventos de dança de rua nas praças, parques e feiras; - Inserir apresentações artísticas locais em grandes eventos de esporte; - Implantar passeios turísticos especiais para pessoas da melhor idade; - Criar parques esportivos nas zonas de expansão urbana; - Criar lei de incentivo a atletas profissionais e categorias de base; - Criar copas municipais de esportes radicais de diversas modalidades; - Promover eventos de expressão corporal, jogos dramáticos, jogos cooperativos, em espaços públicos para terceira idade e juventude; - Incentivar e promover eventos esportivos, de lazer e recreação inclusivos; - Promover a meia maratona para mulheres; - Ampliar os programas de iniciação esportiva Draulas Vaz e Segundo Tempo; - Aplicar a lei de incentivo ao esporte; - Implantar projeto circuito de corrida nos parques; - Realizar a Copa Cidade de Goiânia com várias modalidades esportivas. - Incentivar e apoiar o esporte automobilístico; " - Implementar o Sistema Municipal de Esporte e Lazer de acordo com a legislação vigente; - Implantar o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e o Fundo Municipal de Esporte e Lazer; - Realizar o Fórum e a Conferência Municipal de Esporte e Lazer; - Garantir a transversalidade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de esporte e lazer em Goiânia; - Construir parques, bosques e praças com equipamentos de lazer e esporte; - Construir as praças da juventude em parceria com o Governo Federal; - Construir o parque das bicicletas; - Construir praças inclusivas; - Concluir a área esportiva III do parque Mutirama; - Reformar os Clubes do Povo existentes e construir outros em diversos bairros de Goiânia; - Criar política de incentivo a formação de atletas mulheres nas diversas atividades esportivas; - Criar programa de esporte e lazer nas áreas públicas para idosos; - Incentivar as práticas do ciclismo nas escolas, parques e avenidas; - Utilizar o CEPAL e o mercado aberto para práticas esportivas; - Criar programa de incentivo ao esporte visando a copa do mundo, olimpíadas e paraolimpíadas; - Fortalecer a copa municipal de futebol de mulheres; - Revitalizar e modernizar as praças de esporte municipais;

DIMENSÃO SOCIAL	EDUCAÇÃO	PROBLEMA	Insuficiência nas políticas e na infraestrutura da educação para a universalização do atendimento da demanda e para promoção da qualidade do ensino.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Fortalecer e aprimorar as políticas de educação com a universalização do acesso como fundamento prévio para a consolidação do desenvolvimento integrado.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Ampliar a oferta de educação em tempo integral para os alunos da educação infantil e ensino fundamental; - Ampliar a parceria entre os órgãos como forma de implantar políticas de transversalidade na educação; - Construir equipes interdisciplinares para fomentar programas transversais da educação; - Implantar programa de valorização dos professores com garantia de pagamento do piso salarial nacional; - Criar política de interação entre escola e família e atendimento as crianças nos períodos de férias; - Ampliar o programa de inclusão das crianças com deficiência; - Ampliar rede de suporte tecnológico na educação; - Atualizar a estrutura administrativa da educação; - Garantir qualidade na educação estabelecendo metas para melhorias nos índices do IDEB; - Garantir a integração de alunos de outras etnias; - Implantar ensino de música nas escolas; - Regulamentar a inclusão do profissional assistente social na educação; - Ampliar o atendimento dos CMEIs, inclusive nas férias; - Elaborar e efetivar por meio de editais públicos programas que levem apresentações de teatro para escolas e CMEIs; - Inserir o ensino de teatro e educação ambiental no ensino fundamental; - Implementar programa de cuidadores para as crianças que acompanham os pais no EJA; - Incluir na grade curricular educação financeira e empreendedorismo; - Fortalecer a Rede de Educação Especial para atendimento às pessoas com deficiências em articulação com as Instituições não governamentais. - Ampliar programa de inclusão científica, tecnológica e digital; - Promover a inclusão digital dos professores; - Implantar o Projeto UCA (Um Computador por Aluno) nas escolas municipais; - Implantar o Programa específico pró-saúde preventiva dos trabalhadores em educação; - Garantir a segurança escolar nas unidades educacionais; - Ampliar programa de entrega de kit's de materiais escolares e uniformes para todas os educandos da RME; - Reformar e adequar as escolas municipais e CMEIs; - Construir quadras poliesportivas cobertas nas escolas; - Adequar as escolas antigas ao novo padrão; - Construir 81 CMEIS; - Interligar as unidades educacionais em rede; - Viabilizar o transporte escolar para todas as crianças da rede municipal de ensino; - Construir auditórios equipados para teatro, dança e cinema; - Construir paraciclos nas escolas e ciclovias com acesso as escolas; - Garantir recursos multifuncionais nas salas de aula; - Garantir qualidade na oferta de educação em todas as Unidades Educacionais.
	CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	PROBLEMA	Ausência de Políticas consistentes de capacitação profissional.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Articular programas e aprimorar políticas de capacitação e qualificação profissional como estratégia de desenvolvimento integrado do município.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Realizar estudos, junto ao setor privado, para levantar as demandas por mão-de-obra qualificada, por setor; - Desenvolver projetos, em parceria com instituições públicas e privadas para a formação de mão-de-obra voltada às atividades turísticas; - Desenvolver a capacidade empreendedora e de gestão de negócios para pessoas/ famílias que possuem habilidades voltadas para as atividades de produção não poluentes e comércio de bens e serviços; - Desenvolver parceria com as universidades para promover a capacitação da mão-de-obra com demandas específicas e que exijam aprofundamento acadêmico; - Implantar políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho com ampliação do projeto Primeiro Emprego e Pro-Jovem; - Estabelecer parcerias com o "Sistema S" - Desenvolver parcerias com entidades representativas do setor da construção civil; - Formar e qualificar profissionalmente os membros das famílias beneficiadas pelos programas sociais; - Encaminhar os beneficiários de programas sociais a projetos de qualificação e inclusão pela Secretaria Municipal do Trabalho; - Ampliar parcerias para a integração dos jovens ao mundo do trabalho; - Implantar 06 Centros Integrados de Formação e Capacitação Tecnológica nas regiões da cidade; - Criar a Escola do Empreendedorismo para capacitar os pequenos e médios empreendedores."

DIMENSÃO SOCIAL	SAÚDE	PROBLEMA	Implantar políticas de gestão de saúde visando agilizar os processos de aquisição, manutenção das unidades, informatização, bem como promover a valorização dos profissionais de saúde com plano de carreira, política salarial e programa de educação continuada.
		OBJETIVOS ESPECÍFICOS	- Gestão burocratizada dos processos envolvendo aquisição, manutenção, falta de informatização da rede e falta de política de gestão de pessoas - Ampliar a rede de atenção à saúde com a construção de novas unidades de acordo com as necessidades e demandas da população de cada bairro ou região da cidade - Tornar Goiânia referência em saúde da mulher.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Implantar sistema de contratualização e responsabilização por unidade de saúde visando desburocratizar a gestão, especialmente a gestão de compras de medicamentos e insumos para o atendimento da rede pública de saúde; - Convocar novos trabalhadores (as) aprovados nos concursos públicos, com o objetivo de suprir os contratos temporários e acabar com o déficit no quadro pessoal; - Criar a Escola Municipal de Saúde Pública com a finalidade de oferecer qualificação aos servidores municipais, e implantar uma política de educação permanente e pesquisa na área da saúde em Goiânia; - Implantar o Plano de Cargos e Salários – PCS, para os profissionais de saúde; - Implantar política de qualificação e valorização dos profissionais da saúde; - Controlar a frequência dos profissionais da saúde; - Modernizar a gestão de saúde com uso de tecnologia com a informatização da rede de saúde com a criação do prontuário eletrônico, interligação e integração da rede e unidades de saúde; - Concluir a informatização das Unidades de Saúde; - Criar o Cartão Inteligente de Saúde, que terá um chip para armazenar dados do usuário e, dessa forma permitir o acesso a todas as consultas e exames realizados pelo paciente, garantindo mais qualidade e segurança no atendimento. - Construir 15 UABSF, reformar e ampliar 20 outras unidades; - Ampliar a rede de urgência e emergência de Goiânia com a construção de 04 UPAs ; - Ampliar 06 CAIS e converter em UPA'S; - Concluir a construção da UPA Itaipu e construir outras UPAs necessárias conforme demanda; - Implantar Academias da Saúde em todos os Distritos Sanitários; - Construir centros de especialidades médicas em todos os Distritos Sanitários; - Construir sede própria para todas as 190 equipes de saúde na capital; - Ampliar o atendimento ao idoso com a construção e implantação do Centro de Referência e Atendimento à Saúde do Idoso (CRASPI) em todos os Distritos Sanitários; - Implantar o Centro de Especialidade Odontológica (CEO) em todos os Distritos Sanitários; - Estender o serviço de Saúde Bucal a 100% das equipes da Saúde da Família; - Construir 05 Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), sendo que 03 terão funcionamento 24 horas; - Criar do Centro Municipal de Diagnóstico; - Ampliar o programa de Farmácia Popular; - Construir três hospitais da mulher em regiões a serem levantadas; - Implantar a sede do conselho municipal de saúde. - Implantar a Rede Cegonha, com a ampliação da Maternidade Nascir Cidadão; - Municipalizar o Maternidade Nossa Senhora de Lurdes; - Implantar políticas de atendimento a saúde das mulheres no climatério; - Promover a redução da morbidade e mortalidade das mulheres; - Implantar políticas de parto humanizado, - Ampliar o programa de prevenção de câncer para as mulheres e viabilizar a vacinação contra o HPV das meninas de até 10 anos.
	HABITAÇÃO	PROBLEMA	Políticas insuficientes para atender o déficit habitacional e promover a regularização de lotes e imóveis, e, ainda de racionalizar o uso do solo urbano.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar as políticas de habitação e de regularização de áreas ocupadas e de melhoria nas habitações já existentes, bem como promover o uso racional do solo urbano
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	- Implantar o Programa Morar Bem para construir 40.000 unidades habitacionais ao longo de 4 anos de governo; - Construir Unidades Habitacionais em terrenos disponibilizados pelo Banco de Lotes da Prefeitura, com financiamento a ser feito pela Caixa Econômica Federal; - Incentivar a ocupação dos vazios urbanos com a implantação do imposto progressivo. - Promover a desafetação de áreas públicas que se encontram ociosas e que não tem perspectivas de ocupação no curto prazo; - Implantar política de combate de especulação e ocupação dos vazios; - Humanizar os conjuntos habitacionais com construção de creches, postos de saúde e equipamentos públicos; - Reduzir o déficit habitacional no município com foco nos trabalhadores de baixa renda de segmentos econômicos organizados, com apoio ao cooperativismo; - Assegurar a aplicação das áreas de interesse social-Zeis, promovendo assim um processo de desenvolvimento Urbano baseado na sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultural da cidade de Goiânia, diminuindo os vazios urbanos entre o núcleo central da cidade e os bairros populares; - Ampliar propostas e ações que garantam um amplo processo de regularização fundiária das posses urbanas, loteamentos populares, com participação efetiva das comunidades envolvidas no trabalho social assegurando a inclusão e o consequente exercício da cidadania a esta população com escrituração definitiva dos seus imóveis."

DIMENSÃO SOCIAL	SEGURANÇA PÚBLICA AS MINORIAS	PROBLEMA	Necessidade de ampliação das políticas de segurança pública promovidas pela Prefeitura de Goiânia.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Fortalecer a política de segurança pública de forma integrada e articulada com as demais esferas de governo.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Implantar o plano municipal de segurança pública; ▪ Criar ferramentas de acompanhamento e avaliação da execução do plano municipal de segurança pública; ▪ Implantar o conselho municipal de segurança cidadã; ▪ Implantar o Observatório da Violência; ▪ Implementar o sistema de informações criminais; ▪ Elaborar e divulgar o mapa da criminalidade; ▪ Promover a integração das políticas de segurança cidadã do município, garantindo a sua transversalidade; ▪ Construir a sede da guarda municipal e da secretaria de defesa social; ▪ Implantar sistema de monitoramento eletrônico por câmeras em logradouros públicos, escolas, unidades de saúde e demais órgãos da prefeitura; ▪ Construir as sedes das 7 regionais da guarda municipal; ▪ Capacitar a guarda municipal; ▪ Estabelecer convênio com outras forças de segurança; ▪ Ampliar o convênio com o Governo Federal; ▪ Ampliar os investimentos em Segurança Pública; ▪ Capacitar a guarda municipal para lidar com a população negra, LGBT, dependentes químicos, dentre outras minorias; ▪ Adquirir e ampliar o uso de armamento não letal pela guarda municipal; ▪ Mapear e fiscalizar os pontos de tráfico de drogas."
	POLÍTICA PARA MULHERES	PROBLEMA	Necessidade de implantação de política para as mulheres de forma transversal em todos os órgãos da administração pública municipal.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Reduzir a desigualdade de gênero e todas as formas de preconceito, discriminação e violência; promover a saúde plena e a garantia de direitos à participação política, ao trabalho, à renda, à cultura, ao lazer e aos demais direitos
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Combater o assédio sexual e moral por meio de campanhas de esclarecimento, lei punitiva e ouvidoria; ▪ Realizar campanhas de combate à discriminação das mulheres; ▪ Criar espaço nas escolas para acolher os filhos das mulheres que estudam a noite; ▪ Fortalecer o centro de referência da Mulher e construir mais um centro de referência da mulher; ▪ Construir a casa de abrigo para mulheres em situação de violação de direitos; ▪ Implantar programa de qualificação específico para as mulheres; ▪ Fortalecer as ações previstas na Lei Maria da Penha; ▪ Fortalecer a rede de atendimento as mulheres vítimas de violência; ▪ Implantar políticas de transversalidade de atendimento as mulheres; ▪ Ampliar programa de habitação para mulheres solteiras; ▪ Aplicar o plano municipal de políticas para mulheres; ▪ Ampliar a regularização fundiária no nome das mulheres; ▪ Cumprir a meta de no mínimo 30% nos cargos de primeiro escalão para as mulheres; ▪ Combater a lesbofobia e a transfobia; ▪ Fortalecer nos espaços culturais, educativos e sociais a política de gênero; ▪ Incorporar a perspectiva de gênero em todos os órgãos e ações da administração municipal.
	POLÍTICA PARA A JUVENTUDE	PROBLEMA	Políticas para juventude ainda insuficiente para a promoção de uma juventude cidadã."
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Reduzir a desigualdade de gênero, raça/etnia e combater todas as formas de preconceito e discriminação contra a juventude, promover a saúde plena e garantias de direitos à participação política, trabalho, renda, cultura, educação, esporte, lazer e demais direitos dos jovens.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Desenvolver políticas de combate à violência, à exploração sexual, à homofobia, à disseminação e uso de drogas ilícitas no meio da juventude; ▪ Garantir políticas de saúde para o tratamento jovens usuários de drogas ilícitas; ▪ Realizar campanhas de esclarecimento da juventude sobre AIDS/DST; ▪ Garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o apoio às famílias de jovens em situação vulnerável; ▪ Promover ações educativas de combate a violência nas escolas municipais; ▪ Promover a ampliação do número de escolas inseridas no Programa Escola Aberta; ▪ Criar o Conselho Municipal da Juventude e o plano municipal da juventude; ▪ Realizar as Conferências Municipais da Juventude em regiões da cidade; ▪ Implantar políticas públicas de combate às drogas; ▪ Criar o Parque Municipal da Juventude de Goiânia; ▪ Fortalecer o primeiro emprego e a lei do estágio; ▪ Criar o festival municipal da juventude; ▪ Implementar políticas de ações transversais para a juventude; ▪ Criar plano de enfrentamento à mortalidade da juventude negra; ▪ Criar políticas públicas e culturais direcionadas para a juventude; ▪ Criar o festival de teatro para os jovens; ▪ Criar o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência e ao Exterminio de Jovens; ▪ Criar Centros de Referência de Juventude em várias regiões da cidade; ▪ Construir equipamentos para atividades multiculturais para desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e esporte nas diversas regiões da cidade.

DIMENSÃO SOCIAL	POLÍTICA PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PROBLEMA	Necessidade de ampliação das políticas para as pessoas com deficiência.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Ampliar as políticas públicas municipais para pessoas com deficiência na perspectiva das ações transversais integradas, envolvendo todos os órgãos da administração pública municipal."
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Criar a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; ▪ Implantar programa de atenção à saúde das pessoas com deficiência; ▪ Implantar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Mobilidade reduzida conforme a legislação vigente; ▪ Integrar Goiânia ao Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência; ▪ Promover políticas públicas, programas e ações que garantam o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência; ▪ Garantir a obrigatoriedade da formação e capacitação continuada de profissionais da educação municipal para educação inclusiva e de qualidade; ▪ Garantir 20% de vagas em cursos profissionalizantes de programas de atendimento a jovens e adolescentes para as pessoas com deficiência; ▪ Garantir a participação do Conselho das Pessoas com Deficiência, nos concursos públicos do município, desde a elaboração do edital até a contratação ou nomeação; ▪ Garantir o atendimento às pessoas com deficiência através da oferta adequada de referência, contra-referência e o fornecimento de órteses, próteses e materiais de insumo; ▪ Implementar práticas de cuidados domiciliares envolvendo equipes de saúde da família (PSF), equipes de assistência domiciliar, profissionais de reabilitação e comunidade; ▪ Garantir profissionais de saúde, materiais e equipamentos para atendimento das pessoas com deficiência nos diversos níveis de complexidade; ▪ Adequar os espaços públicos e materiais específicos de lazer e prática esportiva às necessidades das pessoas com deficiência; ▪ Garantir que equipamentos culturais, públicos ou privados, possuam adaptações que acomodem as diferenças e necessidades para o acesso físico, comunicativo e intelectual de todos os cidadãos; ▪ Divulgar no Portal da Prefeitura as ações de acessibilidade implantadas Goiânia para que essa iniciativa seja multiplicada e sirva de referência para a atuação de outros municípios; ▪ Implementar a Central Municipal de Intérpretes de Libras (CEMI); ▪ Realizar o primeiro Censo Trienal das Pessoas com Deficiência; ▪ Garantir que se estabeleça a obrigatoriedade de os espaços culturais, mediante o uso de modelos em diferentes formatos, legendas e de tecnologias; ▪ Fomentar a atualização de dados sobre a pessoa com deficiência e a divulgação de tudo o que se faz na área; ▪ Desenvolver e implantar serviços, programas e projetos de proteção especial voltada às pessoas com deficiências que não tenham condições de serem cuidada por si própria ou por seus familiares; ▪ Implementar práticas de cuidados domiciliares envolvendo equipes de saúde da família, equipes de assistência domiciliar, profissionais de reabilitação e comunidade; ▪ Implantar projetos voltados à capacitação da pessoa com deficiência; ▪ Garantir a participação de pessoas com deficiência em cursos de capacitação profissional; ▪ Garantir reserva de vagas, nos programas de geração e/ou complementação de renda; ▪ Garantir o cumprimento das leis de cotas em concursos públicos; ▪ Garantir aos funcionários públicos com deficiência da administração direta, indireta ou autárquica, as tecnologias assistidas necessárias ao bom desempenho de suas funções; ▪ Ampliar o Programa Transporte Acessível; Garantir a adequação e construção das calçadas ▪ Garantir para que a circulação, movimentação e travessia de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida sejam feitas, impreterivelmente, por meio de rotas acessíveis; ▪ Garantir para que as obras ou reformas expressivas em passeios e travessias, sejam recompostas segundo as normas técnicas de acessibilidade existentes e em vigor; ▪ Implantar sinalização sonora especialmente nos semáforos com botoeira e temporização para pedestre; ▪ Capacitar e Qualificar os profissionais para atendimento adequado aos usuários com deficiência; ▪ Instalar brinquedos acessíveis nos parques e praças para pessoas com deficiência; ▪ Aderir ao plano nacional de direito das pessoas com deficiência Viver Sem Limite; ▪ Promover campanhas que incentivem a desobstrução de calçadas."
	POLÍTICA DE GÊNERO	PROBLEMA	Falta de políticas públicas de LGBT na administração pública municipal.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e garantir a igualdade entre os gêneros
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Criar a Assessoria de Promoção e Defesa das Orientações Sexuais e Identidade de Gêneros; ▪ Implantar o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a População LGBT; ▪ Realizar a Conferência Municipal de Direitos Humanos LGBT; ▪ Criar o Plano Municipal de Promoção dos Direitos Humanos LGBT de Goiânia para fomentar de forma transversal as ações de promoção da cidadania em diversas áreas; ▪ Implantar políticas públicas específicas para a população LGBT; ▪ Implantar política de combate a homofobia; ▪ Prover assistência social à população LGBT em situação de vulnerabilidade, com especial atenção aos moradores de rua; ▪ Desenvolver políticas de inclusão da população LGBT no mercado de trabalho mediante cursos de capacitação profissional; ▪ Capacitar os profissionais sobre a temática da orientação sexual e identidade de gênero.

DIMENSÃO SOCIAL	DEPENDENTES QUÍMICOS	PROBLEMA	Necessidade de implantação de uma política para amparo e tratamento de dependentes químicos.
		OBJETIVO ESPECÍFICO	Aprimorar as políticas de atendimento aos usuários de drogas ilícitas por meio de ações de saúde.
		AÇÕES ESTRATÉGICAS	▪ Fazer parceria com organizações sociais para atendimento de dependentes químicos, ▪ Construir Centros de Recuperação de Químicos Dependentes em todas as regiões da cidade; ▪ Ampliar a construção de CAPS AD para atendimento de químicos dependentes nas regiões e sub-regiões.